

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49Ata da 228ª Reunião Ordinária do Conselho
Estadual de Saúde da Bahia (CES/BA)

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2016, no Auditório Jornalista Jorge Calmon, Edf. Jutahy Magalhães, Assembleia Legislativa da Bahia, com as presenças dos senhores membros do Conselho Estadual da Saúde, no turno matutino: Ricardo Luiz Dias Mendonça - Presidente, Ângela Macêdo Magalhães, Aroldo Luiz da Silva Bacelar, Antonio Lago de Souza, André Fernando Wermann, g Beatrix Kunz, , Célia Maria Alexandria de Oliveira, Isadora Oliveira Maia, José Silvino Gonçalves dos Santos, Josivaldo de Jesus Gonçalves, Júlio César Vieira Braga, Eliane Araújo Simões, Francisco José Sousa e Silva, Moysés Longuinho Toniolo de Souza, Sílvio Roberto dos Anjos e Silva, Gislene Villas Boas Torres da Silva, Ivonildo Dourado Bastos, Jorge Geraldo de Jesus Rosário, Lázaro Ribeiro de Souza, Lourani Maria Carneiro, Lillian Fátima Barbosa Marinho, Luiz Américo Pereira Câmara, Luiz Delfino Mota Lopes, Maria do Carmo Brito de Moraes, Maria Helena Ramos Belos, Maria Helena Santa Cecilia, Murilo Figueredo Campos de Jesus, Raul Moreira Molina Barrios, Roberto Lima Machado, e Arão Capinam de Oliveira para a reunião do CES/BA. Às nove horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a sessão e colocou a ata da 18ª Reunião Extraordinária do CES em apreciação e que foi aprovada à unanimidade. Convidou a Sra. Maria Fernanda Rios Grassi para tomar posse, mas a mesma não se encontrava no pleno. Franqueou a palavra para que os conselheiros fizessem os informes das suas entidades. A Conselheira Lillian Fatima Barbosa Marinho informou que encaminharia à Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde uma resposta da Rede Feminista à nota de repúdio e esclarecimento feita pelo Conselheiro Jair. Todos os conselheiros e as conselheiras deviam ter recebido, e obviamente como não houve qualquer manifestação, a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Regional Bahia havia se colocado na obrigação de se manifestar. “Nossa resposta é: NÃO! Não posso acolher sua nota e tampouco compreendê-la. Faço isso por essa via, na medida em que o tema não foi tratado como deveria no pleno do Conselho Estadual de Saúde da Bahia. Ou seja, como um ponto de pauta solicitado em plenária. Ainda que o conselheiro seja responsável por suas atitudes, é necessário ressaltar que o Conselho Estadual de Saúde da Bahia também foi envolvido, uma vez que o mesmo estava compondo a delegação da Bahia. Em sua carta o Conselheiro se coloca no lugar de vítima. ‘Sofri agressão verbal’ e a partir daí justifica suas atitudes ‘Fiquei nervoso e bati na mesa...’, ‘Recebi um prato por cima da caixa de meus peitos...’. ‘Eu então, reagi jogando de volta o prato... Recebi outro nas minhas costas que também devolvi...’. ‘Na hora não percebi que tinha atingido uma pessoa com deficiência’. Nada pode justificar um ato de violência. Lamentável foi ver o conselheiro atirando os pratos. Sim! Eu vi, e ainda que não soubesse o contexto fiquei indignada. Muitas mulheres se abrigaram no banheiro feminino, pois a confusão se generalizou. A tensão, o choro e a indignação eram os sentimentos presentes, sobretudo, quando Carolina em sua cadeira de rodas adentrou o recinto. A versão dela diverge da relatada pelo conselheiro em sua nota. O fato de uma mulher *cadeirante* ter sido atingida só agrava, mas é preciso lembrar-lhe que o conselheiro estava investido de uma representação do CES, da sua entidade. E tem mais: o conselheiro foi contido por seguranças do evento, mas quero dizer que no momento em que integrantes da delegação da Paraíba, furiosos com a violência à Sra. Carolina Vieira dos Santos, disseram que só queriam saber de qual delegação era o agressor. A partir daí temi pelo conselheiro, não vou negar, mas também por todos os homens que integravam a

50 delegação da Bahia. O conselheiro não faz ideia do que ocorreu na Plenária final, no
51 momento em que, autorizada pela Comissão Organizadora da 15ª Conferência Nacional
52 de Saúde, a Carolina, ladeada por toda a delegação da Paraíba leu a sua versão dos fatos
53 e citou nominalmente o Conselho Estadual de Saúde da Bahia, exigindo que o
54 presidente lhe afastasse. A plenária soberana manifestou seu total apoio à Carolina.
55 Como integrante do CES fiquei constrangida, afinal, toda a delegação da Bahia já havia
56 se retirado devido ao horário do voo. O conselheiro não é capaz de avaliar o que senti ao
57 ser abordada por várias pessoas que sabiam que eu era da Bahia, e me diziam que o CES
58 tinha que se posicionar. É dever ético do Conselho Estadual de Saúde se posicionar.
59 Não se colocar no lugar de vítima, realizar autocrítica e reconhecer a atitude
60 inconsequente, em muito ajudará o conselheiro em sua humanidade. Seu pedido de
61 desculpas reconhecendo o erro tem que ter maior amplitude, pois, o nome do CES foi
62 enxovalhado nacionalmente. Com a palavra o CES!”. A Conselheira Célia Maria
63 Alexandria de Oliveira informou que o SINDPREV/BA estava mobilizando toda a sua
64 categoria na campanha contra a Zika, tanto na capital quanto no interior. “Estamos
65 nessa luta contra o mosquito.” Informou também que às 17 horas na Reitoria da
66 Universidade Federal da Bahia haverá um ato em homenagem póstuma ao grande
67 militante, Marcos Vinícius que havia falecido recentemente de forma absurda. Ele foi
68 sequestrado e morto com um tiro na nuca, e os motivos dessa morte estavam sendo
69 denunciados em rede nacional, junto ao Ministério da Saúde, e no ato de hoje, além de
70 uma homenagem à belíssima vida militante do Marcos Vinícius, estaria sendo pedida
71 justiça pela sua morte e sendo chamada a atenção para a forma covarde como ele foi
72 assassinado. “Aqui fica uma pergunta: quantos de nós militantes teremos que morrer
73 para que se faça justiça, se faça igualdade, se faça inclusão e paz social.” Convidou o
74 CES para o referido evento às 17 horas. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida
75 Sampaio comentou que fazia 90 dias que fora expulso da reunião do Conselho Curador
76 da Bahiafarma, que levou ao pleno do CES o relato que ficou de pedir esclarecimentos e
77 inclusive ver qual seria a outra versão, mas até aquele momento não houve nenhuma
78 manifestação. Já estava no término do mandato e parecia que a impunidade iria reinar.
79 Disse que como membro do Conselho Curador havia solicitado as informações sobre a
80 Bahiafarma, o Sr. Ronaldo, diretor geral esteve na reunião do CES, e disse que estava
81 pronto, mas, só forneceria as informações quando o CES solicitasse. Porém, parecia que
82 nem o CES estava sendo respeitado, porquanto até o momento, a 30 dias da última
83 reunião, não teve nenhum resultado. Propôs que o CES entrasse com uma liminar
84 solicitando judicialmente a informação, pois seria feio para esse Conselho findar um
85 mandato com a marca de não ter direito às informações consideradas importantes. O
86 Conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves informou que no dia 12/02/2016 os Agentes
87 Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias estiveram reunidos com o diretor da
88 Atenção Básica, Cristiano Soster e a Superintendência de Vigilância Epidemiológica
89 para discutir a participação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias no combate
90 ao mosquito da dengue, já que o Ministério da Saúde havia editado a portaria 2121 em
91 2015, em que o Agente Comunitário de Saúde teria uma participação mais efetiva no
92 combate. E estava se discutindo sobre essa participação, uma vez que alguns gestores
93 estavam colocando os Agentes Comunitários para ir direto colocar o veneno sem sequer
94 dar um treinamento. Nesse sentido havia buscado a diretoria para que se pudesse
95 resolver essa situação, pois muitos desses trabalhadores nunca haviam trabalhado com
96 dengue. Até mesmo os próprios trabalhadores, Agentes de Endemias, que manuseiam o
97 larvicida têm sido acometidos por intoxicação com o veneno, e por isso havia uma
98 preocupação com esses trabalhadores, que ao invés de contribuir numa ação mais
99 efetiva poderia ser acometido pelo veneno. Comunicou que estava vivendo uma

100 epidemia em Itabuna, quase metade da cidade já estava acometida pela dengue, e no dia
101 anterior foram atendidas mais de mil pessoas no QG que foi implantado no município, e
102 solicitava ao Secretário enveredar mais esforços para ajudar, pois era uma situação
103 complicada, todos os hospitais estavam lotados, e estava precisando de todo o apoio
104 possível. Informou também que ano passado Arão havia lhe procurado colocando que o
105 Gabinete havia lhe comunicado que o seu suplente não poderia mais estar presente nas
106 reuniões do conselho quando ele estivesse. Porém, não havia verificado no regimento
107 nenhum impedimento em que o titular e o suplente não possam participar das reuniões.
108 Gostaria que a mesa se pronunciasse nesse sentido, pois não seria permitido, já que o
109 regimento não coloca essa situação, e sim a secretaria ou sei lá quem estivesse impondo
110 que o suplente não participe das reuniões do CES. A Conselheira Beatrix Kunz colocou
111 que em nome da CNBB faria um apelo da Campanha da Fraternidade Ecumênica do ano
112 de 2016 em que houve um seminário e estava sendo implantado nas comunidades, cujo
113 tema *o trabalho para o saneamento*, para que todas as pessoas tivessem mais vida, água
114 potável e que a questão do saneamento seja resolvida. Haveria uma sessão especial da
115 Campanha da Fraternidade Ecumênica no dia 26 de fevereiro, sexta-feira, às 09 horas e
116 30 minutos, no Plenário do Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, Assembleia
117 Legislativa da Bahia. Convidou a todos para participar dessa sessão especial. Disse que
118 a CNBB também se empenha nessa luta grande contra o mosquito na forma de
119 conscientização e ajudar as pessoas a dar os seus passos, sua contribuição, tratando o
120 lixo da própria casa e de várias formas. Essa campanha é ligada especialmente a esse
121 grande problema. O Conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara colocou que diante da
122 apresentação que haveria ali sobre a Regulação havia levado a visão do trabalhador que
123 trabalha diariamente com isso. Esclareceu que mesmo com a greve dos reguladores os
124 médicos estavam indo para lá. Todo paciente de risco de vida, paciente com
125 hemodiálise e paciente em tratamento de câncer estavam sendo regulados. Então, se
126 tinha um paciente na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, regulado e precisava de
127 uma vaga de UTI, estava sendo regulado, não estava indo porque não tinha a vaga. Isso,
128 independente da greve. “Deixar bem claro aqui que sabemos da nossa responsabilidade
129 e estamos respeitando esses casos graves.” Declarou que há seis meses havia alertado à
130 Tambone da Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB, quanto ao
131 Manoel da SESAB, de que antes de pensar em tirar a insalubridade dos reguladores
132 convoca a sentar e negociar. Eles não fizeram isso, mas cortaram de vez. Disse que
133 havia uma decisão da Justiça decretando a greve como ilegal, mas, posteriormente a isso
134 o Tribunal de Justiça tinha uma decisão falando que o Governo agiu de forma errada,
135 condenando o mesmo a pagar a insalubridade. Se o sindicato em um ato de
136 desobediência civil, por entender a justiça do pleito, o governo também não estava
137 obedecendo à decisão judicial. Pontuou que a questão da Regulação não era somente
138 prédio e mofo, mas, o funcionamento do sistema. “Fizemos relatórios, enviamos para os
139 e-mails dos conselheiros, sobre todos esses problemas do funcionamento do sistema,
140 porque é muito fácil dizer que o problema é a Regulação, mas tem uma série de
141 problemas que identificamos e colocamos ali para ser debatido com clareza.” Comentou
142 sobre o respeito da SESAB com o Controle Social. Havia pedido os contratos de
143 algumas empresas terceirizadas. São informações públicas, em que já havia pedido
144 antes via lei de informação, através do Conselho Estadual e não haviam mandado.
145 Mandaram os dois Relatórios de Gestão anteriores, mas ele tinha pedido o
146 quadrimestral. Então, qual o problema em mostrar esses contratos? Não queria fazer
147 denúncia somente por fazer, mas, queria ver os contratos. Às vezes estava no contrato
148 que seria “X” e estava recebendo “X” não teria como fazer a denúncia, mas, se estava
149 como “X” e estava recebendo “Y”? Tinha uma Unidade que recebeu três vezes mais,

150 dois meses depois do contrato. “Queremos saber por que isso, por que estão pagando
151 100 mil, 200 mil por mês de aluguel com uma unidade própria ao lado fechada?” O
152 Conselheiro Raul Moreira Molina Barrios informou que do dia 18 a 21 de fevereiro de
153 2016 toda a direção do COSEMS estará reunida trabalhando no planejamento para
154 2016-2017, e solicitou à mesa e aos conselheiros que se possível fosse feita a
155 apresentação do COSEMS no período da manhã, pois teria que se deslocar ainda até
156 Itacaré, onde seria feita a reunião. Pontuou que concordava com o Conselheiro
157 Josivaldo, estava na reunião de emergência juntamente com o Senhor Presidente, no
158 Gabinete, e lá foi colocado como seria o trabalho das Forças Armadas, uma forma
159 totalmente atípica. Vigilância não era feita por qualquer pessoa e de qualquer jeito. Os
160 próprios Agentes Comunitários que já tinham essa missão, e desde que passaram a ser
161 Agentes Comunitários e de Endemias juntos, já deveriam estar sendo capacitados para
162 fazer a coisa. Muitos deles inclusive, já ganhavam até insalubridade para isso.
163 Concordava plenamente, e concordava com a opinião do Senhor Presidente colocada lá
164 dentro, de que se desse um aulão para se capacitar. Não poderia pegar os militares e
165 qualquer forma para que se entrassem nas casas como se fosse qualquer coisa. Com
166 relação ao que o Conselheiro Marcos havia colocado, disse que a questão da Bahiafarma
167 já estava terrível. Disse ainda que fazia parte do Conselho Curador como conselheiro
168 titular, e se o Conselho não tinha legitimidade, ele tinha. “Coloco-me à sua disposição,
169 viu Marcos? Porque entro e quero ver se não vem resposta. Não recebi JETON até hoje
170 e soube que havia JETON depois disso, pois nem sabia que tinha. Na época era
171 presidente do COSEMS e o meu suplente que ia às reuniões. Depois me falaram que
172 quem assina a ata que recebia.” E solicitou inversão de pauta para que pudesse fazer sua
173 apresentação. O Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza informou que do dia
174 11 a 14 de fevereiro de 2016 na cidade de Fortaleza no Ceará, houve a Reunião do
175 Planejamento Estratégico do Colegiado Nacional – RNP-Brasil, para tentar não só
176 avaliar o documento político da entidade, que foi tirado no 6º Encontro Nacional da
177 Rede de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, como também planejar as ações estratégicas
178 para o ano de 2016. Diante disso haveria em abril provavelmente, uma reunião do
179 Colegiado Nordeste, e como estava na representação nacional enquanto RNP e
180 ANAIDS no Conselho Nacional de Saúde fazia parte dos dois colegiados, tanto o
181 regional quanto o nacional. Disse que nas ações de carnaval se posicionaria sobre a
182 importância de estar presente, não somente no planejamento como na execução das
183 ações de carnaval, para que no ano de 2017 pudesse haver um avanço maior. O
184 Conselheiro André Fernando Wermann declarou que a Entidade a qual representava
185 atendia em torno de 750 pessoas acometidas por doenças ligadas ao mosquito Aedes
186 Aegypti. Foram criadas estruturas segmentando a própria emergência em si que já
187 estava comprometida pelo volume de pessoas que estavam adentrando o hospital, é
188 claro que não havia distinção, tanto na parte do SUS quanto de convênios a sobrecarga
189 era imensa. Comentou que estava em Salvador no dia anterior e soube que a estrutura da
190 SESAB estava em Itabuna, o que deixava todos animados e esperançosos de que se
191 pudesse obter de alguma maneira algum tipo de auxílio. A entidade que representava
192 estava com 11% do quadro de atestado médico, acometido do problema, o que acabava
193 gerando um desgaste extremo de pessoas, gera um custo com insumos extremamente
194 elevados, e a capacidade de sustentar isso já havia se esgotado há algum tempo. Então, o
195 comprometimento da assistência em quantidade e em qualidade de serviços, sobretudo,
196 está evidente, não há como sustentar a situação como se encontrava naquele momento
197 em Itabuna, seria preciso algum tipo de apoio e aporte para que isso melhorasse.
198 Destacou também o momento econômico e a complicação que se passa, gerada também
199 por atrasos do próprio Ministério da Saúde que mudou seus calendários, faz também

200 com que a capacidade financeira deles se esgote e os deixe numa situação muito
201 delicada também. Houve recentemente no município uma greve de um dia por conta de
202 não cumprimento de pagamento de salários no 5º dia útil, o que se torna uma constante,
203 porque dependem exclusivamente de recursos oriundos do Ministério da Saúde que
204 passa para os municípios e daí para os hospitais, pois já não há mais capacidade interna
205 de gestão de caixa que permita tomar alguma antecipação de recursos em banco, a fim
206 de suprir essa deficiência da data de repasse dos gestores. Falou que sua crítica não é em
207 relação a atrasos de gestores, mas, de como o sistema está organizado e infelizmente
208 não tem mais como ser absorvido por parte dos prestadores, e isso tende a se tornar uma
209 constante. Novamente estaremos atingindo em quantidade e qualidade a assistência ao
210 usuário, e isso ele não tem a menor dúvida. “Falo mais da entidade que represento,
211 porque é mais fácil você falar do que se vive todos os dias, mas com certeza é uma
212 realidade de segmento, não é específica de uma ou duas entidades.” O Conselheiro
213 Silvio Roberto dos Anjos e Silva informou sobre a manifestação que diretoria do
214 SINDSAÚDE juntamente com os trabalhadores e trabalhadoras do IPERBA havia
215 realizado, pois mais uma vez uma das unidades públicas, o IPERBA, está correndo o
216 risco de ser terceirizada. Houve uma grande manifestação, e o governo continua
217 insistindo em entregar o patrimônio público da população á rede privada. Falou que não
218 tinha nada contra à questão do privado, pois não houve opção por um país socialista,
219 porém, não poderia ser permitido o desvio de recursos públicos para a rede privada. Via
220 o exemplo da terceirização em determinadas unidades que não tinha dado resultados
221 positivos, haja vista algumas unidades, como o Hospital Dantas Bião que quase nenhum
222 trabalhador trabalhava lá, todos eles foram para Camaçari ou Mata de São João se
223 desviaram. Comentou que se estava em um processo de progressão dos trabalhadores da
224 saúde, e a forma da progressão reivindicada ao governo que era estendida a todos, mas
225 estava sendo orientado a todos os trabalhadores e trabalhadoras, que entrem com sua
226 solicitação de progressão, e as unidades não estavam preparadas para atender os
227 critérios definidos no decreto sem anuência da entidade. Falou ainda que havia
228 encaminhado, tanto para a Secretaria da Saúde quanto para a Secretaria da
229 Administração, sendo entregue inclusive para o Sr. Ivonildo ali presente, um ofício
230 solicitando que essas secretarias orientem e preparem essas unidades, para que os
231 trabalhadores não sofram nenhum prejuízo. Disse que segundo os trabalhadores
232 denunciaram, as unidades terceirizadas tinham ticket alimentação diferenciado do ticket
233 dos servidores; estavam com previsão de aumento da carga horária, quando aos
234 trabalhadores da saúde era negado. Então, se vivia nessa situação. Informou ainda que
235 naquele dia estava ocorrendo uma plenária dos trabalhadores da saúde que estaria
236 discutindo a questão da reposição salarial, a proposição do SINDSAÚDE seria levar
237 para essa plenária através de um representante, uma paralisação de advertência,
238 manifestação na Assembleia Legislativa e manifestação na Governadoria, porque o
239 Governador tinha a obrigação de se pronunciar, pois até aquele momento não tinha
240 feito, com relação à reposição salarial. Ressaltou que não queria encerrar seu mandato
241 no Conselho Estadual de Saúde sem apreciar o que tinha ocorrido na Conferência
242 Nacional de Saúde, até porque era o CES, a representação da Bahia que estava sendo
243 criticado em todo o país. Não poderiam perder a oportunidade de se pronunciar em
244 relação a essa situação, até porque a delegação da Bahia sempre teve definidas as
245 Conferências em que participava, tinha o papel de destaque. Deveria ser emitido um
246 parecer em relação a essa questão. Propôs pautar uma discussão sobre a situação da
247 dengue e outras doenças causadas pelo mosquito Aedes Aegypti, através da Vigilância
248 em Saúde Ambiental e Vigilância Epidemiológica. Não tratar com especificidade, como
249 seria discutida naquele dia, a microcefalia, pois a questão do mosquito não se trata

250 somente com especificidade em uma enfermidade. A Conselheira Maria Helena Ramos
251 Belos comunicou que no dia 1º de fevereiro de 2016 houve a primeira reunião para a
252 elaboração do Plano Estadual de Saúde. Foi apresentada a metodologia, os critérios e
253 como seria elaborado esse plano. No dia 22 de fevereiro haveria outra reunião, e
254 solicitava à Mesa Diretora que mandasse um documento falando da importância do CES
255 na elaboração desse plano. Depois poderia conversar como o Conselho vai emitir esse
256 documento falando da importância do Conselho Estadual nesse controle social. A
257 Conselheira Ângela Macêdo Magalhães informou sobre uma campanha de
258 enfrentamento que o Sistema FIEB através do Serviço Social da Indústria desenhou,
259 estruturou recentemente enfrentamento da tríplice epidemia (Dengue, Zika e
260 Chikungunya), um problema que estava afligindo a todos. A ideia seria contemplar em
261 torno de 50 mil trabalhadores e trabalhadoras da indústria, ligados ao Serviço Social da
262 Indústria tanto em Salvador como na Região Metropolitana de Salvador, Itabuna,
263 Vitória da Conquista, Barreiras e Juazeiro, onde o SESI tinha as suas unidades de saúde
264 e segurança. Disse que diversas ações seriam contempladas no plano e o principal
265 objetivo seria capacitar multiplicadores de prevenção entre os profissionais de saúde e
266 segurança da indústria. A ideia de expor isso foi de solicitar um apoio da Secretaria de
267 Saúde na doação dos materiais, que seriam: folder, banner, dentre outros que seriam
268 necessários para solidificar essa parceria entre o Sistema FIEB e a SESAB. Esse
269 Sistema também estaria ofertando, abrindo espaço para uma fala do governador para os
270 empresários da indústria em relação a essa necessidade de mobilização com relação a
271 essa tríplice epidemia. Declarou o desejo do Sistema FIEB em fazer essa parceria com a
272 SESAB na doação desses materiais. O Conselheiro Antônio Marcos Almeida Sampaio
273 informou que no dia 1º de fevereiro houve uma Audiência Pública na Universidade
274 Federal da Bahia – UFBA para falar sobre a situação da Assistência Obstétrica na
275 Bahia. Inclusive havia faltado um representante do CES para fazer parte da mesa,
276 estando presente juntamente com Marcos Antônio e outras pessoas do Conselho, mas
277 haviam ficado impedidos de representar o conselho desde quando não haviam sido
278 encaminhados para tal. Sugeriu consultar alguns conselheiros de alguns segmentos para
279 poder representar o CES nesses espaços, pois foi uma situação muito grave a respeito
280 das demandas que passaram, como pacientes grávidas parindo em cadeiras quebradas,
281 no chão, crianças morrendo, e pensava que tinha que levar essa pauta para dentro do
282 CES. Citou a situação da Maternidade Climério de Oliveira, a questão da preocupação
283 dos estudantes e estagiários que estavam com medo de fazer a residência na referida
284 maternidade. Parabenizou os conselheiros de saúde do município de Salvador, que no
285 carnaval haviam feito um trabalho árduo visitando todas as Unidades de Pronto
286 Atendimento – UPAs do município e Estado e havia percebido várias coisas que seriam
287 colocadas logo após, na pauta do carnaval, a fim de não prolongar a sua fala. Pontuou
288 que a Mesa Executiva, a gestão ou a BAHIAFARMA teria que respeitar o pleno do
289 conselho. O controle social na Bahia seria a marca do CES, a falta de respeito que
290 estava se tendo com o mesmo. Não se sentia mais à vontade em voltar a ser conselheiro,
291 pois nunca tinha visto o controle social ser tão desrespeitado nessa atual gestão. Havia a
292 Lei de Informação desde 1996, os documentos que tinham que ser públicos, mas não se
293 tinha acesso a esses documentos, e era uma falta de respeito em que o conselho teria que
294 partir para cima e cobrar. Comentou sobre o encaminhamento da BAHIAFARMA, em
295 que teria que sair do pleno um encaminhamento ao Ministério Público e na parte de
296 fundação solicitando à BAHIAFARMA que desse acesso a essa pauta que estava sendo
297 solicitada, já que a própria não estava querendo fazer isso de forma pacífica. O
298 Conselheiro Luís Delfino Mota Lopes comentou que a Conselheira Beatrix estava
299 deixando o CES, o que já deixava um pouco de tristeza a todos, mas que ela continuasse

300 a sua luta pelos caminhos da vida. Relatou que estava escutando no rádio e uma
301 entrevista com especialistas em colonoscopia, que falava da dificuldade em se fazer
302 exame em Salvador. E hoje a Medicina preconiza que com 50 anos de forma preventiva
303 deveria ser feito o exame. Disse que a tabela do SUS pagava 112 reais, o que não
304 pagava o material gasto no exame, imaginasse todo o custo. A tabela estava defasada,
305 iria para as reuniões em Brasília, e a tabela? O que irá acontecer com essa tabela? Cada
306 dia inviabilizava mais, era o que pagava também na rede pública e na rede privada.
307 Perguntou que dia chegava os recursos financeiros do SUS na Bahia; quanto tempo
308 levava esses recursos financeiros no estado da Bahia, no FESBA, para chegar, processar
309 e pagar. Querem transparência nesse processo para que pudesse passar aos prestadores.
310 “O recurso chegou, está desse jeito, o processo está assim, não chegou, o Ministério da
311 Saúde não repassou, e pronto, ficam todos informados. Pelo menos para nos
312 programarmos, porque o pessoal de Itabuna mesmo estava falando da dificuldade
313 financeira. Então, precisamos desse cronograma para nos programarmos, porque o
314 prestador precisa pagar o funcionário e só paga quando recebe do SUS.” Colocou que a
315 Dengue era uma coisa macro. No município de Valente quando tem visto Dengue são
316 nos reservatórios de água e não na latinha nem nos pneus. Nos reservatórios não havia
317 larvicida em quantidade suficiente, as visitas não têm sido feitas no período certo e
318 ficava pensando. Queria fazer uma demanda macro disso, será que teria que chamar a
319 Embasa, o que poderia ser feito para a cobertura desses tanques? Será que iria provocar
320 a indústria, obrigar os fabricantes de tanques para vir tanques telados, como as
321 Indústrias de automóvel devido ao índice de poluição de carbono no escapamento dos
322 carros? Será que não teria que ter essa discussão macro ou a Bahia estava sendo
323 ofendida, pois havia começado com a demanda da Zika no Brasil? Não poderia começar
324 a ser pioneiro nisso, discutir de forma macro essa questão da Dengue envolvendo a
325 indústria que fabrica os tanques? O Conselheiro Antônio do Lago de Souza informou
326 que no dia anterior houve um encontro da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do
327 Brasil, e no dia 26 de fevereiro seria realizado o Encontro Estadual da Central dos
328 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, organizado pela Central dos Trabalhadores e
329 Trabalhadoras do Brasil. E esse encontro seria realizado na Reitoria da UFBA, das 08 às
330 13 horas, aonde iria se analisar a conjuntura, e haveria a participação de Haroldo Lima,
331 representante do DIAP, bem como, outros representantes, para analisar as pautas
332 bombas que existiam no Congresso contra todos os trabalhadores e trabalhadoras, e a
333 confirmar a presença da Senadora Lídice da Mata. Convidou a todos para participar
334 desse encontro, a fim de avançar no que já tinha sido conquistado. Não poderia de
335 maneira nenhuma se abrir mão de direitos, teria que se ampliar conquistas e flexibilizar
336 direitos. Esse seria o debate no Encontro Estadual citado anteriormente, e seria muito
337 importante que os conselheiros estivessem lá para contrapor a essa crise criada pelo
338 Sistema Financeiro Nacional no Brasil e pela Ordem Econômica Mundial. “Temos que
339 estar alertas para de fato saber onde está a crise, porque não financia a Saúde, porque a
340 Saúde na Bahia está sendo terceirizada ao invés de se privilegiar o concurso público,
341 fortalecer o Sistema Único de Saúde através da contratação de profissionais e concurso
342 público, como Luiz Américo colocou: estamos batendo meta para alugar prédios, ao
343 passo que o Estado tem prédios próprios que podem ser utilizados para abrigar unidades
344 de saúde.” Conselheira Liliane Elze Falcão Lins Kusterer chamou a atenção do CES
345 para discutir sobre a questão da privatização no Brasil. Já estava posto na mesa, mas era
346 sabido que recentemente o Supremo Tribunal Federal – STF havia julgado procedente a
347 contratação pelo poder público, de organizações privadas sem licitação para as áreas de
348 ensino, pesquisa científica, saúde, cultura, desenvolvimento tecnológico e preservação
349 do meio ambiente. Disse que o movimento a favor da privatização não estava ocorrendo

350 somente no estado da Bahia, mas em todo o Brasil. Todos sabiam a importância da 8ª
351 Conferência Nacional de Saúde na vida dos trabalhadores, usuários e de todas as
352 pessoas. Era sabido que os conselhos tinham uma importância fundamental de controle
353 social, do que era decidido e proposto nas Conferências, tanto que o plano estadual só se
354 justificava quando contemplava o que estava proposto nas Conferências que traziam
355 essas representatividades e faziam valer o controle social. Gostaria que o CES discutisse
356 isso, pois comprar e contratar sem licitação diminuía a possibilidade do controle social,
357 da gestão em relação aos recursos públicos; a privatização dificultava a organização dos
358 trabalhadores, passando a ter dois tipos de trabalhadores; minava o movimento sindical,
359 pois havia a legitimidade de um direito de greve e havia outra classe de trabalhadores
360 que minava o movimento de greve. E essa classe de trabalhadores poderia ter um
361 movimento precário e também poderia ser contratada por salários diferenciados. Então,
362 tirava a questão da equidade no serviço. Sentia-se de mãos atadas, pois não sentia que
363 estava indo em movimento contrário à privatização. Gostaria de saber qual o papel real
364 do CES e dos conselhos estaduais do país e do Conselho Nacional. “Por favor, vamos
365 discutir e levantar essa bandeira para uma movimentação nacional.” A Conselheira
366 Eliane Araújo Simões comentou sobre o cansaço desse sistema participativo, em que
367 pensava que todos ali estavam cansados desse sistema, cansados dessa instituição de
368 participação que é o CES, que não se tinha o efeito da participação dos conselheiros.
369 Essa foi sua reflexão. Estavam ali mensalmente apenas para se encontrarem e falarem
370 para eles mesmos. Onde estava a gestão ali? Aquilo era uma reunião de conselheiros
371 exclusivamente? Onde estava o Secretário da Saúde? Iriam falar para eles mesmos? Se
372 quisessem fazer isso marcariam as suas reuniões, pois aquilo não era uma reunião
373 somente de conselheiros, mas uma reunião de institucionalidade participativa. Nela teria
374 que estar à sociedade e a gestão. “Isso aqui é piada, há um desvirtuamento desse espaço,
375 então, seria preciso discutir isso. Essa é nossa última reunião, vamos começar? Não
376 estou me incluindo nessa nova gestão, mas será que vamos recomeçar nesse cansaço,
377 nesse desestímulo, marasmo e mesmice de 2015? Começaremos o ano de 2016 com
378 essa mesma omissão, com essa lerdeza, essa negligência? Precisamos fazer algo.”
379 Justificou sua ausência na reunião passada alegando que estava participando do Fórum
380 Social Mundial, e lá se discutia: *um novo mundo é possível?* Não queria ir tão longe,
381 mas perguntava: uma nova Saúde seria possível? Uma Saúde resolutiva estadual seria
382 possível? Um conselho atuante, com autonomia, com efetividade de participação, onde
383 a democracia deliberativa realmente aconteça, existisse, caminhe, porque não podemos
384 fazer democracia sozinhos. Os conselheiros levavam ao CES os problemas reais, mas
385 não estavam dando conta para avaliar essa situação. Todos os problemas reais foram
386 citados aqui. Colocou que havia solicitado à BAHIAFARMA uma relação das
387 farmácias. Havia mandado e-mail, conversado com os companheiros, mas não obteve
388 respostas. Então, simplesmente encaminhamos uma denúncia para o Ministério Público
389 e Ministério Público do Trabalho. Haveria que se judicializar tudo, já que não existia
390 diálogo? Isto era o que seria preciso. Como é que não se conversava? O que estava
391 acontecendo no CES era uma falta de comunicação. O CES era uma *ilha* cercada de
392 água por todos os lados e essa correnteza não está levando a nada. Pontuou que as
393 terceirizações não dão conta. Entregar o dinheiro público ao setor privado para que
394 fosse eficiente, de qualidade, não existia, isso era balela. Citou o Dantas Bião em
395 Alagoinhas como exemplo da não eficiência, não eficácia e não efetividade das
396 terceirizadas. Disse que não seria discutido o Plano Estadual de Saúde – PES ali, uma
397 vez que essa discussão seria feita em um grande hotel, num resort em Itacaré com
398 Secretários. Não tem dinheiro? Onde está a contingência? O Conselheiro Raul Moreira
399 Molina Barrios colocou que havia coisas que se conseguia engolir e digerir. Havia

400 coisas que tinha até oportunidade de dizer que concordava plenamente. Não poderia
401 deixar de dizer que a Conselheira Eliane havia mencionado coisas importantes, que
402 tinha uma colocação coerente dentro de tudo aquilo, porém, seria importante ressaltar
403 que sempre estava presente ali, uma vez que a Conselheira Eliane havia falado que a
404 gestão não estava presente, e quando ele não estava sempre o COSEMS se fez presente.
405 Disse que dava respostas a tudo, então, quando se falava da gestão seria preciso que se
406 colocasse que gestão estava se falando. Primeiro lugar: pedia que fosse colocado bem
407 claro. Segundo lugar: perguntar o planejamento das atividades do COSEMS? Isso era de
408 foro íntimo dos Secretários. Ir para Itacaré porque a presidente do COSEMS era de
409 Itacaré, secretária, e havia conseguido um local para fazer de graça, ser criticado por
410 isso? “Estamos indo para lá para deixar de fazer as coisas aqui em Salvador, pois
411 ficamos no interior, pensamos diferente disso. Portanto, temos toda e qualquer boa
412 vontade de responder a tudo que é necessário ser respondido. Aquilo que nos atinge,
413 que é da nossa prerrogativa iremos fazer. Fazer um discurso bonito aqui entre quatro
414 paredes somente e não ir para a frente, é problema. As dificuldades que temos não são
415 pequenas, são imensas e temos que dividir com todos. Pedir que o mesmo respeito que
416 temos por todos os conselheiros pelo controle social e por cada instituição, seja feita da
417 mesma maneira com o COSEMS.” O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos declarou
418 que sua fala era solidária ao Conselheiro Raul, pois muitas vezes quando as pessoas se
419 sentiam ofendidas naquele espaço relatavam as suas ofensas, e realmente tinha que se
420 moderar as falas no sentido de respeitar os pares, pois estavam em um colegiado, e pelo
421 que sabia não havia conselheiro de primeira, segunda ou terceira, todos eram
422 conselheiros e participavam do controle social. “Temos que ter respeito para com os
423 outros.” Justificou a ausência do Secretário e informou que o suplente do mesmo, ou
424 seja, o segmento gestão/SESAB também estava presente, como o segmento Ministério
425 da Saúde/gestão também estava presente na reunião do CES. Portanto, não eram
426 pessoas, mas segmentos representados, e para isso existiam titulares e suplentes, e
427 estavam se fazendo presentes como em todas as reuniões. Disse que diante de todo esse
428 processo epidemiológico que vivia o Brasil com a tríplice epidemia; por conta da
429 gravidade da situação em que o país se encontrava e o estado da Bahia; por conta da
430 visita da presidente Dilma Rousseff no dia seguinte, na cidade de Juazeiro para
431 conhecer o Laboratório da Moscamed, que já tinha duas experiências com mosquitos
432 transgênicos na Bahia, uma na cidade de Juazeiro, outra na cidade de Jacobina, e uma
433 das alternativas que o Ministério da Saúde e a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia
434 poderiam lançar no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, a presidente estaria vindo à
435 Bahia e o Secretário foi convocado pelo governador para fazer essa discussão e preparar
436 a recepção da presidente Dilma ao estado da Bahia. Comentou que o Secretário de Ação
437 Integral à Saúde, Dr. Beltrame estaria na Bahia naquele dia também por conta da
438 situação em que o país vivia, e a outra agenda do secretário Fábio Vilas-Boas era por
439 conta disso e estava preparando todo um processo para participar, tanto da agenda com
440 o governador quanto da agenda com o Secretário de Ação Integral à Saúde, e pedia para
441 dar esse informe em respeito àquele colegiado, o porquê do não comparecimento dele
442 enquanto secretário, enquanto conselheiro àquela reunião. Informou ainda que desde o
443 dia 15 de fevereiro, o Superintendente da Regulação, Dr. José Saturnino Rodrigues, o
444 Dr. Paulo de Tarso e outros membros da Diretoria de Regulação estavam no município
445 de Itabuna dando suporte ao município nesse enfrentamento a uma epidemia que estava
446 acontecendo lá. E por conta disso, o Superintendente da Regulação, Dr. José Saturnino
447 Rodrigues não pode estar ali presente para fazer a apresentação do ponto de pauta sobre
448 a Regulação do Estado da Bahia, solicitado pelo Conselheiro Cícero e colocado em
449 pauta na última reunião da Mesa Diretora. Porém, a gestão naquele momento, por conta

450 da impossibilidade de se apresentar aquele ponto de pauta, se comprometia a colocar na
451 reunião seguinte do CES o retorno do ponto de pauta da Regulação, para que
452 efetivamente os conselheiros tivessem pleno conhecimento de como todo o processo de
453 Regulação no Estado da Bahia funcionava, e a gestão estava aberta inclusive, dentro
454 desse processo de apresentação para poder fazer toda a discussão com o controle social
455 a respeito do assunto. E para deixar registrado: quando muitos diziam que esse governo
456 era de continuidade, era um governo de continuidade, e àquela gestão não poderia e nem
457 deveria dar uma guinada de 360 graus em todo um processo de contratualização, de
458 atenção à saúde da população baiana, e ela vinha dando sequência a todo um processo
459 de gestão encontrada. Não houve um serviço que aquela gestão tivesse terceirizado.
460 Pelo contrário, foi criticada quando optou em não renovar um contrato com o Hospital
461 Salvador na Federação e priorizou abrir os leitos no Hospital Roberto Santos. Ou seja,
462 fez o inverso: saiu de um serviço privatizado e fortaleceu um serviço público que foi o
463 Hospital Roberto Santos e estamos recebendo críticas de alguns membros sobre o
464 processo de terceirização. Disse que a gestão não se furtava a debater essa discussão. A
465 Conselheira Isadora Oliveira Maia informou que no mês de março teria que ser feita à
466 apresentação do Relatório Anual de Gestão/2015 juntamente com o 3º quadrimestre de
467 2015. Então, as pautas começavam a ter alguns problemas se não se cumpriam os
468 momentos de determinadas pautas. Disse que a avaliação do Plano Estadual de Saúde –
469 PES/2012-2015 também deveria ser feita, e já estava mais de que na hora, já tinha
470 conversas com a própria gestão da construção do PES 2016, porque teria que abrir para
471 todos os conselheiros para que construíssem, conselho, COSEMS, gestão, e todos
472 pudessem dar a sua contribuição. Aquela semana teria que ter uma conversa para já
473 abrir para os conselheiros começarem a fazer as suas contribuições com o que se
474 imaginava, pois também tinha tudo o que foi dito na conferência. Ressaltou que as
475 pautas tinham que ter essa efetividade, pois se reunir no mês seguinte, uma apresentação
476 de um RAG era praticamente uma manhã inteira com todas as discussões. Então, que a
477 apresentação não feita pelo Dr. Rodrigues pudesse ter sido feita por outra pessoa para
478 não pular as pautas. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio destacou que a
479 pauta sobre a Regulação havia sido bastante requerida, não somente pelo Conselheiro
480 Cícero, mas, por outros conselheiros também. Reconhecia o esforço do Dr. Saturnino,
481 via a tentativa em resolver o problema, mas, era um desrespeito ao CES não ser
482 apresentado, já que a apresentação foi enviada anteriormente. Estavam na eminência de
483 uma greve, era contra a qualquer corte de direitos, mas, pessoas estavam morrendo nos
484 hospitais e nas UPAs. Comunicou que houve no Conselho Municipal de Salvador no dia
485 anterior, a apresentação sobre a Regulação Municipal, inclusive uma preparação para ir
486 ali. Foi colocado lá que a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador havia entrado no
487 Ministério Público pedindo a investigação, pois 60% dos casos iam para a Regulação, as
488 pessoas morriam por mortes que poderiam ser evitadas se as pessoas tivessem acesso
489 aos equipamentos. Disse que era uma irresponsabilidade muito grande aquela
490 apresentação não ser feita, e no momento da cobrança do respeito feito ali, pensava que
491 a Conselheira Eliane no momento em que colocou a questão do PES foi mal
492 interpretada, ela só disse o local que deve ter coincido com o local que estava
493 acontecendo também o COSEMS, mas ela falou do PES, que inclusive já deveria há
494 algum tempo ter discutido, porque pela primeira vez no estado da Bahia, final da gestão
495 do CES, onde nenhum conselheiro tem certeza se continuará, pois se assim tivesse, sem
496 o processo eleitoral estaria ali declarando talvez que o processo não era tão eleitoral.
497 “Todos que terão direito a ir para o pleito vão para o pleito, mas pode ser que tenha um
498 novo conselho aqui. Então, vamos com um conselho que não discutiu Programação
499 Estadual de Saúde, plano, o último quadrimestre, e a eleição já é em março, e daremos

500 posse ao novo conselho. Esse negócio de dizermos aqui que iremos deixar a pauta para
501 a próxima reunião, quem vai dizer qual a pauta para a próxima reunião é o novo
502 conselho. E este poderia dizer que a pauta não é discutir essas questões agora, porque
503 ele quer educação permanente.” Disse que o Iperba estava fechando direto, faltavam
504 profissionais, os profissionais estavam tendo dificuldades, e seria preciso fazer essa
505 discussão ali. Propôs manter o ponto de pauta, mesmo a gestão não apresentando, a fim
506 de dar o encaminhamento dentro do pensamento e das questões colocadas ali, a partir
507 daquilo que vivenciaram. O Senhor Presidente declarou que a mesa estava abrindo
508 precedente, pois estava na questão dos informes que não tinha questão de ordem. A
509 mesa iria direcionar, se fosse realmente questão de ordem relacionada à palavra do
510 Conselheiro Ivonildo sobre a questão da Regulação. Se fosse isso a mesa demandava,
511 uma vez que a mesma já tinha o direcionamento do posicionamento. As pessoas
512 estavam falando antes da mesa se pronunciar e dizer qual seria a condução. Disse que a
513 mesa já tinha posicionamento e colocaria para o pleno. A Conselheira Lílian Fátima
514 Barbosa Marinho propôs que mantivesse a pauta e o representante do SINDMED, Luiz
515 Américo, cumprisse essa pauta e fizesse os devidos esclarecimentos sobre a Regulação,
516 uma vez que os conselheiros haviam recebido o documento, lido, avaliado, e iriam
517 garantir a pauta exatamente por conta da intervenção feita pela mesa, na fala da
518 Conselheira Isadora. O Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza declarou que
519 aquilo ali não era um conselho de gestão. A gestão participava, mas ali era um conselho
520 de controle social, a pauta era de controle social e não de gestão, esta era convidada a
521 apresentar as suas pautas. Já existia há muito tempo uma prática ali, em que quando se
522 queria fugir dos assuntos se saía pela tangente. Quando a pauta fosse de gestão, levada
523 para lá, a gestão teria que ter um mínimo compromisso de que, se o representante que
524 deveria ir não foi, teria que ser indicada outra pessoa, pois se ele, Moysés, enquanto
525 instituição fosse convidado a apresentar uma pauta da sua instituição ao CES e estivesse
526 impossibilitado, por uma questão de responsabilidade civil com aquele espaço,
527 enquanto instituição indicaria outra pessoa. E assim teria que se dar para todas as
528 instituições que compunham o Conselho Estadual de Saúde. Não estavam lidando com
529 pessoas representativas no CES, mas instituições. Citou o caso da BAHIAFARMA,
530 destacando que se a mesma não dava respostas, no pleito seguinte de eleição do CES, a
531 BAHIAFARMA teria que ser requisitada a sair do CES, uma vez que a mesma não dava
532 respostas, então, para que fazia parte? Ressaltou que os conselheiros ali teriam que
533 pensar sobre a efetividade do que representavam em cada espaço que estavam tendo ali,
534 porque existia espaço de gestor, prestador, profissionais de saúde e usuários. Não
535 poderiam mais fugir e deixar o conselho inoperante como estava acontecendo.
536 Encaminhava da mesma forma que a Conselheira Lílian: que o SINDMED lesse todos
537 os seus documentos e os conselheiros fizessem algum tipo de encaminhamento sobre a
538 situação da Regulação na Bahia. O Senhor Presidente informou que na reunião anterior
539 havia feito um ofício à BAHIAFARMA, reiterado os ofícios solicitados, e a mesa vinha
540 solicitando da BAHIAFARMA através do Secretário da Saúde e seus representantes, o
541 cumprimento que o conselho solicitou. Disse que no dia 11 de fevereiro havia participado
542 juntamente com o Conselheiro Raul Molina e o chefe de gabinete da SESAB, a questão
543 do fornecimento das informações. Tinha um processo e o Conselheiro Marcos seria
544 convocado, pois havia um pedido para que o mesmo se justificasse, conforme a Lei de
545 Informação, e seria dado esse encaminhamento. O processo estava para dar vistas,
546 porém, no período da manhã esteve ali uma pessoa através do presidente da
547 BAHIAFARMA levando um ofício, o qual leria para o pleno. “Ilustríssimo Sr. Ricardo
548 Luiz Dias Mendonça, Presidente do Conselho Estadual de Saúde, 17 de fevereiro de
549 2016. Prezado Presidente: cumprimentando-os cordialmente, em atenção ao ofício

550 externo nº 21/2015, de 27 de janeiro de 2015, vem perante V. Exa., expor o seguinte:
551 inicialmente, cabe registrar que a Fundação Baiana de Pesquisa Científica e
552 Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos –
553 BAHIAFARMA, através de toda a sua Diretoria Executiva, não tem medido esforços
554 para atender às solicitações que lhe são encaminhadas pelo Conselho Estadual de Saúde,
555 especialmente por entender que o CES, além de fazer parte integrante do Conselho
556 Curador desta fundação, tem papel de suma importância de controle social quanto aos
557 assuntos relacionados à saúde pública. Entretanto, por questões jurídico-legais, a
558 BAHIAFARMA está impossibilitada de prestar imediatamente as informações
559 solicitadas por V. Sa. através do Ofício Externo nº 21/2015, de 27 de janeiro de 2015,
560 considerando que sua Diretoria Executiva está subordinada às decisões do Conselho
561 Curador – órgão máximo desta fundação – o qual detém a competência institucional
562 para atender à solicitação do CES, já que os documentos solicitados são efeitos ao
563 Conselho Curador e não à Diretoria Executiva. Note-se que o atendimento imediato da
564 solicitação apresentada pelo CES, em princípio pode implicar na usurpação de
565 competência do Conselho Curador pela Diretoria Executiva, razão pela qual o
566 expediente enviado por V. Sa. foi imediatamente encaminhado ao Conselho Curador,
567 para ato contínuo ser encaminhado à Procuradoria Geral do Estado – PGE para análise,
568 parecer e recomendações de como proceder no caso em testilha. Diante do exposto,
569 reconhecendo a relevância e pertinência da solicitação apresentada pelo CES, a
570 Diretoria Executiva da BAHIAFARMA informa que tomou todas as medidas que lhe
571 eram cabíveis para obter, não só a autorização necessária, mas também ser instruída de
572 como prestar as informações requeridas através do Ofício Externo nº 21/2015, de 27 de
573 janeiro de 2015, ficando apenas no aguardo do resultado final da consulta apresentada
574 junto à PGE. Em tempo, renovamos nossos mais altos votos de estima e consideração.
575 Atenciosamente, Ronaldo Ferreira Dias, Diretor Geral.” Salientou que mediante este
576 documento, e ali havia três conselheiros que faziam parte do Conselho Curador, sendo
577 os Conselheiros: Raul, Marcos e Walney que não estava ali presente. De imediato seria
578 oficializado e solicitado regimentalmente, através do Regimento da BAHIAFARMA
579 uma reunião extraordinária do Conselho Curador. “Precisamos chamar, porque vocês
580 são representantes lá e o Conselho Curador não está cumprindo uma determinação do
581 controle social na questão da documentação. Pegar o Regimento e ver qual o prazo
582 regimental para chamar essa reunião para colocarmos isso, e o conselho fornecer de
583 imediato, porque lá é a instância maior, já que a Diretoria Executiva está colocando para
584 o Conselho Curador deliberar isso aqui.” Propôs que já saísse um ofício ali dos
585 conselheiros solicitando uma reunião do Conselho Curador. O Conselheiro Marcos
586 Antônio Almeida Sampaio declarou que havia um desfecho ali visionário, parecia que
587 acabaria o mandato e não se conseguiria. Disse que aquilo era uma desculpa de quem
588 não queria prestar informação. No Conselho Curador eles eram minoria. O Estado tinha
589 todos os conselheiros e somente o COSEMS e o CES tinha um representante, uma vez
590 que era suplente e que foi posto para fora, com a justificativa de que o secretário queria
591 que ele saísse. Automaticamente seria uma reunião onde se legitimaria a não
592 autorização de prestar as informações. Estavam lidando com algo que não era natural. A
593 Lei de Informação dizia que a informação deveria estar explícita no meio eletrônico,
594 então, nem teria que solicitar, poderia abrir o site da BAHIAFARMA e pegar essas
595 informações que ele estava solicitando. Disse que a Lei de Informação diz que as
596 informações precisavam ser de ampla divulgação. Não sabia dos outros conselheiros,
597 mas era a gota d’água dizer que, se um Conselho Estadual de Saúde da Bahia tinha
598 dificuldades em adquirir informações, onde um conselho com o Secretário Estadual da
599 Saúde como presidente, e ele recebeu o ofício, imagine um cidadão comum que está no

600 interior da Bahia. Ele não tem direito a saber de nada. Enfatizou que se tratava de uma
601 chamativa para que o Conselho tomasse uma posição de honra. Fez um apelo aos
602 representantes de usuários e trabalhadores: ou tomam uma posição ali para comprovar
603 que o controle social da Bahia existe ou seriam desmoralizados por questões simples.
604 Seria tipo: saber quanto ou se os conselheiros do Conselho Curador haviam recebido o
605 GETOM. “Se tivesse recebido tiraria um extrato da minha conta e trazia aqui. Raul não
606 teve problema algum em dizer que não recebeu.” Disse que não existia regimento do
607 Conselho Curador, só existe a lei de criação da BAHIAFARMA. E queria que o
608 presidente pedisse um esclarecimento: ou ele foi punido a não participar de mais
609 nenhuma reunião do Conselho Curador, ou do dia que foi expulso até aquele momento o
610 Conselho Curador não havia mais se reunido, pois nunca mais havia recebido
611 informação sobre a ocorrência de reunião nesse conselho. A Conselheira Isadora
612 Oliveira Maia colocou que havia de se considerar uma reunião, pois na reunião do CES
613 anterior, o presidente da BAHIAFARMA estava presente e disse que apenas com a
614 solicitação do presidente do Conselho Estadual de Saúde, encaminhando para o
615 Secretário Estadual de Saúde para que encaminhasse à BAHIAFARMA, essas
616 informações chegariam. E não chegaram. Entretanto, já tinha a resposta: que o Conselho
617 Curador se reunisse ao Conselho Estadual de Saúde. Tinha que fazer com todos os
618 meios, era uma forma a seguir e tentar resolver e levar essas informações até o término
619 do mandato. O Senhor Presidente informou uma demanda do Conselheiro Raul com
620 relação à questão da reunião sobre a vinda do ministro no dia 20 de fevereiro na
621 Campanha ZIKA Zero. Agradeceu ao Conselheiro Raul destacando que o controle
622 social havia participado por uma intervenção dele, naquele momento estavam reunidos,
623 já tinham solicitado ao Secretário, e ficava mais uma vez evidenciado como controlaria
624 a Zika, Dengue e Chikungunya sem a participação efetiva do controle social e do
625 Conselho Estadual de Saúde. Como se capacitaria as Forças Armadas em blocos? Ou
626 seja, foi proposto um aulão com as Forças Armadas para que incluíssem os Agentes de
627 Endemias para discutir realmente e levar as suas experiências do que é o combate *in*
628 *loco*; foi colocada a proposta de naquele sábado fazer um evento no Subúrbio
629 Ferroviário, mas as Forças Armadas haviam colocado que existia uma dificuldade na
630 questão da mobilidade e da segurança da autoridade naquele momento, que não tinha
631 sido estudado essa situação; e também foi colocado a importância dos Agentes de
632 Endemias participando do comando que vinha se reunindo a cada semana para discutir a
633 questão da Zika, Dengue e Chikungunya no estado da Bahia. Solicitou o pleito do CES
634 para participar das discussões e assento do conselho de representação lá, a fim de levar
635 essa experiência, incluindo o controle social na discussão. Não adiantava somente ter
636 técnicos quando era preciso também da experiência dos trabalhadores com relação à
637 questão do que estava sendo discutido sobre o mosquito Aedes. Declarou que havia sido
638 solicitado do Conselho Nacional de Saúde o que foi deliberado lá, referente à questão
639 que envolvia o Conselheiro Jair, a moção, a documentação, para que levasse ao pleno e
640 este abrisse a discussão. E até aquele momento não havia chegado nada para o CES
641 notificando o que foi demandado. Precisava dessa documentação para abrir o ponto de
642 pauta ali para se discutir, pois se tratava de uma Conferência Nacional de Saúde. Se o
643 CES foi citado eles teriam que encaminhar. “Solicitamos da secretária, do conselho,
644 liguei pessoalmente e eles nunca nos encaminharam nada com relação ao acontecido
645 com um conselheiro e delegado do estado da Bahia. Eles não encaminharam para aqui,
646 mas, vamos incluir a solicitação da sua entidade, Conselheira Lílian, na nossa ata, e a
647 partir do momento que o Conselho Nacional nos encaminhar discutiremos aqui, porque
648 foi deliberado lá e não posso discutir algo que não foi deliberado lá.” Pontuou que ao
649 longo do ano de 2015, o Conselho Estadual de Saúde, a mesa, havia deixado algumas

650 pautas para outros dias e estava tendo dificuldades com isso, uma vez que o CES só se
651 reunia uma vez por mês. Não cabia e não devia, até regimentalmente, se fazer suspensão
652 de pauta com relação à questão da Regulação. Conselheiro Luiz Américo poderia abrir
653 a fala sobre a questão da Regulação, através do documento que ele produziu, mas
654 também havia representantes ali da gestão que também poderia se pronunciar e fazer a
655 intervenção. O pleno poderia deliberar as demandas tiradas ali, e na reunião seguinte, o
656 Superintendente Rodrigues iria ali responder, porquanto era uma crítica construtiva em
657 que o conselho poderia avançar para construir uma Regulação melhor. **Início - Parte**
658 **Fabricao 1:32:19.40** conselheiro Luís Delfino Mota Lopes salientou que não poderiam
659 mais ter a ausência da gestão nos temas importantes a serem deliberados, pego o
660 seguinte exemplo: estou no meu plantão chega ao hospital uma fratura no pé e chega um
661 infartado, deixo o atendimento da fratura no pé e corro para atender o infartado, pois as
662 vezes no interior tem essas demandas então está surgindo isso, estamos tendo uma
663 epidemia no estado, então de repente a pessoa que estava capacitado para enriquecer o
664 debate é o Dr. Rodrigues tudo bem a SESAB tem vários técnicos presentes mais quem
665 domina o assunto para ter um debate positivo, propositivo e resolutivo porque vem para
666 cá Eliane normalmente a gestão está com dificuldades, ontem vi a TV o Secretário de
667 Saúde, Josivaldo, não sei se é seu amigo, mas vi o exemplo dele ele estava na linha de
668 frente atendendo um, atendendo outro, são coisas que a SESAB não está inventando, de
669 repente Presidente falar hoje com todo respeito ao nosso representante do sindicato da
670 necessidade da conversa, mais falar hoje para Dr. Rodrigues voltar na próxima sessão
671 tornar a falar de novo aí meu amigo, paciência. Nós estamos fazendo um Conselho
672 levando as coisas muito assim, é necessário é, é importante é, agora é preciso ter
673 oportunidade era esse momento por uma questão emergencial foi solicitado à mudança
674 acredito que devemos ter o bom senso e maturidade, que precisa fazer o debate, precisa
675 que a Regulação tem demandas tem, que apoio algumas demandas da Regulação apoio,
676 agora vamos discutir em momento oportuno. O conselheiro Ivonildo Dourado Bastos
677 colocou que tentaria equacionar a situação, o conselheiro Luís Delfino coloca até
678 corroborando com a minha fala inicial, o motivo da ausência do Superintendente que
679 encaminhou uma apresentação previamente para todos os conselheiros e o debate
680 pautado até como manda o regimento, reconheço que o SINDMED tem a contribuir e
681 deve contribuir com o processo de discussão reconheço e concordo que o SINDMED
682 fale, informe, enquanto Sindicato dos Trabalhadores Médicos que atuam na Regulação,
683 o processo que vem ocorrendo hoje, mais é um equívoco estabelecer a fala do
684 SINDMED como pauta que está na convocação para essa reunião. A pauta a ser
685 discutida ela está focada em uma discussão ampla, inclusive, com o contraditório tanto
686 da gestão, quanto dos trabalhadores e dos usuários no sentido de se discutir a Política de
687 Regulação do Estado da Bahia não um movimento grevista, não uma situação de
688 trabalho que hora é apresentada pelo SINDMED, mais a Política de Regulação do
689 Estado da Bahia que é diferente de Central de Regulação, que é diferente de condições
690 de trabalho mas é um processo macro e que o Superintendente de Regulação o Dr. José
691 Saturnino é quem está apto por ter preparado o material, e inclusive já discutiu isso no
692 Conselho Municipal de Saúde de Salvador estando assim pronto para fazer a discussão
693 com esse pleno. E se for o caso Senhor Presidente, poderemos aqui deliberar uma
694 extraordinária no aspecto de discutir a Política de Regulação do Estado da Bahia, nesse
695 sentido volto a repetir não é um ponto de pauta da gestão, é um ponto de pauta
696 efetivamente deste Conselho, mas não podemos confundir a Política de Regulação do
697 Estado da Bahia com reivindicação de categoria, apresentada pelo conselheiro Luís
698 Américo. Creio e defendo que ele tem que apresentar o que ele traz mais não como
699 ponto de pauta. O conselheiro Francisco José Sousa e Silva solicitou a mesa que fosse

700 cumprido o Regimento Interno do Conselho Estadual de Saúde. E o tempo está
701 passando e estamos aqui para cumprir o nosso trabalho, se não é para ter a discussão
702 porque a gestão não irá fazer a apresentação por não está capacitada, porque a pessoa
703 está ausente, que se coloque em votação e que defina. Falou que se o CES acha que tem
704 condição de colocar em votação e se tiver se encaminhar, que encaminhe. E outra
705 questão é que tem dois pontos de pautas que são anteriores a esse que está sendo
706 discutido, quer dizer que já vai atropelar a própria pauta, porque a primeira é a avaliação
707 do carnaval que ninguém falou e o segunda é a discussão da microcefalia, que também
708 ninguém falou, para entrar nesse terceiro que seria o ponto de pauta e aí nem isso. E
709 pediu para a mesa encaminhar. O conselheiro Raul Moreira Molina Barrios salientou
710 que tinha sido contemplado em parte por Francisco, se a gestão traz aqui que vai fazer a
711 apresentação da Política Estadual de Regulação, gostaria de fazer um encaminhamento
712 aqui. O problema da regulação do nosso estado ela está em dois pontos nevrálgicos à
713 Regulação Salvador que detém mais de sessenta por cento dos recursos de regulação e a
714 detenção Estado da Bahia que ao invés de ser apenas facilitador é prestador de serviço.
715 Se vai encaminhar, discutir a política que acho que aí o SINDMED como participante
716 ele tem que entrar e se dar a possibilidade para que eles digam quais são as condições de
717 trabalho, porque não se faz de um aparelho importante que no mesmo dia que vai se
718 fazer essa reunião se coloque Salvador, o Estado e nós dentro disso, não digo o CES
719 porque a participação vem de tudo isso, se tem que ser feito desse jeito eu gostaria de
720 encaminharia dessa forma, se for para colocar hoje em discussão, discutiremos apenas
721 as reivindicações, se for importante para o SINDMED tem legitimidade para colocar.
722 Agora a discussão do sistema de regulação envolve os gestores que estão com essa
723 incumbência, então em nome do COSEMS gostaria que fosse encaminhado dessa
724 forma. Gostaria de pedir inversão de pauta porque terei que viajar quinhentos
725 quilômetros. O conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara solicitou questão de
726 esclarecimento, informando que o relatório trazido não faz referência as nossas
727 reivindicações salariais. No relatório em nenhum momento falei da insalubridade, o que
728 trazemos são dados objetivos até mesmo para o Conselho entender o funcionamento da
729 regulação, porque todo mundo aponta o dedo para a regulação. Para saber como é o
730 funcionamento e entender as dificuldades da rede é justamente isso Ivonildo, iremos
731 discutir o sistema de regulação a ideia não é trazer a nossa reivindicação não.
732 Tocarei aqui a questão da insalubridade que é a questão da greve inclusive.
733 Comprometo-me apresentar em dez minutos e só colocar os tópicos e só mostrar os
734 números que são fáceis de entender, para ver a dificuldade e até propor
735 encaminhamentos. Não é para discutir reivindicação de médico, é para discutir o
736 funcionamento da Regulação, até mesmo para o Conselho compreender realmente o que
737 é a Regulação. O Senhor Presidente declarou colocou para o pleno a solicitação de
738 inversão de pauta do conselheiro Raul Molina que iria viajar para Itacaré, onde foi
739 apreciado pelo pleno e aprovada. O conselheiro Raul Moreira Molina Barrios iniciou a
740 apresentação da Prestação de Contas do COSEMS, referente aos repasses federais,
741 estaduais e contrapartidas municipais no financiamento do SUS. Salientando que no fim
742 do ano passado colocamos as nossas dificuldades com relação ao financiamento e a
743 crise que estamos passando no setor principalmente com os repasses institucionais que
744 deveriam vir, tanto do Governo do Estado, como do Governo Federal. Sabemos que o
745 SUS depois da Constituição de mil novecentos e oitenta e oito não vou entrar nisso acho
746 que tem aqui professores para colocar isso de que os recursos viriam da Seguridade
747 Social e que teríamos três entes encarregados de garantir o financiamento da atenção a
748 saúde do próprio SUS que seria o ente federal, o ente estadual e os municípios, aí está o
749 marco legal que determina isso que seria financiado com recursos do orçamento, isso foi

750 em oitenta e oito. Diga-se de passagem um momento histórico que foi em um momento
751 que incluimos mais de quarenta milhões de brasileiros que na época não tinham direito
752 ao sistema de saúde brasileiro. Só tinham direito aqueles que tinham carteira de trabalho
753 assinada. Não podemos deixar de levantar isso que foi uma conquista principalmente da
754 população brasileira para que pudéssemos chegar a isso. Na linha do tempo é que as
755 coisas ficam, em oitenta e oito foi colocado como seria o financiamento demoraram
756 doze anos para aparecer a Emenda Constitucional vinte e nove que diria quem deveria
757 gastar e quanto, se vocês estão lembrados e este CES várias vezes se manifestou,
758 inclusive participou de marcha com a gente para Brasília para colocar que os quinze por
759 cento seria o mínimo que os municípios deveriam colocar não é o máximo, os estados
760 deveriam contribuir com doze por cento e o Governo Federal deveria colocar dez por
761 cento das receitas brutas. Demoramos doze anos para que saísse a EC - Emenda
762 Constitucional vinte e nove, a EC vinte nove passou mais doze anos para que aparecesse
763 a Lei 141 para que colocassem o que é era serviço de saúde e o que não era, porque os
764 estados na época, colocavam dinheiro de tudo que era lugar e diziam que estavam
765 fazendo saúde, até a comida dos presos participava disso. O Estado da Bahia colocou o
766 Hospital Militar como ações públicas de saúde que pertenciam ao estado. Lembrem da
767 discussão que fizemos temos exemplos para colocar isso, e passa dez anos para que
768 venha a Emenda Constitucional oitenta e seis que na verdade foi um estupro da EC
769 vinte e nove, se pegou ali e disse o negocio é o seguinte não vamos colocar a receita
770 bruta e vai crescer conforme o PIB. O PIB caiu e pegavam o que se colocava no ano
771 anterior mais os ganhos que tínhamos no PIB é não colocar dinheiro na saúde. A grande
772 verdade é essa, é importante colocarmos isso vou mostrar para vocês que tivemos
773 avanços imensos é verdade. Não podemos dizer que nos últimos dez, quinze anos não
774 tivemos um investimento fantástico na Atenção Básica, não podemos dizer que não
775 avançamos na vigilância avançamos muito, mas apesar de tudo isso continuamos
776 fragmentando os recursos e vou mostrar para vocês como fizemos isso. A regra de
777 aplicação dos recursos públicos em saúde está aí, através das transferências exatamente
778 o que estou colocando para vocês aqui, imagine isso aqui Sílvio teria que ter dois mil e
779 dezesseis, dois mil e dezessete, dois mil e dezoito, dezanove, vinte para que cheguemos
780 aos vinte por cento porque é o bruto que poderia chegar a nove. Se prevendo que não
781 teremos nenhum incremento de recursos. Isso está bem claro da forma que foi colocado,
782 a verdade é que fizemos marcha, fizemos três Conferências Estaduais de Saúde, três
783 Conferência Nacionais de Saúde e não saiu do papel, estamos no mesmo lugar. Aquele
784 reparo que foi feito, não atende o acesso e a assistência. Lamentavelmente é bom que se
785 coloque. Estou utilizando informações que vocês pegam no SIOPS não são informações
786 internas do CONASEMS, são informações que vocês podem pegar porque só temos o
787 ano de dois mil e quatorze, dois mil e quinze ainda não foram nem apresentadas pelos
788 municípios. Os estados não têm tido preocupação até hoje para fazer essa informação e
789 o Governo Federal também, inclusive se coloca que ainda não está nem aberto o
790 orçamento para podermos fazer isso, vocês vêm que aí vai de vinte até vinte e dois
791 pontos três, quase vinte e três um avanço de dois mil dez, dois mil onze, dois mil doze e
792 dois mil treze isso aí é a aplicação municipal. Já começa a mostrar o quanto que os
793 municípios começaram aplicar em saúde, mostramos ainda a comparação de quando
794 colocamos que aderimos ao incentivo, não aderimos a programas. Quando aderimos ao
795 Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) estamos recebendo os incentivos, um
796 CEO nos custa quarenta e cinco mil reais e recebemos doze. Temos uma contrapartida
797 estadual de mil reais, então o tipo de coisa é que temos treze mil para investir quarenta e
798 cinco mil no CEO. Vamos para lá para uma Unidade de Saúde da Família a depender da
799 equipe e o local onde ela esteja funcionando, de trinta e dois a quarenta mil reais. Nós

800 recebemos um incentivo de doze e que agora vai até vinte por causa do Programa de
801 Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ). Recurso estadual em
802 dois mil e dez o estado pela primeira vez começou a participar com contrapartida na
803 Atenção Básica, passou a nos dar mil e quatrocentos reais por Unidade de Saúde da
804 Família. Continuam os mil e quatrocentos reais e nós temos um ano sem receber mil e
805 quatrocentos reais está como dívida colocada hoje pelo Estado da Bahia. Nada contra
806 quem está ou com quem saiu. Se nós temos uma dívida quando assumimos um
807 governo, a outra dívida também é nossa. Então, pago o que é meu e o anos que ficou
808 para trás, vocês ficam esperando, que pago depois. Por três vezes notificamos
809 extrajudicial, Francisco me cobrou, não foi uma nem duas vezes, inclusive para o
810 próprio Ministério. O Dr. Rogério entrou com uma ação pública, pedindo que se garanta
811 isso e estamos esperando. A mesma coisa acontece com a Assistência Farmacêutica,
812 tem sessenta milhões que continuam em debito. No SAMU temos sete meses em aberto,
813 estou colocando para vocês que vocês mais ou menos entendam o que está acontecendo.
814 Não tem preocupação aqui, estão todos os entes para colocar, competência dois mil e
815 quatorze, não adianta pagar o de hoje e deixar o buraco de um ano atrás, porque para
816 nós isso significa e o que é pior fizemos mais uma denúncia porque todas as vezes que
817 tem contingenciamento quando abrimos o sistema o dinheiro que está faltando no
818 Ministério eles gozam o dinheiro da Atenção Básica porque? Por que eles fizeram uma
819 auditoria na minha unidade viram que a minha geladeira não estava funcionando mais a
820 principio não tinha problema. A minha sala de vacina não estava boa, mas a principio
821 não tinha problema na hora que falta dinheiro corta o recurso, agora corta o recurso, de
822 que? Não podemos ficar trabalhando sem as pessoas, não se faz saúde com
823 equipamentos como a geladeira, com o ar condicionado se faz saúde com a equipe
824 multidisciplinar que está lá, mas lamentavelmente não acontece. A evolução dos gastos
825 públicos está aí, a União vejam vocês que em noventa e três participava com setenta e
826 dois por cento, os estados com doze e os municípios a média era dezesseis era o fio da
827 navalha. Em dois mil e treze já no SIOPS a União caiu do setenta e dois por cento para
828 quarenta e dois; os estados evoluíram para vinte e seis porque começaram a ter mais
829 recursos também, nos municípios saímos de dezesseis para trinta ponto setenta e um
830 quase trinta e um por cento. Aqui está mais ou menos àquela coisa que coloquei para
831 vocês onde iremos sintetizar para vocês em um gráfico um pouquinho mais lá para
832 frente mostrando para vocês aqui que os estados nesse valor que está em bilhões,
833 colocaram a mais dos doze por cento, dezoito bilhões em todos os estados onde os
834 municípios colocaram oitenta bilhões a mais. Não está a informação do Governo
835 Federal aí mais lá na frente vai aparecer não chega a um bilhão a mais daquele valor do
836 PIB com o recurso anterior. A foto que gostaria que vocês tirassem e levassem para
837 casa, vejam vocês com que participa os municípios, qual é a participação dos estados e
838 qual a participação do Governo Federal. Está ali aquele azulzinho que significa menos
839 um bilhão que disse a vocês, não estou colocando aqui o contingenciamento do PAC. O
840 contingenciamento do PAC foram quatro bilhões denunciados inclusive pelo
841 SINDMED, CREMEB na época em que todos acharam que era uma colocação
842 individual e corporativa, aí está o dinheiro das UPAs que vocês estão perguntando
843 porque que aquela UPA foi construída pela metade e não avançou? Porque não veio
844 mais o dinheiro do PAC, uma UPA tipo um que recebemos cem mil reais e que nos
845 custa quatrocentos. Isso é verdade não temos até hoje contrapartida para urgência e
846 emergência no estado, o Estado do Rio Grande do Sul passou a contribuir com trinta por
847 cento do Componente Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e
848 Hospitalar –MAC. Estão nadando bem diferente de que nós, por isso que a assistência
849 talvez esteja sendo melhor esse é o gráfico da realidade que estamos vivendo. A

850 evolução dos serviços públicos de saúde que tinha colocado para vocês isso é a
851 aplicação mínima da EC vinte e nove que vai de dois mil e dois até dois mil e quinze,
852 vocês vêm que tem uma subida se ele está dando desse jeito à contrapartida deveria ir da
853 mesma forma. O gráfico não poderia ser o inverso. Comparando o SUS com os planos
854 privados não precisamos nem colocar para vocês há muito tempo estamos colocando
855 vejam como está a situação e continuamos colocando de que o Ministério da Saúde diz
856 todos os dias que vai cobrar dos planos, aquilo que está sendo feito. Já temos um
857 acúmulo de quase seis bilhões só de dois mil e quatorze, dois mil e quinze e que não foi
858 cobrado e o que é pior, a Agência Nacional de Saúde, há de se complementar que está
859 dentro do Ministério da Saúde continua colocando os recursos lá apesar do
860 contingenciamento numa atitude clara que quer se esvaziar o sistema público em
861 detrimento do sistema privado e aí temos que colocar isso. Essa é a grande verdade a
862 capacidade do SUS mesmo com a sua notória insuficiência que vocês colocam de
863 garantir uma oferta e principalmente acesso, ela tem que está intimamente ligada ao
864 recurso que se trabalha. Não podemos viver de faz de conta, fazendo de conta que
865 estamos atendendo a população e a população fazendo de conta que tem um sistema
866 realmente universal que não é verdade, que não é equânime e pior resolutivo. Dizer de
867 que nós estamos fazendo e essa é a nossa meia culpa quem está falando é um gestor
868 dentro disso, continuamos falando entre quatro paredes bem como disse Eliane aqui,
869 concordo plenamente, não tivemos capacidade de fazer nem o Conselho Estadual e nem
870 o Nacional de ir para a rua para dizer a população isso. Ficamos dentro do nosso
871 lugarzinho no Congresso Nacional ficamos por lá convidando as autoridades para irem,
872 mas não conseguimos fazer isso, vamos fazer nossa culpa dentro disso. Me mandaram
873 isso aqui dos problemas gerados dentro de tudo isso, isso aqui são números específicos
874 para aqueles que fazem planejamento, então se vocês me permitirem posso passar até
875 para vocês, mas aqui teria que destrinchar o que é que está no PAC, na MAC quanto
876 que está na Farmácia Básica podemos entrar em detalhes dentro disso porque
877 lamentavelmente o bloco de financiamentos é assim. Entendemos que a saúde deveria
878 ser tratada como um todo e não por pedaços, não temos um pedaço de uma coisa e um
879 pedaço de outra e às vezes temos em um bloco de financiamento um dinheiro e a
880 assistência está totalmente comprometida em uma que você não pode usar. Não dá para
881 imaginar de que a gente possa dividir nas caixinhas que o pessoal coloca dessa forma,
882 mas não somos obrigados a fazer isso se não as nossas contas são reprovadas.
883 Concluindo, o grande número de ações de serviços prestados pelo SUS mostra isso o
884 papel de garantir a saúde para os brasileiros sem êxito com estagnação, isso são palavras
885 do CONASEMS não são as minhas palavras só não. Subfinanciamento é real, então
886 alguns conselheiros pediram inclusive quando colocam que o problema é simplesmente
887 a gestão, a gestão tem incapacidade tem, mas hoje graças a Deus posso dizer a vocês
888 que pelo menos cinquenta por cento dos gestores hoje tem capacidade e foram
889 nomeados por capacitação, ainda existe uns cinquenta por cento que são cargos políticos
890 de pessoas que não entendem nada de saúde e que estão dentro disso isso, é verdade
891 reconhecemos, mas agora já está mais difícil aquilo de que a mulher do prefeito que
892 tinha que ser porque tinha caixa para se gastar na saúde. Como a saúde e a educação
893 estão dando algema ninguém está querendo colocar a mulher, mas não estão escolhendo
894 um coligado para colocar, a agressão social existe a retração dos recursos estão aí é
895 claro o impacto é totalmente negativo não tenha dúvida não, totalmente negativo. Se
896 não pensarmos em soluções solidárias não iremos avançar. Fortalecer o pacto federativo
897 aí é o que estou dizendo não dá para que um ente só. E aqui Presidente, vou fazer um
898 parêntese, o nosso encontro foi casual na SESAB, por acaso o senhor estava chegando
899 com Arão para se reunir juntamente com o conselheiro Ivonildo para cobrar as coisas

900 para o Sub Secretário e eu estava chegando para a reunião do grupo que trata da
901 urgência e emergência com a tríplice epidemia, quando perguntei ao Presidente o que
902 ele estava fazendo ele me disse que estava indo para lá, aí perguntei você não foi
903 convidado para cá ele disse não e eu disse não você tem que participar o CES tem que
904 está participando disso fica aqui a nossa solidariedade inclusive, aí fui empurrado um
905 pouquinho para sua reunião e fiquei coincidentemente quando o senhor estava cobrando
906 o negocio da BHIAFARMA vi aquela coisa que foi colocada, por isso que me
907 manifestei aqui como membro do Conselho Curador e vi a sua fala quando você
908 colocou que os militares queriam ir para o Shopping Salvador e para o Pelourinho. Só
909 queriam filmar, porque onde tem muriçocas é no Vale das Muriçocas é no subúrbio e o
910 Presidente foi muito feliz chegou lá e disse não é por aí, lhe parabenizo, por isso, porque
911 o que seria era mais holofotes do que fazermos uma ação clara e cristalina a respeito
912 disso, esse Pacto Federativo tem que mudar. Quem arrecada mais tem que contribuir
913 com mais, quem arrecada menos tem que contribuir com menos o cobrar está aí, as leis
914 estão aí claras. Quem não está cumprindo a sua obrigação que pague por aquilo que ele
915 não está fazendo, agora o que não dá é querer cobrar e não repassar. A Auditoria não
916 parou continua, inclusive, se você abrir o sistema o corte de recursos está maior
917 exatamente no tempo que não ficou, e aqui estou dizendo para vocês, tinha dito naquela
918 ultima reunião nos três minutos de que estamos ainda com um teto inteiro de PAB fixo
919 e variável engolido, de dois mil e treze. Porque o Fundo Nacional de Saúde entende que
920 faz números de pagamentos, doze e esquece que pegou um pagamento e deu trinta por
921 cento e depois setenta, eles só nos pagaram um mês e o outro mês ficou em aberto nos
922 passaram o calote. O Ministério da Saúde olha quem está dizendo é o Vice Presidente
923 do COSEMS da Bahia que foi Vice Presidente do Conselho Nacional de Saúde eles nos
924 deram o calote de um repasse e não estão querendo reconhecer onde judicializamos
925 também a cobrança, porque provamos que não veio o recurso e em dezembro desse ano
926 foi do mesmo jeito tínhamos chamado a atenção o ano passado quando apareceu os
927 primeiros doze bilhões do contingenciamento, colocávamos que a Bahia seria afetada
928 pelo menos com um bilhão. O Ministro Arthur Chioro colocou na cabeça de alguns que
929 nada seria afetado, quando ele teve coragem de dizer que iria faltar dinheiro demitiram
930 ele por telefone, isso é a grande verdade e acabamos recebendo um contingenciamento
931 de doze bilhões que acabou virando dezoito. Nós temos dezoito bilhões a menos para
932 dois mil e dezesseis estou querendo dizer que no ano passado tivemos o financiamento
933 até outubro esse ano teremos até setembro se tivermos, a partir de aí será um caos. O
934 que é que o COSEMS e o CONASEMS propõe dentro disso, o apoio do CES. Combater
935 a redução dos recursos orçamentários por causa do Ministério da Saúde é aquilo que
936 estou colocando para vocês dois mil e quinze foi seis bilhões e dois mil e dezesseis
937 aproximadamente, dezesseis pontos, oito, já é dezoito viu gente essa informação ela já
938 caiu porque quando não conseguimos abrir o orçamento para o fim do ano já tivemos
939 mais um bilhão e pouco a mais. Para vocês imaginarem em dois mil e quatorze, a
940 PLOAS de dois mil e quatorze colocava que saíamos de noventa e dois bilhões para
941 cento e dois então teríamos um aporte de dez bilhões, que se incluía aí cinco bilhões
942 para o programa mais especialidades dentro disso se colocava o Mais Médicos o mais
943 especialidades se colocavam em torno disso resultado o que tivemos foi não crescer
944 para o cento e doze, nem para o cento e vinte o que ficamos foi com cento e três bilhões
945 que vai dar aí os dezesseis bilhões a menos então defenderíamos até pelo menos cento e
946 dezessete. Quando nos tiraram a CPMF e deixamos de recolher quarenta e cinco
947 bilhões, vocês poderão dizer que o dinheiro da CPMF não era gasto todo com saúde
948 concordo, se desviou para uma serie de coisas, mas pelo menos para saúde entendíamos
949 que ia, em torno de vinte a vinte e cinco bilhões porque tinha se colocado na época o

950 bolsa família, se colocou algumas coisas como o combate a pobreza e principalmente a
951 desnutrição infantil que se colocava como ações públicas de saúde. Então tivemos esse
952 déficit, agora não estamos pedindo mais aumento não estamos pedindo a manutenção,
953 como não dá para brigar para pedir mais então vamos pedir a manutenção. A proposta
954 da EC dois mil e quinze, onde queremos defender as fontes próprias de financiamentos
955 não queremos colocar a CPMF aqui, achamos que deveria ter um recurso específico
956 para a saúde que ele venha de onde vier algumas sugestões o Conselho Nacional de
957 Saúde já fez, as entidades de classe tem se manifestado, principalmente alguns setores
958 pensantes tem ajudado a respeito disso, mas lamentavelmente o Congresso Nacional até
959 hoje não respondeu. A estimativa do orçamento que passarei esses números um pouco
960 mais destrinchados para que vocês tomem conhecimento. Defendemos as nove fontes
961 que colocamos a criação de uma contribuição que não precisa ser chamada CPMF, mas
962 que seja alguma coisa mais é a ampliação da alíquota da constituição social sobre o
963 lucro líquido, poderia ser uma coisa importante. Os bancos continuam ganhando muito
964 dinheiro e não conseguimos tirar deles nada para a Seguridade Social. O tributo sobre as
965 heranças, à taxação das grandes fortunas isso é importantíssimo que seja feito e que
966 tenhamos coragem de dizer, o pessoal tem medo de dizer, vamos controlar de onde e
967 para onde esta indo o recurso, mas vamos acabar com esse “prurido” de querer dizer
968 uma coisa, se queremos dar saúde para a população temos que colocar em primeiro
969 lugar que saúde é prioridade e não tem que ser política de governo, tem que ser política
970 de estado mesmo a elevação da taxação sobre as coisas que estão aí o tabaco, as bebidas
971 alcoólicas e por incrível que pareça ninguém mais cai do cavalo, todo mundo agora cai
972 da moto o DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via
973 Terrestre o dinheiro é todo gasto por nós as seguradoras não pagam nada nas UPAs, não
974 pagam nada no pronto atendimento. Presidente, queremos aqui relatar a nossa
975 estagnação e até certo ponto a incompetência de gestores. Estamos com fila de trauma
976 nos hospitais com cinco, seis meses com pessoas com a perna quebrada. Essa é a grande
977 verdade e o que é pior o que vamos gastar com recuperação para inserção no mercado
978 de trabalho para essas pessoas vai ser pior, não estamos tendo capacidade que resolva
979 essas coisas e aqui tenho que ser solidário quando se coloca o que o Presidente do
980 SINDMED colocou, das entidades privadas contratualizadas ao respeito disso. Ontem
981 foi apresentado as cirurgias eletivas viu Delfino, nada contra a rede credenciada, mas
982 mostrando ali de que há um histórico de teto de mais de dois bilhões na Bahia, não
983 vimos essa fila andar em lugar nenhum, quem está na ponta está pedindo o tempo
984 inteiro e não vemos a fila andar. Ela tem inclusive a situação do responsável técnico
985 pela saúde indígena das crianças que está em uma fila aí para fazer uma radioterapia,
986 um enfermeiro de trinta e nove anos com câncer de colo de reto e não tem acesso a
987 radioterapia. Isso estou dizendo com influencia nossa, porque aí vem aquele negocio da
988 regulação, quando me bato com a Regulação do Estado eles dizem só regulo para o
989 Aristides, quem regula para o Santa Isabel é o município, aí um diz que faz uma coisa,
990 deveria ter uma política de regulação com uma central compartilhada já que os dois são
991 responsáveis não podemos ficar indo ao léu, Moysés me pede uma coisa para uma
992 pessoa e a pessoa responde não é a minha competência não é do outro agora só vai te
993 dizer isso quando ele morreu antes disso você não recebe a informação. O conselheiro
994 Luís Delfino Mota Lopes parabenizou o conselheiro Raul Molina pela lucidez que foi
995 colocado onde esclareceu algumas coisas e alguns pontos e realmente a quarenta e cinco
996 dias atrás vi na mídia, o nosso Governador Ruy Costa juntos com outros representantes
997 de governo estadual em Brasília, pedindo ao Ministro a questão dos planos de saúde que
998 não repassam os recursos para o SUS, à pessoa com plano de saúde vai lá coloca
999 marcasso, coloca prótese, faz cirurgias de alta complexidade e não paga nada ao SUS

1000 e o cidadão está pagando ao plano de saúde. Então o que é que como simples
1001 conselheiros podemos fazer, por exemplo, o nosso Governador foi lá teve uma ação e
1002 fizemos o que aqui no CES talvez de moção de apoio de incentivo de continuar essa
1003 batalha porque são pontos assim que vamos pegando e vai destravando não sei como
1004 podemos atuar em nível de CES. Tem coisas que você ver e acha um absurdo o que esta
1005 acontecendo, temos um colega que é representante do setor de transito e vemos como
1006 ele levanta a questão de recurso quando ele cita o DPVAT. O DPVAT poderia ser
1007 acrescido e destinado mais recursos para a saúde, então tem que ter um debate muito
1008 grande de está criando cada vez mais transtornos para a saúde e o recurso não vamos
1009 nem pedir para aumentar não, vamos pedir para manter o que estava, as nossas
1010 demandas. Com relação ao tabaco as bebidas, temos que realmente repensar e este CES
1011 começar a ter ações e comissões de apoio, chamar aqui o pessoal do transito para
1012 discutir o que podemos fazer porque esta tudo congestionado, quer dizer, as demandas
1013 aumentaram, os recursos são pequenos o governo contingencia os recursos e teremos
1014 essa saúde cada vez mais deficiente, foi muito bom à colocação do Conselheiro Raul
1015 Molina que acho que devemos tomar algumas medidas, o CES pode fazer alguma
1016 coisa? Existe alguma ação do Controle Social para poder colaborar com isso? A
1017 Conselheira Lílian Fatima Barbosa Marinho informou que não havia muito a dizer
1018 mesmo que os dados chocassem, mas gostaria de recuperar que tivemos uma
1019 Conferência Estadual de Saúde, tivemos Conferências Municipais e a Conferência
1020 Nacional e aquilo ali Molina tudo nós aprovamos o Pacto Inter federativo, a taxação das
1021 grandes fortunas. Fui da equipe da Relatoria Nacional e fique exatamente com o eixo
1022 transversal das reformas democráticas e populares e tudo esta contemplado. A grande
1023 questão é o contexto de um Congresso conservador que não conseguimos aprovar as
1024 pautas e as nossas lutas em qualquer nível, no movimento de mulheres, por exemplo, a
1025 nossa luta não está sendo para avançar, está sendo para não regredir para pelo menos
1026 mantermos as conquistas que já tivemos em relação as nossas pautas do feminismo. Em
1027 relação à saúde mesmo se dá, mas a minha intervenção aqui é mais de que aquilo que
1028 não podemos fazer que está no âmbito nacional o que é que podemos fazer aqui no
1029 estado. Isso é importante porque tudo remetemos para o outro e não fazemos o nosso
1030 dever de casa, vou voltar a falar estava aqui conversando com amigos e falamos isso
1031 aqui o PPA e aí estou fazendo a crítica para dentro do Conselho, porque estou aqui
1032 dentro e quantas vezes me manifestei para falar do PPA, do PES da PLOA de 2015 não
1033 conhecemos o CES para quem não é do CES saiba este Conselho não conheceu. O PES
1034 que terá que ser apresentado até março a conselheira Maria Helena deu o informe que
1035 ainda está sendo desenhado a metodologia temos que ficar perplexos diante disso, então
1036 quero remeter isso para o pleno, porque como estou na equipe da Relatoria Nacional e o
1037 desdobramento da Conferência que ainda não acabou, a 15ª Conferencia Nacional inova
1038 ao dizer que existe uma etapa de monitoramento e a etapa de monitoramento tem que
1039 ser baseada nas propostas que foram aprovadas e nas diretrizes e como Relatora da 9ª
1040 Conferência Estadual de Saúde a todo momento provocava a Comissão Organizadora da
1041 Conferência. Quais são as diretrizes para a Bahia? Não discutimos diretrizes para a
1042 Bahia discutimos para a nacional. A conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira
1043 salientou que há quatro anos no CES vem sistematicamente colocando e se
1044 posicionando frontalmente contra a privatização do SUS. Na sua fala conselheiro
1045 Molina foi muito importante quando o senhor propunha o fortalecimento do estado
1046 brasileiro e quando me pronuncio defendendo o SINDPREV-BA, porque não é só uma
1047 representação corporativa de trabalhadores. Nesses quatro anos estive permanentemente
1048 defendendo um estado voltado para as politicas sociais, para a saúde, para a previdência,
1049 para assistência social, para educação e outras me posicionando frontalmente contra a

1050 privatização do SUS não é contra os médicos privados e nem a assistência privada que
1051 ela é importante, mas ela tem o seu espaço na constituição como complementar. O que
1052 não podemos permitir é que esse complementar se torne hegemônico, é o que estamos
1053 vendo e não somente com os planos de saúde; estamos vendo com as fundações estatais
1054 de direito privado que não é só a BAHIAFARMA quero inclusive, que os conselheiros
1055 desse CES que foram curadores da fundação estatal de direito privado vem aqui também
1056 para esse CES dizer o que está acontecendo, os desmando dentro da fundação são todas
1057 essa fundações que têm que ser investigadas. As OS e OSCIPS, que infelizmente um
1058 judiciário também conservador em retrocesso. Todos os sindicatos entram com uma
1059 ação de inconstitucionalidade as OS e OSCIPS que são entulhos vindos do governo
1060 Fernando Henrique Cardoso e que não conseguimos derrubar nesse governo e o
1061 judiciário veio de lá e institucionalizou. E o Ministro Arthur Chioro já dizia isso é uma
1062 batalha perdida que temos que correr atrás que sabemos que no Estado de São Paulo as
1063 OS são as verdadeiras pragas, estão tomando os recursos do SUS e não executando o
1064 trabalho para que se propõe. Porque chega o privado colocando como hegemônico e
1065 com uma proposta de salvador da saúde e não é isso que está se vendo ate porque os
1066 contratos são assim na hora dos riscos quem assume é o estado, mas na hora dos lucros
1067 quem assume é o contratado, mas o que se ver no frígir dos ovos é que a coisa vai para
1068 os trabalhadores que são demitidos e os usuários que ficam sem serem atendidos, três
1069 minutos não são suficientes em quatro anos bradamos por isso e estou pedindo um
1070 seminário sobre essa questão porque só em um seminário de dois dias para termos a
1071 coragem Raul e gostei, aí que nos sentimos parceiros e nos sentimos com uma gestão
1072 parceira, com um governo parceiro porque foi esse governo que elegemos. Esse governo
1073 progressista que está aí é para ter pautas e demandas e solicitações como você muito
1074 bem fez aqui está de parabéns conselheiro é assim mesmo é tachar a grande fortuna é
1075 dizer a banqueiro que não vamos pegar dinheiro do PIB para colocar no bolso dele e não
1076 me deixem falar porque se não falo o dia inteiro. O Conselheiro Marcos Antônio
1077 Almeida Sampaio comentou que citaria algumas coisas que acabamos não
1078 compreendendo ou contradizendo um pouco o porquê não pagou se é que existe a dívida
1079 e o CES ficou de ter uma comissão para ver qual era a dívida real na época quando
1080 houve aquelas denúncias na imprensa. O que acontece o estado comprou agora oitenta
1081 milhões de repelente na Europa, porque o da Europa parece que fica mais tempo e a
1082 BAHIAFRAMA vai comprar oitenta milhões de repelentes. No carnaval houve uma
1083 sobra de leito contratualizados que foram noventa e só foram usados trinta, houve uma
1084 economia de duzentos e trinta e seis milhões que foi comemorado ontem pelo anuncio
1085 que o nosso Governador fez que houve uma economia de duzentos e trinta e seis
1086 milhões com as medidas que foram dadas na saúde e as medidas foram corte dos
1087 direitos dos trabalhadores como insalubridade, fechamento de serviços. Esse quadro que
1088 você retrata a um impacto da política do fechamento de alguns serviços, tipo estamos
1089 em uma crise de Zika, de Dengue e de Chikungunya no interior agravou-se e está
1090 gastando mais porque não tem mais quem oriente o município, as DIRES tinham o
1091 pessoal capacitado para fazer a vigilância, disseram que quem estava nas DIRES era o
1092 pessoal que só tocava papel e aí vimos agora o negócio se agravar. A vigilância
1093 propriamente dita ela está sucateada e às vezes a conta que não bate mais garantiu
1094 comprou não sei quantos carros, vamos no município e não vemos o apoio ao
1095 município. Alguns serviços também foram passados para o município vi o Secretário
1096 dizer em alguns momentos assim olha o município, agora vai ter que assumir a
1097 maternidade com o que você passa aqui não tem como o município manter o apoio do
1098 estado. Por último coloco Raul, que “comungo” com a sua fala porque às vezes alguns
1099 integrantes do governo perguntar qual é a competência quem assume a gestão assume o

1100 ônus e o bônus, falam que o governo é de continuidade mas, que dar visibilidade que
1101 acho que precisamos reforçar Ricardo aquela pauta que foi colocada aqui, chame os três
1102 últimos Secretários e coloquem aqui para sabermos de fato se há dívida, o que não foi
1103 pago, porque não foi pago e como está essa situação, acho que reforça aquela discussão
1104 que tivemos aqui, inclusive, daquelas denúncias que houve então bota aqui os dois
1105 últimos Secretários porque quando o ultimo Secretário saiu o Dr. Washington Couto ele
1106 colocou um número, a gestão colocou outro número com a economia que foi dada estou
1107 colocando a fala do Secretário Fábio Vilas Boas Pinto ao Jornal A tarde “só com a
1108 economia de lençóis e travesseiros daria para pagar a metade dessa dívida que você
1109 coloca aí” e para onde está esse dinheiro da economia, cadê os duzentos e trinta e seis
1110 milhões dessa economia? Se economizou, está em algum cofre, então vai para onde,
1111 precisamos discutir essa questão da dívida existente, ela tem que vir a tona mas
1112 precisamos discutir essa contradição onde diz que sobra de um lado e a má vontade
1113 pagar do outro lado já que se sobrou o dinheiro deve está em algum lugar. O conselheiro
1114 Moysés Longuinho Toniolo de Souza agradeceu o conselheiro Molina pelos dados
1115 nacionais, trazidos do COSEMS e que é muito legal dialogar com os companheiros no
1116 CES, porque sempre é bom esse tipo de diálogo, porque é para construir o SUS que
1117 queremos, o meu muito obrigado em nome do CES. Só gostaria que analisássemos
1118 algumas coisas rapidamente, primeiro não sei se vocês lembram, espero que deva ter
1119 chegado a todos os conselheiros os arquivos que recebi do Conselho Nacional de Saúde
1120 sobre a PPA, LDO, LOA e outros planejamentos do Ministério da Saúde para a saúde
1121 em dois mil e dezesseis, porque haverá vários desafios para podermos colocar essa
1122 saúde para não termos tanto rombo em tempos de crise, crise essa gerada pelo próprio
1123 governo, inclusive. Temos que parar inclusive com a lógica de apagar incêndios. Tive a
1124 maior vergonha do mundo na reunião do CNS do Ministro dizer assim: A Zika entrou
1125 pela Bahia, como a Chikungunya que vimos em Feira de Santana, ele afirmou isso na
1126 reunião do pleno do CNS de que a Zika entrou pela Bahia na época da copa do mundo,
1127 cai com a cara no chão, sorte que não represento a Bahia, somente represento patologias
1128 e AIDS, mas temos que acabar com a Zika para dois mil e dezesseis e tem quinhentos
1129 milhões e não se sabe de onde vai tirar, sabe o que vão fazer na hora de implementar?
1130 Vão tirar daquilo que já existia e vou ser franco vou lutar até o fim para que políticas
1131 como de DST/AIDS e Hepatites virais e outras patologias não sejam sucateadas em
1132 vistas de incêndios que quer se apagar. Porque não se cumpriu o que deveria como
1133 responsabilidade sanitária de Estado, Município e União. O Movimento AIDS discute
1134 na ONU, estávamos discutindo a Gestos de Pernambuco. Discutiu na ONU e estamos
1135 lutando para que as metas do desenvolvimento do milênio consigam ter recursos e aí
1136 discutimos a TTF - Taxa Sobre Transações Financeiras, se fôssemos cobrar milésimos
1137 do sistema financeiro mundial teríamos dinheiro para várias áreas das metas do milênio
1138 como saúde, educação, várias coisas. A ONU teria subsídios para diversas áreas. E outra
1139 coisa que gostaria de dizer que os indicativos para a saúde, gostaria que saúde e
1140 educação fosse prioridade no Estado da Bahia, para além dos percentuais estabelecidos
1141 pela EC vinte nove. Que o estado não fizesse o favor de cumprir só os doze que o estado
1142 indicasse para o Brasil que fôssemos referência em extrapolar o valor. Porque o Estado
1143 da Bahia, governo, então estou citando o governador do estado que se ele dissesse
1144 assim, daremos prioridade as ações de governo para as linhas sociais que é a educação,
1145 saúde aquilo que precisamos realmente, que não fosse dito, passamos de doze como se
1146 isso fosse uma obrigação, não queremos favor, queremos que o estado demonstre para o
1147 que elegemos as representações e só para terminar, mas ainda há pouco me sentir
1148 ofendido com algumas coisas eu foram ditas aqui. Então quero colocar para o pleno do
1149 CES que eu Moysés Toniolo e a minha instituição não temos conflito de interesse

1150 político partidário de segmento algum, não nos vendemos e nem barganhamos o jeito
1151 como militamos na saúde. Que estamos nesse CES com isenção e tranquilidade para
1152 falar as coisas e quando foi falado a questão da Regulação, parecia que alguns estavam
1153 se pronunciando aqui nesse pleno como se fosse tendencioso para isso. Me posicionei
1154 sobre a Regulação sempre e quando puder, porque sou usuário e vejo na ponta como
1155 meus companheiros usuários são tratados. O conselheiro Aroldo Luiz da Silva Bacelar
1156 parabenizou o conselheiro Raul Molina pela brilhante apresentação, mas gostaria de
1157 fazer um comentário. Sou médico há quarenta e um anos e lido com pacientes da rede
1158 pública e trabalho no serviço público e posso dizer o seguinte que os países no mundo
1159 que tem a melhor saúde são os países que usam a saúde pública que são a Suécia,
1160 Noruega, Dinamarca, Inglaterra, Austrália onde não existe plano de saúde. Acredito na
1161 saúde pública o Brasil é um país atípico porque é um país que mistura saúde pública de
1162 um lado e planos de saúde que na verdade traduzindo são os banqueiros que vejo que
1163 esse é o grande problema do Brasil que é a rendição ao banqueiro, o Congresso
1164 Nacional e o Governo Federal em fim, eles não mudaram isso ao longo dos quarenta,
1165 cinquenta anos que continuam subalternos aos planos de saúde e aos banqueiros,
1166 enquanto o Ministério da Saúde não tenha o recurso adequado. O problema do
1167 Ministério da Saúde na verdade, deveria ter o recurso adequado para colocar no
1168 município e nos estados para que a saúde pública realmente acontecesse e isso não
1169 existe. Os recursos são bem menores do que, por exemplo, os planos de saúde têm,
1170 auferindo da população brasileira. Ouvi aqui se falar sobre o SUS que na verdade
1171 quando se usa a iniciativa privada, se contrata a iniciativa privada, vou dizer o seguinte:
1172 O Governo Federal o último concurso feito para médicos foi a trinta e nove anos atrás e
1173 contratou vou falar agora como médico e não como representante do Ministério da
1174 Saúde, porque também não tenho vinculações políticas portanto não tenho medo de
1175 falar. Acredito que o Governo federal não contratou médico, mas contratou cinco mil
1176 cubanos e que não estão fazendo nada, que no meu entender estamos com uma epidemia
1177 de Zika e Dengue, mas quem está fazendo é os militares. O conselheiro Francisco José
1178 Sousa e Silva salientou que era uma demanda que a muito o CES carecia dessa fala do
1179 COSEMS e carece mais. Mas lembrar aqui pra quem esqueceu que o RAG - Relatório
1180 Anual de Gestão de 2014 da SESAB foi aprovado neste CES com ressalvas, apesar das
1181 cara feias que fizeram a época, das viradas de gestos contrários, mas fomos contra ao
1182 parecer do relator e votamos com ressalvas para não reprovar o RAG de 2014 e o
1183 problema que Raul trouxe aqui que inclusive diz respeito aquele RAG também. Em tese
1184 o CES vai cumprindo o seu papel, com dificuldades ou não mais vai cumprindo com o
1185 seu papel. A outra questão que acho importante pontuar é a questão do Controle Social,
1186 porque não adianta o CES ouvir dizer de quem quer que seja que o recurso de quem
1187 arrecada mais não chega, porque aqui diremos sempre que em contrapartida lá no
1188 município onde a participação deveria ser melhor e mais qualificada é a pior de todas do
1189 Brasil. Não existe nenhuma que conheça em município algum que se tenha condições e
1190 capacidade de um Controle Social como tem o do estado e o nacional, então se
1191 invertemos a lógica do Controle Social o resultado não pode ser outro não adianta achar
1192 que o problema é o dinheiro, o problema é o dinheiro mais as pessoas moram, vivem e
1193 tem que ter o direito a saúde é no município onde ela está e infelizmente pra a gente
1194 aqui na Bahia a prática é inversa o pior Controle Social está dentro do município
1195 infelizmente, e se o pior Controle Social está dentro do município e nem toda gestão
1196 tem essa consciência e colabora para avançar o Controle Social, infelizmente
1197 continuaremos pensando, assistindo apresentações como essa aqui e tentando tirar
1198 conclusões acima dessas questões que são complicadas. Há pouco um prestador de
1199 serviço na sua posição colocou que a tabela do SUS não representa praticamente a

1200 realidade do que se gasta. E o próprio representante do COSEMES também colocou
1201 aqui que o município tem gastado muito mais do que pode gastar. Vamos ver onde é o
1202 problema porque que esta se gastando muito mais o valor e muito pouco, realmente está
1203 na hora de pensarmos e vermos a oportunidade que o próprio COSEMS dá não só aqui
1204 no CES mas, quem sabe até seminários e que possa ter a participação inclusive dos
1205 conselheiros dos municípios para buscarmos alguma alternativa porque se acontecer o
1206 que foi dito aqui em setembro de dois mil e quinze observe que estamos no início do
1207 ano e o problema em Itabuna já é um problema nacional. Imagine o que não vai
1208 acontecer aqui na Bahia. O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva salientou que
1209 em todas as conferencias que ele tinha participado era sempre definido a questão da
1210 cobrança de quem era atendido no sistema pelos planos de saúde que Delfino trouxe
1211 aqui, da mesma forma que éramos contrários a privatização. Isso era muito claro e por
1212 isso uma das formas que além dos recursos serem insuficientes a gestão pública você
1213 ainda tem a questão do desvio dos recursos públicos para a rede privada, isso ainda
1214 contribui muito mais. Não é só no ministério que não tem concurso não no estado da
1215 Bahia há muito tempo que não há concurso e em contrapartida em nenhuma categoria,
1216 não me lembro quando foi o último concurso, mas as unidades de saúde do estado da
1217 Bahia têm mais de cinquenta por cento são de trabalhadores e trabalhadoras
1218 terceirizadas e isso pago com o dinheiro público a essa terceirizadas que inclusive em
1219 situações diferenciadas dos nossos trabalhadores. Sempre colocava que precisamos
1220 discutir do ponto de vista jurídico e etimológico esse termo complementar porque já
1221 levei para um promotor amigo meu e juntos fazíamos o exercício do complementar
1222 como usuário, com trabalhador de saúde ou como gestor e de cada um fazíamos o
1223 exercício do que seria complementar. Hoje alguém falou que só vamos tratar os
1224 mosquitos quando investirmos em Vigilância Epidemiológica, Saúde Ambiental e
1225 Vigilância Sanitária não vai acontecer se continuar com propaganda de Zika zero ou
1226 microcefalia zero, é mosquito zero e temos que tratar isso no meio ambiente precisamos
1227 tratar no meio ambiente e não as enfermidades causadas por esse mosquito. O
1228 conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos informou que o motivo do seu atraso foi
1229 por conta da reunião do Grupo Condutor da Política de Assistência ao Sistema
1230 Prisional. Gostaria de lembrar Raul que na sua gestão como Presidente do COSEMS,
1231 em alguns momentos tivemos a presença do COSEMS nesse Grupo Condutor, mas de
1232 um tempo para cá não temos a presença do COSEMS nesse Grupo Condutor,
1233 importante termos a presença porque os quatorze presídios estão dentro dessas regiões.
1234 E estamos construindo um projeto de saúde dentro do Sistema Prisional e sem a
1235 participação dos municípios só o Grupo Condutor com a área técnica que inclui o CES
1236 tem participado isso tem um prejuízo grande até porque tem questões que precisávamos
1237 conhecer a realidade de cada município para podermos defender esse plano. Acho que é
1238 uma perda muito grande para os municípios não ter a sua presença nesse grupo, seria
1239 importante que vocês participassem. Hoje mesmo ficamos um bom tempo discutindo
1240 questões que se talvez tivesse uma representação do município tivesse resolvido e
1241 ficamos questionando, perguntando indo e voltando e termina não conseguindo fazer,
1242 mas vamos levar a diante esse plano que está sendo construído mais falta à contribuição
1243 do COSEMES. Outra questão Raul é que não estava aqui na sua apresentação, mas,
1244 ontem tivemos a reunião do Conselho Municipal de Salvador a Subsecretária apresentou
1245 que a população com o cartão do SUS de Salvador chega a cinco milhões de pessoas e
1246 sabemos que a população de Salvador não chega a esse quantitativo. Segundo ela, essa
1247 população é migrante dos municípios que vem para cá em busca de serviços de saúde,
1248 mas existe outra questão que precisamos conhecer quais são os municípios que tem
1249 pactuação com o município de Salvador e quais os tipos de pactuações foram feitas para

1250 que essas pessoas venham e são deixadas nos postos de gasolina e nas esquinas onde
1251 ligam para o SAMU para que o SAMU faça essa remoção. E muitas vezes são pessoas
1252 entubadas, eles desentubam as pessoas, elas passam um período desentubadas e ficam
1253 passando esse constrangimento todo. As unidades de Salvador apresentam dificuldades
1254 de atender justificando a necessidade do cartão para atendimento, então essas pessoas
1255 passam esse constrangimento todo são usuários que os municípios precisam se
1256 organizar de sorte que Francisco traz essa reflexão aqui dizendo que os municípios não
1257 estão ainda capacitados para atenderem os cidadãos nas sua unidades. Então é preciso
1258 resolver isso, porque no meio do caminho não é uma pedra, não, é um corpo estendido
1259 que morreu, são vidas que precisam ser tratadas e o descaso com essas vidas é gritante.
1260 Precisávamos Molina que você trouxesse aqui qual tipo de pactuação, os municípios
1261 têm com Salvador. Precisamos saber conselheiro Marcos quanto está entrando no caixa
1262 de Salvador indo desses municípios para fazer a gestão de saúde que os municípios não
1263 estão podendo fazer, então fica o pedido para que você nos subsidie dessas informações.
1264 O encaminhamento que o Conselho Municipal de Salvador tomou para diluir essas
1265 dúvidas ao Ministério Público para que possa nos ajudar entender o que está
1266 acontecendo. O Senhor Presidente ressaltou a presença do conselheiro Raul Molina para
1267 tratarmos de um assunto que foi tratado na última reunião que é a questão da
1268 Maternidade de Santo Amaro. Em virtude do comando único de Santo Amaro a SESAB
1269 tinha ampliado e cumprido o teto de até noventa e oito mil reais até o final do ano,
1270 estendido por mais seis meses. o Superintendente Rodrigues junto com a gestão
1271 fizeram isso. Com a questão do comando único estamos sabendo que a Secretaria
1272 Municipal de Saúde e o Prefeito suspenderam e aquela maternidade não está prestando
1273 nem um tipo de serviço sendo ressarcido, está atendendo e não está recebendo os
1274 valores é um equipamento muito bom. E porque estou falando isso, na realidade
1275 discutimos a questão da saúde perinatal e vemos ao longo dos finais de semana algumas
1276 maternidades de municípios fechando e vindo aqui para Salvador, tendo a demanda
1277 muito grande e também a demanda do plano de saúde. Estamos vendo que muita das
1278 pessoas principalmente o plano de saúde Bradesco onde, a maioria dos seus médicos,
1279 estão cobrando uma taxa para os usuários do plano e essas pessoas estão demandando
1280 para o SUS, onde gostaria de fazer uma proposta ao COSEMS relacionado a ANS -
1281 Agência Nacional de Saúde Suplementar, estava dando uma lida na legislação da ANS
1282 e as agencias reguladoras elas fazem três coisas ela executa, legisla e ao mesmo tempo
1283 poder judiciário temos reservas técnicas lá que todo plano de saúde é obrigado a colocar
1284 a PEONA - Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados e PESL - Provisão de
1285 Eventos/Sinistros a Liquidar que são reservas técnicas do plano de saúde, esse dinheiro
1286 fica lá por longo tempo e acabamos não utilizando. E vemos que na legislação que tem
1287 lá a Agencia Reguladora e o Ministro da Saúde não tem nenhuma intervenção sobre a
1288 Agencia Reguladora não é atoa que os prefeitos e alguns governadores pediram para
1289 que o ressarcimento do SUS fosse direto para os municípios e para o governo como é
1290 que está esse controle? Temos a incidência muito grande das pessoas utilizando o SUS,
1291 o ressarcimento. Então é um dinheiro que está lá e precisamos colocar isso dentro do
1292 SUS gostaria de ver qual o posicionamento do COSEMS e como é que o Controle
1293 Social pode em nível de CES forçar o CNS fazer uma intervenção já que é na esfera
1294 federal. O conselheiro Raul Moreira Molina Barrios agradeceu as palavras de incentivo
1295 e principalmente de solidariedade aí incluo Delfino e Lilian que absorveram
1296 completamente e fizeram uma análise e inclusive responderam dentro das suas
1297 prerrogativas aquilo que temos que dividir e que não é só nas prerrogativas dos gestores
1298 municipais. Referiu-se a conselheira Célia: Que com relação às presenças das fundações
1299 e aí vou fazer a meia culpa e já disse aqui em OFF aqui para Sílvia e Francisco vou

1300 fazer aqui em público para o CES fui um dos grandes defensores na época da Fundação
1301 Estatal de Saúde da Família. Moysés sabe, pois tivemos uma grande discussão a
1302 respeito disso, porque entendíamos e defendíamos de que precisávamos de um
1303 instrumento que agilizasse aquilo que tínhamos como demanda na atenção básica e por
1304 isso brigamos pela Fundação Estatal de Saúde da Família. Lamentavelmente a
1305 Fundação Estatal de Saúde da Família não se dedicou a saúde da família foi ser
1306 prestadora de serviços com projeto de programas e aí passou a ser regulador, construtor
1307 de prédio, passou a fazer média complexidade começou a fazer o concurso para Rede
1308 Cegonha; começou a fazer um rombo que hoje está em mais de quarenta milhões de
1309 reais sem contar o passivo trabalhista. Vejam uma coisa, vamos ficando velho, já disse
1310 que falo agora o que meu coração sente para não enfartar, tenho que reconhecer a minha
1311 culpa lá na frente, mas não dá para dizer que nós participamos do Conselho Curador
1312 está aqui Ivonildo, participou do Conselho Curador enquanto nosso representante temos
1313 a obrigação de trazer para esse CES o que está acontecendo com a Fundação Estatal de
1314 Saúde da Família e dizer aquilo que foi colocado pelo conselheiro José Américo
1315 também ficamos abismados, porque lá no COSEMS ficamos no porão da UPB e vimos
1316 a Fundação Estatal de Saúde da Família alugar um andar inteiro de um prédio mais caro
1317 que tinha em Salvador. Começamos a nos distanciar acho que deve vim mesmo para
1318 darmos essas respostas e respondermos por aquilo que é nosso. Quem vai responder
1319 pela Fundação Estatal de Saúde da Família que são sessenta municípios que assinaram
1320 como criadores e que vão responder, inclusive sobre a dívida e aí estamos envolvidos,
1321 temos que reconhecer também dentro disso. Marcos, com relação a dívida, a dívida
1322 existente tanto é reconhecida pelos três Secretários, porque aquilo é pagamento no
1323 fundo, se não entra o pagamento todos estão vendo que não ouve não estamos falando
1324 de glosa não, estamos falando do pagamento dos serviços. Então, essa dívidas está clara,
1325 ela existe. Os planos de pagar essa dívida ficou em dose meses e já passaram os dozes
1326 meses e não recebemos e temos mais doze meses para ser renegociada. No sistema
1327 podemos ver isso todos eles reconheceram é só para esclarecermos. Moysés, gostaria de
1328 agradecer a você mais uma vez pela sua participação e principalmente sou testemunha
1329 aqui com Francisco e com alguns dinossauros que ainda se mantem no CES desde a
1330 época que você participou e sempre o seu posicionamento, com muita independência
1331 não é atoa que você foi conduzido a representá-la a nível nacional, isso foi um caminho
1332 trilhado dentro de uma militância, dentro do segmento e concordo plenamente com
1333 você. Os quinhentos milhões que estão colocando vai ser retirado de dentro do
1334 orçamento da saúde, não vão tirar de outro lugar, vão tirar dinheiro de onde já não tem
1335 de onde tirar. Na nossa reunião passada, vocês estão lembrados que falei dos
1336 hemoderivados e principalmente no negócio das vacinas que iria faltar, agora vão saber
1337 todo mundo porque a Rede Globo disse, enquanto estávamos dizendo que os
1338 imunobiológicos estavam faltando miguem queria ouvir falar, quanto de vocês estão
1339 fazendo peregrinação para pegar uma antitetânica, entendeu? Não tem essa história é
1340 para boi dormir até hoje o Ministério da Saúde e a Direção da Vigilância não fez e não
1341 tem nem logística para fazer que é pior. E vou dizer mais, o caos vem na frente em cima
1342 dos imunobiológicos e aí vamos ter sérios problemas principalmente com os usuários
1343 que Moysés representa. Não vai ser só privilégio da Bahia, é importante que dividamos
1344 com vocês também isso. Aroldo disse do sistema híbrido, esse talvez foi o grande
1345 problema talvez da Constituição no momento em que permitimos que existisse o
1346 público junto com o privado, em todos os países que colocaram os dois não deu certo ou
1347 optamos por um ou pelo outro. Não dá para dividir esse conflito de interesses onde em
1348 um hospital funciona a metade para os convênios, metade para os particulares e alguma
1349 coisinha para o público. O sistema híbrido foi lamentavelmente o erro que cometemos

1350 lá atrás, porque não foram os constituintes, só que nos deram o SUS. Foi uma luta da
1351 Reforma Sanitária e que muita gente participou até muito mais de que eu e pode falar.
1352 Com relação ao Controle Social Francisco, concordo plenamente com você. Fazemos a
1353 meia culpa que aparelhamos o Controle Social nos municípios. Temos dito isso. A
1354 independência do Controle Social no município seria a melhor coisa para o prefeito e
1355 para o gestor, apesar de tudo isso disse a você que mais de cinquenta por cento são
1356 aparelhados ainda, concordo com você quando diz que o comando único não é real no
1357 momento que não se dá à ordenação da despesa ainda temos erro dentro disso mais
1358 aquilo que você colocou se não descentralizarmos e não lutarmos pelo fortalecimento da
1359 regionalização, quando foi colocado para nós a descentralização através dos consórcios,
1360 ali atrás foi colocado que estaríamos fortalecendo a regionalização, iria se colocar as
1361 Policlínicas não na sede de Macro, nenhuma das nove Macros teria as Policlínicas
1362 porque já existe concentração de serviços não teria em todos os municípios que teriam
1363 hospitais regionais aparelhados, iríamos descentralizar. O que estou vendo são os
1364 consórcios avançando para os mesmos lugares, para aquelas pessoas que não nos
1365 atendem. Estou colocando aqui em aberto, sem medo nenhum que o Secretário se
1366 zangue com isso. Não participamos mais, por isso o COSEMS se retirou no momento
1367 em que não se cumpriu aquilo que nos foi chamado primeiro. Somos a favor de
1368 qualquer tipo de modalidade que permita que a gente aumente o acesso agora colocar
1369 ressonância, colocar tomografia nos mesmos locais que existem e que não nos atendem,
1370 inclusive Francisco você deixou essa brecha para que possamos colocar. Sílvio,
1371 concordo com você a respeito do que você coloca do público e do privado tive a
1372 oportunidade de dizer ao Secretário naquele dia que ele desagrovou inclusive, não
1373 conhecia a militância do SUS do que você colocou fiz questão de ser seu advogado de
1374 defesa, mas era preciso que fosse dito, os gestores municipais municipalistas não
1375 concordamos com isso e querer dizer que o privado sempre foi melhor, atende com mais
1376 resolutividade e aí vai para todos os gestores que passaram, não vamos dizer que o caos
1377 que vivemos é só de agora nos estamos tendo esse caos que está vindo de lá de trás e
1378 vimos o tempo inteiro. Então vamos ser adultos também nisso e reconhecer. Silvino, o
1379 grupo condutor é obrigação nossa participar não é solicitação. Vou levar isso para a
1380 Diretoria do COSEMS na minha época participávamos você disse bem a nossa
1381 Presidente também vai participar acho que vamos colocar uma pessoa, entendo que a
1382 saúde prisional da forma que foi colocada pelo Ministério é outro agravamento, não dá
1383 para se colocar uma população que vem de todos os locais que chega em um município
1384 e não se dá o recurso necessário para que exista, aquele valor que está colocado como
1385 grande coisa e não dá para pagar a equipe multidisciplinar. Não se faz saúde prisional
1386 apenas com um médico para atender a coisa já nos falamos lá atrás que os médicos que
1387 pensaram que era a ameixa do pudim e que tudo era o médico que tinha que resolver,
1388 isso não existe mais não. Uma equipe multidisciplinar na qual o médico e apenas mais
1389 um não sou corporativista nisso, e me sinto bem à vontade para colocar isso aí, mas para
1390 pagar uma equipe multidisciplinar para você poder dar um atendimento realmente
1391 humanizado, não dá para querer colocar simplesmente que se pague a um profissional.
1392 Pode pagar um psiquiatra, não pode pagar um psicólogo, não pode pagar um
1393 fisioterapeuta? Tenho minhas críticas para isso e concordo. Com relação a qual é o
1394 valor, e os recursos que colocamos, me comprometo que no dia da regulação trazer e
1395 dizer qual é o valor que está na janela do estado, dos municípios para atendimento de
1396 alta complexidade em Salvador, o dinheiro da alta complexidade é oitenta por cento e
1397 está na Cidade de Salvador compartilhada pelo estado e pelo município. Não tem alta
1398 complexidade no interior é por isso que vem para cá e esse valor está na janela,
1399 ninguém está fazendo nada para os interiores de favor. Como não nos atendem e a

1400 população inventa fazer isso que você diz, o dribble da regulação é esse, chegar de carro
1401 ali e tirar o cara do tubo, se aqui está à alta complexidade toda, e quando não está, está
1402 nos Hospitais Regionais que estão sobre a gestão estadual, pelo amor de Deus! Não
1403 vamos trazer o valor do que colocamos em Salvador, faço um parêntese, sei que o valor
1404 para oncologia está defasado porque não tem história de teto somente em dois
1405 municípios no Estado da Bahia, concordo plenamente, agora o resto não tem
1406 justificativa. Por isso que digo que não dá para se falar de sistema de regulação que não
1407 seja unificado para que fiquemos dividindo bola de novo, gostaria de colocar isso com
1408 relação à alta complexidade o COSEMS estará presente e ira trazer os valores que foram
1409 colocados. Com relação à Maternidade de Santo Amaro é lamentável, já coloquei aqui
1410 para vocês e colocarei novamente isso é incompetência da gestão municipal, não posso
1411 querer pegar o comando único, se o meu teto que ficará comigo não dará assistência
1412 aquilo que quero, o melhor é deixar lá do jeito que está porque tem a opção que alguns
1413 municípios fossem para o comando único o pessoal com a vontade de querer pegar no
1414 dinheiro. Acaba esquecendo que tem cinco unidades e só tem dinheiro para manter uma
1415 em Santo Amaro se tenho cinco unidades e não tenho o dinheiro para manter uma para
1416 que quero trazer o comando único para mim? Porque vou buscar o pepino dos outros.
1417 Ninguém deu a Santo Amaro e disse tome você é obrigado a assumir o comando único,
1418 foi ele quem pediu, ele chegou à Comissão Técnica do COSEMS onde mostramos os
1419 números e dissemos vocês não terão dinheiro, não o estado vai me dar. Aquela velha
1420 história sou amigo do rei vou conseguir e depois vai chorar o leite derramado, depois de
1421 pactuado já foi você tem que ter capacidade, você não pode pegar pelos outros não
1422 porque tal município é comando único e agora o dinheiro vem para mim e vou fazer o
1423 que quero e pago a quem quero, o cara tem uma unidade que não está nas mãos dele
1424 para ele se aparelhar politicamente ele pede o comando único para que todos fiquem nas
1425 mãos dele e não ter o dinheiro para pagar. Não vamos dar apelido às coisas não o que
1426 aconteceu em Santo Amaro foi isso, se eu fosse ele iria novamente para a Bipartite para
1427 desfazer o comando único e respeitar os prestadores da forma que estava, porque o cara
1428 para ter os prestadores nas mãos fez isso na verdade foi isso que aconteceu. Agradeço
1429 mais uma vez a imensa paciência de vocês de ter ouvido o desabafo aqui que estamos
1430 colocando e dizer mais uma vez que só seremos forte se estivermos unidos e os gestores
1431 não podemos está longe de vocês, imaginar que a gestão pode fazer as coisas e que deve
1432 isso está longe da gente pensar desse jeito, pode até ter gestores que pensam que pode
1433 enfiar goela a baixo as coisas mais a história ela sempre traz as respostas de uma forma
1434 muito mais contundente, estamos gestores não somos gestores na hora que a nomeação
1435 desaparece estou ali sentado no mesmo lugar. O Conselheiro Luís Delfino Mota Lopes
1436 comentou que tudo falado pelo conselheiro Raul tem uma coisa a nível nacional está na
1437 agenda que é a busca de recursos. Uma coisa que está a agenda foi essa ação do
1438 Governo do Estado no intuito de que os recursos do setor de saúde suplementar fosse
1439 repassado ao SUS. Gostaria de propor ao pleno uma moção de apoio ao Governo do
1440 Estado nessa luta, o Controle Social está dizendo que ele está certo em continuar nessa
1441 luta, ele foi de forma autônoma, mas o CES reconhece o trabalho do governador e por
1442 isso proponho uma moção de apoio ao governador e ao mesmo tempo saber do
1443 governador como está o andamento desse processo. O Conselheiro Marcos Antônio
1444 Almeida Sampaio colocou que se caso for entendimento de todos os conselheiros a
1445 moção gostaria que fosse para a votação porque nesse momento não é só a discordância
1446 em algumas questões, acho que o governador fez o papel dele, mas considero que o
1447 pouco ou o muito é a transparência de se saber o que foi usado naquela área. O muito
1448 pode ser pouco se você não souber onde é usado, tipo preciso saber essa economia e a
1449 sobra de recursos que houve duzentos e trinta e seis milhões é real? Aquela economia

1450 das franhas e dos lençóis é real? Comprou novos lençóis, comprou novas franhas? Esse
1451 negócio dos repelentes, oitenta milhões para vinte e seis toneladas de repelentes, foi
1452 discutido conosco. Tem algumas questões que precisamos discutir e outra questão
1453 presidente, não estou discutindo o mérito se o Governador é merecedor ou não de uma
1454 moção aqui, não estou querendo aqui barrar ou vetar as ações do Governador, mas dizer
1455 a moção que pede o afastamento do Secretário de Saúde, o Governador nem respondeu.
1456 Ele poderia dizer que considero que o CES é importante, mas que por conta de ser uma
1457 prioridade do governo manteria o Secretário. Era uma resposta. Agora devido ao
1458 acúmulo de coisas negativas que temos aqui que merecia respostas, mas no meu
1459 entendimento no mínimo deveria ir para a votação para colocar o meu voto, não de
1460 repúdio ao governador ou de qualquer outra coisa, mas de não concordar que o CES
1461 hoje no desrespeito que estamos passando no dia, dia, ainda sairmos com uma moção ao
1462 governador, que seria assinar o nosso atestado, não vou nem dizer de incompetência,
1463 mas talvez o que não somos Presidente, pois vejo a sua luta, a luta de Francisco, a nossa
1464 luta, o que Molina falou e outros conselheiros. O conselheiro Moysés Longuinho
1465 Toniolo de Souza encaminhou que em relação ao Governador adoraria conhecer se foi
1466 levado algum documento para a presidente Dilma, se isso foi em uma reunião
1467 extraoficial ou oficial gostaria que isso viesse parte do Governo da Bahia trazido ao
1468 conhecimento do CES para depois tomarmos uma atitude dessas; creio que se o
1469 Governador está pedindo algo em prol da saúde isso é maravilhoso e digno de aplausos,
1470 mas precisamos que o governador se aproxime do CES e que tenhamos dados para
1471 poder embasar até o apoio ao governador e fazer mais que isso fazer articulações
1472 políticas parlamentares sim, porque temos uma bancada no Congresso Nacional que
1473 deve apoiar a ação do governador. Sei que temos as ações políticas partidárias aqui e
1474 não sou contra a ninguém fazer isso mais acho que posso fazer para além do meu
1475 umbigo político partidário e se é uma boa ação para o SUS e o ato do governador parece
1476 ter haver com uma defesa do SUS, temos que apoiar para uma frente parlamentar para
1477 mobilizarmos os nossos parlamentares da Bahia inteira independente de partido político
1478 lá no senado. Não para ficar algo para o governo temos que fazer uma ação, inclusive,
1479 de mobilizar o Governador e toda a nossa bancada no congresso acho que esse é o
1480 melhor encaminhamento se não só uma moção por moção temos que reconhecer que
1481 isso pode ser muito bom para o SUS, mas precisamos ter maior conhecimento sobre
1482 esse ato. O Senhor Presidente solicitou ao representante da SESAB o conselheiro
1483 Ivonildo que trouxesse para gente o que foi encaminhado para o Governador para que o
1484 CES tenha ciência e também possa apoiar através dos movimentos sociais não só com
1485 os políticos mais através dos movimentos sociais fortalecerem junto ao governador. O
1486 conselheiro Ivonildo Dourado Bastos salientou que o Governador Ruy Costa foi o
1487 primeiro governador do país a se levantar em defesa de um financiamento sólido e
1488 consistente do SUS, inclusive, tendo a coragem de defender o retorno da CPMF para
1489 financiar o SUS reuniu todos os governadores do Nordeste neste sentido e no primeiro
1490 encontro com a Presidente da República ele pautou essa questão, mas acatamos o
1491 encaminhamento da mesa e a gestão providenciará o que está sendo solicitado. A
1492 discussão é salutar não se trata de uma moção significar que o CES passa a ser chapa
1493 branca, mas como fala o conselheiro Moysés reconhecer efetivamente o que tem sido
1494 feito em defesa do SUS independentemente de onde venha, contanto que seja para
1495 fortalecer o SUS. Os gestores sabem que o grande problema hoje do SUS é o
1496 subfinanciamento, então, não se faz um sistema único universal com integralidade, com
1497 equidade sem financiamento. As mesmas pessoas hoje que cobram integralidade da
1498 saúde, que cobram acesso imediato a assistência foram as pessoas que derrubaram a
1499 CPMF e tiram quarenta bilhões ano do SUS, quando os representantes dos prestadores

1500 de serviços traz para cá uma demanda que fala que a tabela SUS ela não é o suficiente
1501 para determinados procedimentos isso é fato, mas hoje o sistema ele não roda em cima
1502 de uma tabela SUS, até porque a tabela SUS é o componente federal e o sistema é
1503 Tripartite temos o componente estadual e o componente municipal que tem que está
1504 agregado ao processo e na mistura Silvino dos procedimentos, a conta se paga se perde
1505 em um, se ganha em dois, se ganha em quatro, mas esse não é o foco da discussão.
1506 Então a gestão compartilha do que está sendo discutido, compartilha com a fala do
1507 conselheiro Moysés acho importante o encaminhamento que ele deu e que foi acatado
1508 por Delfino que fez a proposta e acho que posterior ao que você solicita chegando aqui
1509 esse pleno tem condições de saber se o governador é de fato merecedor pelas ações que
1510 ele tem feito em defesa do SUS e encaminhamos nesse sentido e isso não quer dizer que
1511 uma atitude dessas do CES vá transformá-lo em chapa branca. O Conselheiro Raul
1512 Moreira Molina Barrios enfatizou que iria contemplar a Marcos e fazer um reparo com
1513 Lilian também quando vocês trouxeram essas denúncias que estão saindo na imprensa
1514 para convocar o denunciante, onde fiz um posicionamento aqui que mantenho, mas não
1515 consigo imaginar, Ivonildo como que o acusado faz parte do CES e não se defende, não
1516 chega e traz as informações e as respostas que temos que ter aqui, talvez falei naquele
1517 dia não dizendo isso. Porque acho o seguinte: quando Marcos está dizendo se esse
1518 dinheiro é real então está na hora da gestão estadual chegar aqui dizer é real está aqui e
1519 responder ponto a ponto o que Lilian colocou não custa nada. Pedir porque sei que você
1520 vai conduzir isso é importante que se faça um momento desse de resposta, a esses tipo
1521 de coisa para acabarmos e não ficarmos nas redes sociais, só colocando aquelas coisas
1522 que estão cansando todos e ninguém mais aguenta ouvir Marcos falar do negócio da
1523 BAHIAFARMA. Disse que já havia falado a Marcos aqui, quando o pessoal está
1524 colocando o que o Conselho Curador tem que fazer. “Sou do Conselho Curador e
1525 participei da primeira reunião porque era apenas o suplente, nunca participei por isso,
1526 que nunca recebi o jeton, mas o nosso companheiro recebia.” E não era novidade para
1527 ninguém de que tinha sido incluído agora. Salientou que como membro do Conselho
1528 Curador e, se não tivermos resposta como membro do Conselho Curador, iria sair do
1529 Conselho. Que o COSEMS iria se afastar. Porque iriam fazer o papel de simplesmente
1530 ir para lá para fazer esse tipo de coisa. O Conselheiro Marcos Antônio Almeida
1531 Sampaio esclareceu que em nenhum momento havia dito que o governador não era
1532 merecedor. Disse apenas que existem alguns pontos que foram debatidos aqui no CES e
1533 que mereciam ter uma melhor discussão sobre a moção. Outra coisa, que seria bastante
1534 mediana dentro do contexto colocado é que houve um pedido do CES antes da
1535 Conferência para que fôssemos recebidos pelo governador para uma agenda positiva.
1536 Sentarmos com o governador para sabermos o pleito e questionou se o governador
1537 estaria disposto a receber o CES? A Presidenta Dilma recebeu o Conselho Nacional,
1538 fizemos a Conferência e nem o governador esteve lá, então seria o momento ao invés de
1539 fazermos a moção melhor irmos lá ouvir do governador, ele dizer eu defendi porque o
1540 estado está assim ou não e dizermos: Olha governador também acho isso e aplaudirmos
1541 pessoalmente que fará mais efeito que o papel. O Senhor Presidente enfatizou para o
1542 conselheiro Delfino a proposta de encaminhamento trazida pelo conselheiro Marcos
1543 onde podemos fazer o seguinte: Primeiro oficializar o Governador da reunião que ele
1544 teve com os Governadores do Nordeste e a Presidente Dilma qual foi à efetividade
1545 mesmo das propostas com relação ao financiamento do SUS e também já reiterar uma
1546 audiência deste CES com o Governador, pode ser assim pessoal? Os conselheiros
1547 concordaram e foi encaminhada a proposta. A conselheira Célia Maria Alexandria
1548 informou que às 17 horas daquele dia na Reitoria da UFBA estaria acontecendo um Ato
1549 em homenagem póstuma a Marcos Vinícius que foi assassinado. E sugeriu que o

1550 Conselho retirasse uma Nota para providências em relação ao crime, para que não
1551 ficasse impune e também falando de sua militância na luta Manicomial e disse também
1552 que no momento em que foi morto, estava na luta por questões de terras. E propôs que
1553 a própria comissão se reunisse com ela para redação da referida Nota. O Conselheiro
1554 Ivonildo Dourado Bastos registou que a gestão não estava com má vontade de cumprir a
1555 pauta, mas que infelizmente o debate da manhã se levou muito tempo nos informes e de
1556 certa forma acabou prejudicando as pautas da Microcefalia e as Ações do Carnaval e
1557 como havia informado os motivos da ausência do Secretário por conta da Agenda da
1558 tríplice epidemia os dois Superintendentes devem estar envolvidos nessa Agenda.
1559 Informou ainda que falou com Dra. Ita e que estava tentando manter contato com Dr.
1560 Eujácio Diretor da DGRP para cumprir a pauta do Carnaval. E propôs a inversão da
1561 pauta. O Senhor Presidente disse que estava sendo atendida à sua solicitação e informou
1562 que o calendário é anual com datas predefinidas e pediu para iniciar os informes da
1563 Eleição sobre a estrutura da organização do evento. E passou a fala para o Secretário
1564 Arão Capinam de Oliveira para informes da Secretaria Executiva do CES em relação à
1565 eleição que informou que a eleição seria nos dias 16 e 17 de maio no IAT no turno da
1566 tarde com estrutura de 07 salas disponíveis e Auditório. O conselheiro Francisco José
1567 Souza e Silva que saudou a todas e todas e informou que a comissão eleitoral realizou
1568 reunião no dia anterior na parte da manhã no CES e que já tem outra reunião agendada
1569 para o dia 26 desse mês. E que tem duas Plenárias previstas para dia 16 e 17 de março
1570 de usuários e trabalhadores e que logo que tenha a lista de Entidades e Movimentos
1571 habilitado seria publicado em Diário Oficial e estão prevendo, conforme Edital que foi
1572 publicado em dois de fevereiro e até ontem no horário regimental da reunião, a
1573 comissão eleitoral não havia recebido nenhum pedido de irregularidades, nem
1574 impugnação do Edital e assim, coloca para o pleno do CES que o edital está aprovado, e
1575 o regulamento interno, será realizada a eleição biênio 2016 -2018. Informou ainda, que
1576 são dez cadeiras para usuários segmentos e subsegmentos, de trabalhadores são 08 sendo
1577 04 para Entidades Congregadas e Federações e Sindicatos de trabalhadores e 04 para
1578 conselhos de profissionais da área de saúde. Em relação à habilitação a solicitação
1579 consta no regulamento os documentos que devem ser apresentados que deverão ser
1580 enviados pelo correio ou entregues na Secretaria Executiva do CES para a comissão
1581 eleitoral. Foi resolvido que qualquer situação de esclarecimento ou de solicitação de
1582 documentação na hora da entrega por parte da representação das Entidades, a recepção
1583 da comissão eleitoral irá fazer e posteriormente a comissão irá avaliar se estarão aptas a
1584 participar do processo eleitoral. Do dia 02 de fevereiro contado da publicação do Edital,
1585 a dois de março para fazer a classificação e do dia 03 até 09 de março, publicando em
1586 Diário Oficial a relação das Entidades e aguardando receber recursos de alguma
1587 Entidade e cumprindo prazo de 05 dias para resposta. Quanto à organização Arão já
1588 falou uma parte, a ideia é que se faça eleição das Entidades publicadas por segmento por
1589 dia para organizar melhor o processo tanto para Usuários e Trabalhadores de Saúde.
1590 Para Prestadores e Gestores terá eleição sim, mas as instituições indicarão seus
1591 representantes, no caso da SESAB, Ministério da Saúde, Conselho de Secretários
1592 Municipais e Secretaria de Recursos Hídricos que também tem direito a representação e
1593 as vagas dependem apenas da indicação dos nomes. As outras quatro vagas que
1594 correspondem aos prestadores de Serviço uma é da BahiaFarma e as outras são abertas.
1595 Os prestadores de serviços escolhem seus representantes, uma delas é a Associação dos
1596 Hospitais e a Federação. O processo é diferenciado dos Usuários e Trabalhadores de
1597 Saúde. A outra questão é que durante este período, até o dia 02 de março que encerra o
1598 prazo deste processo, haverá um representante da comissão para dar suporte, para
1599 esclarecer e tirar dúvidas dos postulantes que irão participar do processo eleitoral do

1600 CES. O senhor Presidente passou a fala para o Secretário Executivo do CES. O Senhor
1601 Arão Capinam de Oliveira – Secretário Executivo do CES, informou que a eleição do
1602 CES estava programada para os dias 16 e 17 no turno da tarde no Instituto Anísio
1603 Teixeira – IAT, e que o espaço contava com sete salas conforme, sugestão da Comissão
1604 Eleitoral e onde já havia identificado o auditório também. Todas as salas estariam
1605 equipadas e que quanto às outras informações certamente o conselheiro Francisco
1606 colocaria para todos. O Conselheiro Francisco José Sousa e Silva, declarou que a
1607 Comissão Eleitoral havia se reunido no dia anterior no turno da manhã no CES, porém,
1608 ainda tinha uma reunião agendada para o dia 26 de fevereiro e a ideia era que
1609 conseguissem realizar as duas Plenárias, sendo uma para eleger as representações de
1610 trabalhadores em saúde e a outra de usuários. Então nos dias 16 e 17 de março seriam as
1611 datas e estariam publicando logo que tivessem as listas das Entidades e dos Movimentos
1612 Sociais que estivessem habilitados que também seriam publicados no Diário Oficial da
1613 União – DOU, conforme o edital que tinha sido aprovado já que o mesmo tinha sido
1614 publicado no dia 02 fevereiro e até o dia anterior, no horário regimental da reunião, a
1615 Comissão Eleitoral não havia recebido nenhum pedido de irregularidade ou de
1616 impugnação do edital. Informou que a Comissão Eleitoral colocava para o Pleno do
1617 CES que o edital estava aprovado e conforme aprovação do Regimento e o
1618 Regulamento Interno do CES, seria realizada a eleição - Biênio 2016/2018 do CES.
1619 Salientou que todos sabiam que do segmento de usuários seriam dezesseis cadeiras e de
1620 trabalhadores seriam oito, sendo quatro para as entidades congregadas em federações e
1621 sindicatos de trabalhadores e mais quatro para os conselhos de profissionais da área de
1622 saúde. Em relação à questão da habilitação e relação de documentos que deveriam ser
1623 apresentados constava no Regimento e os mesmos deveriam ser encaminhados através
1624 do correio para a Comissão Eleitoral na Secretaria Executiva do Conselho Estadual de
1625 Saúde ou presencialmente. Informou que qualquer situação de esclarecimento ou de
1626 solicitação de documentação na hora da entrega, por parte das representações das
1627 Entidades, a recepção da Comissão Eleitoral iria fazer. As pessoas que não tivessem
1628 encaminhando ainda a documentação da inscrição seriam recepcionadas no CES e a
1629 representação informada de imediato se os documentos estavam corretos, e
1630 posteriormente a Comissão Eleitoral iria avaliar se os mesmos atendiam aos requisitos
1631 de classificação. Teriam também um prazo do dia 02 de fevereiro (data da publicação
1632 do Edital), até o dia 02 de março, ou seja, trinta dias para a publicação e depois do dia
1633 03 até o dia 09 de março, para estarem publicando aquela relação de Entidades e
1634 Movimentos Sociais e aguardando caso fosse necessário à solicitação de alguma
1635 entidade que não fosse atendida no pleito e entrasse com algum recurso. A Comissão
1636 também teria um prazo em tempo hábil, como constava no Regulamento de cinco dias
1637 para dar a resposta. Na questão da organização, teriam uma ideia melhor a partir do
1638 momento as Entidades fossem solicitando as inscrições para participarem do processo.
1639 A ideia era que se fizesse cada segmento em um dia, era exatamente para dar condição
1640 de organizar melhor o processo, tanto pela questão dos usuários quanto dos
1641 trabalhadores em saúde. Em relação ao segmento de gestores e prestadores de serviço,
1642 como constava na lei e no Regimento Interno do CES, existia cadeiras daqueles
1643 segmentos que diziam respeito às instituições, e as mesmas indicavam apenas as
1644 pessoas que iriam representar, a exemplo da SESAB que era representada pelo Senhor
1645 Secretário da Saúde, Ministério da Saúde que pedia uma representação, Conselho de
1646 Secretários Municipais de Saúde – COSEMS que pedia uma outra representação e da
1647 Secretaria de Recursos Hídricos do Estrado da Bahia que também tinha direito a uma
1648 representação. Na área de gestão as vagas dependiam apenas da indicação dos nomes
1649 das Entidades citadas. As quatro vagas que correspondiam aos prestadores de serviço,

1650 uma vaga já era de um prestador público que seria a BAHIAFARMA, que também
1651 precisava de uma indicação de nome, quanto às outras vagas a disputa era aberta, porém
1652 historicamente, é por isso que não solicitavam a documentação aos prestadores, sendo
1653 os serviços públicos ou privados eles próprios como já havia acontecido na edição
1654 anterior da eleição, antecipadamente escolheriam as entidades que iriam representar.
1655 Lembrou que na atual gestão do CES seria a Associação dos Hospitais e a Federação, o
1656 que tinha sido realizado em comum acordo e depois foi passado o nome de quem iria
1657 representar as duas entidades, por isso, que o processo era realizado de uma forma
1658 diferenciada em relação aos segmentos de trabalhadores de saúde com as entidades
1659 sindicais que representavam e também os Conselhos de Profissionais de Saúde. E a
1660 questão dos usuários com todos aqueles subsegmentos no total de 10 que eles estavam
1661 aguardando que fosse encaminhada a documentação para se iniciar o processo de
1662 habilitação para a eleição. Outra questão que tinha resolvido enquanto comissão, foi que
1663 até o dia 02 de março de 2016, seria a data de encerramento do prazo da solicitação da
1664 inscrição. Falou que haveria membros da Comissão Organizadora no CES para não
1665 somente apoiar a questão do processo, mas também para esclarecer e tirar dúvidas dos
1666 postulantes e representantes de que fosse participar do processo de eleição do CES.
1667 Solicitou a todos os conselheiros que já que existia um grupo na rede social que fosse
1668 priorizada a informação ou por telefone para a comissão no próprio CES ou próprio
1669 conselheiro fosse até lá para conversar, para que não tivessem que necessariamente
1670 estarem explicando ou às vezes tentarem explicar alguma resposta no grupo porque às
1671 vezes o que respondia para um, complicava mais ainda o entendimento de outro
1672 conselheiro. O Senhor Arão Capinam de Oliveira – Secretário Executivo do CES
1673 concluiu que a entrega dos documentos como o conselheiro Francisco José havia
1674 colocado, conforme a data limite seria no dia 03 de março das 09:00 às 19:00 horas e a
1675 homologação e impugnação do dia 03 ao dia 09 de março de 2016. Falou ainda, que
1676 seria dado prazo de cinco dias para que fosse impugnado ou não e para a homologação.
1677 Quanto à publicação das entidades, seria no dia 10 de março de 2016 e o limite da
1678 certidão seria de 72:00 horas antes da eleição que aconteceria no dia 17 de março no
1679 período da tarde, no Instituto Anísio Teixeira – IAT. O Conselheiro Luiz Américo
1680 Pereira Camara perguntou se no SINDMED-BA tinham registrado em cartório o
1681 estatuto onde constava a data da fundação, já que tinham dúvidas de qual seria a
1682 certidão, se seria a que tinha a data da fundação, pois tinham o estatuto registrado em
1683 cartório e microfilmado. Perguntou se havia a necessidade de outra certidão ou a
1684 registrada em cartório servia. A Conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho perguntou
1685 como tinha sido publicizado, sabia que tinha sido através do Diário Oficial da União,
1686 mas se tinha sido usada alguma outra forma de divulgar, porque acreditava já que era de
1687 interesse para várias entidades, que ali não estavam, porém estavam com algumas
1688 dúvidas que eram possíveis esclarecer e outras não teriam aquela oportunidade.
1689 Registrou que todos tinham sido atropelados com a publicação no dia 02 de fevereiro e
1690 que em seguida, entrou um período longo de carnaval, sem dúvidas não tinha trinta dias
1691 e lembrou que quanto a Rede Feminista, aquela informação para que chegasse no CES,
1692 não tinha sido fácil obter as informações porque não estavam disponíveis amplamente
1693 da forma que estavam acostumados a buscar e atualmente já conhecia o caminho porque
1694 estava no CES, mas imaginava que outras entidades que gostariam de participar do
1695 processo, teriam dificuldades, então gostaria de deixar registrado em ata e os
1696 argumentos a época de quando adiaram a eleição, foi quando estavam organizando a 9ª
1697 Conferência Estadual de Saúde, não lhe convencia porque o Conselho Nacional de
1698 Saúde – CNS, organizou uma conferência nacional e mesmo assim, fez a sua eleição no
1699 tempo regulamentar no entanto, não conseguiram aquele resultado e postergaram a

1700 publicação do edital em cima do carnaval o que certamente no mínimo era estranho. O
1701 Conselheiro Júlio César Vieira Braga falou que ouviu dentro dos comentários do
1702 conselheiro Moysés, questionando dificuldades da sua entidade e via também o
1703 conselheiro Luis Américo falando da mesma forma, por isso, tinha exatamente aquela
1704 impressão. Destacou que quanto à entidade dos usuários não houve uma divulgação
1705 adequada e ouviu também dentro dos comentários a possibilidade de pertinência ou não
1706 de postergar aquela eleição, já que não tinha um marco legal, uma data específica, então
1707 dentro daquela linha gostaria de saber se poderia ser adiada a eleição, inclusive para
1708 maior divulgação tão ou mais importante a eleição, a escolha também dos participantes
1709 com a ampla divulgação como tinha sido feita com a 9ª CONFERES. O Conselheiro
1710 Marcos Antonio Almeida Sampaio observou que estava presente no dia que foi
1711 aprovado o Regulamento e que inclusive tinha sido voto vencido na questão da certidão,
1712 então levantou a preocupação já que o documento de fundação trazia a data da mesma e
1713 colocou que a certidão seria redundante, mas o jogo tinha sido aprovado pelo Pleno e
1714 por isso virou regra. Destacou que o encaminhamento a abertura, seria com a data da
1715 eleição e o local e que pudessem considerar que a comissão tinha levado uma proposta e
1716 que pudesse aprová-la, já que constava nos dias 16 e 17 no IAT, não sabia ainda se
1717 teriam outros locais, porque existia muita dificuldade de se chegar até o Centro
1718 Administrativo da Bahia – CAB e no IAT, dependendo do horário, era algo muito
1719 aventureiro. E por isso, o Pleno poderia verificar se havia alguma outra possibilidade.
1720 Sabia que o Pleno tinha aprovado, porém gostaria de saber se a resolução que
1721 prorrogava o mandato do CES não sabia qual a data final do limite da posse do CES. Se
1722 seria a data limite de terem a eleição ou não, e se daria para prorrogar mais um pouco
1723 mais para a frente ou não, porque pelo que tinha se divulgado a entrega da
1724 documentação seria até o dia 03 e a publicação tinha saído no dia 02 e o final seria
1725 praticamente no dia 02 até a meia noite, por isso queria ver se haveria aquela
1726 possibilidade. O Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza falou que a dúvida
1727 que tinha havia tirada através do grupo watssApp, e o que tinha mais era o regulamento
1728 no computador, conseguiu uma cópia no CES. No regulamento a questão das 72 horas
1729 estava clara que era o que precisava. No resumo da data dizia que 72 horas, seria o
1730 limite para a entrega da certidão, porém o que estava escrito no regulamento não era
1731 justamente aquela informação, então gostaria que analisassem a situação, já estava
1732 esclarecido, só que o próximo regulamento e se fosse lido na íntegra tinha uma questão
1733 que poderia dar a entender que qualquer outra instituição, que já tivesse encaminhado os
1734 documentos com certidões de datas passadas poderiam ser impugnadas. Então aquela
1735 era a sua preocupação, a questão tinha que ser lida claramente. Salientou que ainda
1736 estava socializando aquela informação porque já havia socializado através o link do site
1737 do CES, para os movimentos de luta contra a AIDS, o Movimento LGBT, mas o que
1738 acreditava ser mais importante era o resumo das datas que tinham visto naquele
1739 momento, então se avisassem às pessoas, por mais que o processo ainda estivesse na
1740 metade do tempo, ainda daria tempo para que as pessoas se organizassem. Que aquela
1741 ação de informação era o mais fundamental e naquele momento o que ele deixava como
1742 dica; seria que teriam de usar o e-mail, o grupo e mandar aquele tipo de informação para
1743 todos os aplicativos que tivessem porque daquela forma seria realmente socializar
1744 totalmente a informação. Relatou que estavam tentando identificar se as entidades de
1745 patologia, inclusive durante o almoço teve uma conversa com algumas pessoas do
1746 **Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS da Bahia – GAPA**, para ver se conseguiriam
1747 reunir as instituições de patologias antes para verificarem quais estariam se habilitando
1748 e iriam participar da eleição, um acordo para já chegar facilitando o processo ou iria
1749 para a eleição mesmo com voto, disputa porque ele também não sabia quantas

1750 instituições de caráter estadual. Eles teriam que ter uma atuação realmente, no entanto
1751 gostaria que na data da eleição mesmo 16 e 17 tinha que ser descrito qual seria o
1752 segmento do dia 16 e qual o segmento do dia 17. O Senhor Presidente em relação à
1753 Secretaria Executiva do CES informou que desde o final do ano anterior várias
1754 entidades tinham ligado informações referentes à eleição, por isso estavam sempre
1755 informando, inclusive ele mesmo vinha dando atendimento pessoalmente às entidades.
1756 Falou ainda que socializaram e publicaram para todos os meios de comunicação que o
1757 CES tinha acesso, o site da SESAB, enviaram o regulamento e o edital para os
1758 quatrocentos e dezessete Conselhos Municipais de Saúde, Conselho Nacional de Saúde,
1759 todos os órgãos de controle, todas as informações referentes à eleição do CES,
1760 publicizaram o máximo possível e que receberam inúmeras ligações durante o dia para
1761 tirar dúvidas com relação aos documentos porque algumas entidades queriam entrega-
1762 los na reunião. Então falou que não e que o Regulamento era bem claro, que seria na
1763 Secretaria Executiva do CES das 09:00 às 17:00 horas já que alguns acreditavam que
1764 precisavam pegar ali na reunião do CES. Em relação ao local, respondendo à fala do
1765 conselheiro Marcos Antonio procuraram outros locais para aquela data, no entanto,
1766 alguns locais foram inviabilizados por questões de agenda e também de não possuírem
1767 estrutura. Conseguiram o IAT, e a Comissão iria se debruçar ao máximo em publicizar
1768 para que os movimentos sociais, as entidades que fossem habilitadas a participarem do
1769 pleito, tivessem a garantia de participação, e quando estivesse habilitada iria comunicar.
1770 Outra questão foi sobre a Resolução nº 20 de 2015, com a prorrogação do mandato da
1771 Mesa Diretora por mais noventa dias, no entanto quando terminassem os informes
1772 falaria sobre o assunto. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos solicitou
1773 esclarecimento em relação às entidades como tinham mandato, então passavam também
1774 por um processo eleitoral e modificação de diretoria. Se uma entidade estivesse em
1775 processo de mudança de diretoria, por exemplo, tinha sido eleita uma nova composição
1776 daquela diretoria, no entanto o registro em cartório, todos já sabiam como funcionava
1777 todo o trâmite que demora muito, e aí como é que aquela entidade poderia se habilitar
1778 para concorrer, já que estava em tramitação no cartório. Houve uma eleição na entidade
1779 onde outras pessoas tinham sido eleitas para comporem a diretoria e aquele processo
1780 estava em trâmite e gostaria de saber como era entendida aquela situação. O
1781 Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos em relação à questão da publicidade que vários
1782 conselheiros haviam colocado e que corroborando com a fala do conselheiro Moysés
1783 Longuinho Toniolo e se todos pudessem se tornar agentes propagadores daquele
1784 processo em redes sociais, WhatsApp, ou alguns que tivessem acesso a microfones de
1785 emissoras de rádio que fizessem o processo de divulgação e contribuíssem com a
1786 publicidade do processo eleitoral. Sobre a localização do Instituto Anísio Teixeira -
1787 IAT, sugeri que os próprios sites divulgavam espécies de mapas informando como
1788 chegar com pontos de referências, nomes de ruas e se possível até questão de ponto de
1789 ônibus, todo um processo que se publicizasse nas páginas do CES, da SESAB e onde
1790 fosse possível, um mapa auxiliando e orientando todas as pessoas como chegar ao IAT.
1791 O Conselheiro Francisco José Sousa e Silva salientou que por experiência própria,
1792 acreditava que para defesa da instituição, se a mesma iria entrar em processo de eleição,
1793 a decisão a ser tomada dependia muito de quem dirigia a entidade atualmente, porque
1794 quem dirigia antes de qualquer coisa, tinha o poder de resolver, se iria ou não e mesmo
1795 que depois fosse mudada a direção, quem tinha que tomar a decisão seria quem estava
1796 no momento. E se a prioridade da instituição fosse para a eleição do CES, tentar de
1797 alguma forma, entre quem estivesse organizando adiar. Aquele era o seu entendimento
1798 para não prejudicar a instituição, no que se estava colocando, mas quem tinha o poder
1799 de decidir se inscreveria ou não independente se era processo eleitoral, seria a direção

1800 atual da instituição, até porque iria apresentar os documentos do trabalho dela, enquanto
1801 direção. Destacou algumas questões colocadas pelos conselheiros sobre as dificuldades
1802 da eleição, que quando começaram a discutir no CES. Foi pontuado que o risco seria
1803 deixar para realizar eleição no início do ano próximo ao carnaval e o CES tinha
1804 aprovado a forma como tinha sido colocada a questão da proposta. Saliou que tinham
1805 chamado a atenção daquele prejuízo sim, porque sabiam que se realizassem mesmo no
1806 sacrifício, até dezembro do ano passado aquele risco não correriam, mas a opção tinha
1807 sido a partir de janeiro. O que foi aprovado tinha sido na reunião no dia 21 de janeiro e
1808 o prazo que tinha sido dado, teve que esperar a publicação do edital que coube a
1809 administração do estado encaminhar e só tinha acontecido no dia 02 de fevereiro e tudo
1810 que tinham decidido na reunião do dia 21 de janeiro que o CES tinha aprovado, passou
1811 a ter validade legal na publicação que aconteceu no dia 02 de fevereiro, que era o que
1812 tinham começado a trabalhar. Em relação á questão da divulgação pediu desculpas, mas
1813 quando tinha sido apresentada a proposta tinha certeza que não houve má fé e tão
1814 pouco, questão de não quere dar maior publicidade. Apresentaram uma proposta que
1815 naquele momento tinha certeza que estavam abertos a qualquer tipo de solicitação,
1816 inclusive de uma maior publicização ou publicação do que estava sendo feito. Na
1817 proposta tinha ficado apenas o site do CES, o Diário Oficial do Estado e os órgãos
1818 oficiais do estado, então, tinha ficado daquela forma na proposta, infelizmente não
1819 surgiu á época nenhuma proposta de se pedir para colocar em jornal de grande
1820 divulgação, divulgar em rádio, no entanto só poderiam cumprir o que estava no
1821 regulamento que tinha sido aprovado. Pediu desculpas em nome da Comissão Eleitoral,
1822 mas estava colocando que quando tinha sido apresentada a proposta, tinha sido daquela
1823 forma que o Pleno tinha aprovado. A Conselheira Leonídia Laranjeiras informou
1824 que houve o processo eleitoral e ainda não tinham tomado posse, que estava prevista
1825 ainda para a próxima semana e tinham muitas demandas em Brasília e que inclusive
1826 estava retornando de lá, por isso, ainda iriam marcar a posse deles e logo após dariam
1827 entrada no registro da ata, então o que lhes estava preocupando era aquele prazo. O
1828 Senhor Presidente comunicou que no caso das entidades que obrigatoriamente pelo
1829 estatuto tinham que fazer a sua eleição principalmente na questão sindical, caberia à
1830 diretoria que ainda vigorava e declarar que aconteceu a eleição em determinada período,
1831 e que estava prevista para a posse daquela nova diretoria. Assumir naquele dia, porque
1832 não estava sendo dificultado nada, só estavam dando clareza ao processo para dizer que
1833 não estavam habilitados. Bastava colocar aquela observação, bem clara, porque não
1834 havia problema nenhum, por que a comissão iria respeitar o regramento de cada
1835 entidade. Ele não tinha que interferir e não era prerrogativa de estarem interferindo na
1836 Comissão Eleitoral. O que a instituição tinha como regramento, o que foi justamente o
1837 que o conselheiro Francisco José havia colocado para o conselheiro José Silvino não era
1838 obrigação do CES, fazer aquilo. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio
1839 falou em relação aos casos omissos da comissão, o que se pedia era a cópia do estatuto
1840 da entidade, organização social registrada, cópia da ata da última eleição da diretoria
1841 registrada em cartório, declaração do representante legal confirmando autenticidade,
1842 certidão do cartório de títulos e documentos, comprovante de atuação nos núcleos,
1843 porém havia um caso que era omissos, nos casos das entidades onde a eleição aconteceu,
1844 existia a ata, mas ainda estava com o registro efetivo no cartório, mas em processo e
1845 quando a entidade entrava, recebia um protocolo. O que se tornava um caso omissos, no
1846 entanto, a entidade poderia apresentar o protocolo que tivesse dado entrada ao processo
1847 eleitoral, já que o cartório iria dar. Então a comissão definiria um prazo antes de assumir
1848 para que apresentasse a certidão, a ata ou alguma coisa, porque tinha o DAM para pagar
1849 e para dar entrada na ata, teria que se pagar R\$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais)

1850 e quanto às entidades que estivessem em processo seria algo para ser pensado. O
1851 Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza informou que a Rede Nacional de
1852 Pessoas Vivendo com HIV/AIDS não tinha verba nenhuma, não tinha projeto e não
1853 trabalhavam com dinheiro, o que era praticamente uma rede de pessoas voluntárias, que
1854 partiam do Plano Nacional para Regional, Estadual até chegar ao município. “O nosso
1855 núcleo por mais que tivesse CNPJ, porque só tinham aberto para entrarem no CES. O
1856 Movimento não era pela institucionalização, criaram o CNPJ porque era uma obrigação
1857 na época, mesmo com todos os custos que tinha trazido. Salientou que a última eleição
1858 ocorreu em 2014, há dois anos vinham tentando juntar dinheiro entre os associados por
1859 se tratar de pessoas vivendo com HIV/AIDS. Muitos só tinham um salário mínimo e até
1860 conseguirem juntar dois ou três reais para que dessem para a Instituição para que ela
1861 fizesse o registro, tinha sido difícil. Conseguiram apenas R\$ 170,00 (cento e setenta
1862 reais). Lembrou que ele era um membro de diretoria, não era a diretoria porque era tudo
1863 colegiado e após dois anos que conseguiram registrar a ata, inclusive, tinha o registro de
1864 todas as atas, desde que a Entidade tinha sido fundada, tinham aquilo como um
1865 documento interno que iria apresentar, inclusive, no Cartório poderia apresentá-lo.
1866 Destacou que tinha pedido a Sede em 2013, como o próprio CES tinha conhecimento já
1867 que tinha informado a todos. E os materiais tinham ido para um depósito na Igreja de
1868 São Francisco, tinham sido todos revirados e não encontravam mais os documentos da
1869 diretoria porque se encontravam no depósito, já que não podiam colocar na casa de
1870 alguma pessoa porque não seria ético. Foram até o CES que cedeu uma cópia da última
1871 eleição para poder a eleição de 2014 porque senão não conseguiriam e o cartório exigia.
1872 O CES ajudou daquela forma e no dia anterior à reunião tinham registrado a ata porque
1873 eram dez dias, para receber o documento de volta e a certidão, então dava tempo ainda
1874 era possível, inclusive tirou R\$ 90,00 (noventa reais), do próprio bolso porque ele era o
1875 que tinha um salário melhor, pelo fato de ser policial aposentado da Polícia Militar da
1876 Bahia, mas as dificuldades não eram pequenas, porém eles eram movimento social e
1877 não ONG por mais que tivessem o CNPJ, e ainda poderiam se inscrever como
1878 Instituição e como Movimento. Informou que estavam tirando uma certidão com a
1879 Coordenação Estadual de DST/AIDS, mostrando que vinham trabalhando as Políticas
1880 Públicas desde a fundação. O Conselheiro Lázaro Ribeiro de Souza destacou que devido
1881 às dúvidas, estavam trabalhando no mínimo a questão da legitimidade que infelizmente
1882 havia coisas na vida que tinham que ter uma preocupação, porque algumas coisas
1883 pareciam serem levadas na barriga. Um processo de substituição de uma Entidade não
1884 perdia a sua autonomia, a menos que tivesse cometido um erro no processo eleitoral
1885 dela mesma, a que não cabia ao Regimento do CES dar conta. Alguma dificuldade que
1886 umas das entidades pudessem ter infelizmente seria por questão da administrativa da
1887 própria entidade, por isso, não podiam ficar ali “colocando chifre na cabeça de burro”,
1888 sendo que a burocracia existia para criar entraves que talvez da política resolvesse,
1889 porém, tinha que se compreender que o regimento tinha sido aprovado e não da cabeça
1890 dele ou da Comissão Eleitoral porque estavam em um processo ali, que estavam usando
1891 dos poderes e transformando o poder da Democracia Participativa e fazendo do mesmo
1892 um poder soberano, em algumas horas deixando morrer o SUS, que era uma
1893 prerrogativa quando pediram o poder para exercitá-lo e fazê-lo funcionar ou de deixar a
1894 pessoas morrerem. Então para o processo eleitoral estavam ali exatamente na correlação
1895 de força, no entanto, precisava ser mais claro e mais objetivo que em cada quesito se
1896 deixava morrer, porque usavam o poder para isso, não soberano como dizia o discurso
1897 que a privatização era soberana e queria matar o SUS, mas estavam usando a lógica de
1898 deixar o SUS, ver o suplício dos outros e procurando políticas exclusivamente em
1899 defender e iriam ampliar. Observando alguns documentos percebeu que algumas

1900 instituições que já faziam parte do CES, estavam tendo dificuldades na documentação.
1901 Esclareceu que defendia o poder e teria que ser legitimado, infelizmente ou não, a
1902 burocracia existia e o CES era um espaço representativo e aquele era o grande debate. O
1903 CES precisava ser representativo, precisava defender os interesses da Sociedade e não
1904 podia se auto-representar e uma certidão no cartório nada mais era infelizmente que um
1905 salvo conduto que a documentação estava lá, e o pior foi que o CES tinha aprovado o
1906 Regimento. Dispararam o processo colocaram o Edital e ficava claramente mais difícil,
1907 como resolveria? Politicamente cabia, era legítimo, moral, era ético? E quem tinha se
1908 habilitado “perdeu o bonde da história” porque o documento era o mínimo do possível
1909 de uma legitimidade para que amanhã pudesse exercer o poder e preferencialmente
1910 fazer o SUS viver. O Conselheiro Julio César Vieira Braga indagou se do ponto de vista
1911 da formalidade constava no edital a questão dos fóruns. As entidades teriam que
1912 participar daqueles fóruns, já precisariam estar habilitadas para concorrerem e quando
1913 chegassem lá iriam cobrar, como por exemplo, a Sociedade dos Renais Crônicos do
1914 Estado da Bahia era estranho que eram organizados, mas nunca participaram, por isso,
1915 sugeriu que eles procurassem, porém não sabia que eles chegando no momento de se
1916 inscrever, cobraria o fórum e por isso não poderiam participar? Então estava claro que
1917 não precisava estar inscrito naquele fórum? Somente a terminologia que achou estranho.
1918 A Conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho comunicou que tinha sido muito
1919 oportuno o que o Conselheiro Moysés havia colocado, porque relatava a dificuldade que
1920 era para o segmento do Movimento Social atender a uma lógica burocrática, inclusive,
1921 que ela tinha sido candidata para fazer parte da Comissão Eleitoral, mas obviamente
1922 estavam tendo um dia muito especial. O conselheiro Raul Molina havia falado de uma
1923 forma muito clara e direta como há muito tempo não via no CES, então ela também
1924 seria direta “eu era candidata, mas obviamente que os grupos fizeram uma chapa que
1925 não cabia mais para ninguém porque certamente eu iria colocar as questões relacionadas
1926 aos movimentos dos usuários”. Sabia-se que a política, correlação de força se colocava
1927 naqueles momentos, naqueles espaços de poder, era preciso que se deixasse aquilo bem
1928 claro, a Rede Feminista, por exemplo, teria que atender a uma exigência, iam para
1929 vários lugares, trabalhavam e nunca precisaram trazer lista de presença. Estava
1930 extremamente confuso e acreditava que tudo era um aprendizado, tudo bem, já que o
1931 pleno do CES tinha aprovado, era verdade, não tiveram tempo hábil para recorrer
1932 porque tinha sido, não por culpa da comissão, foi publicado no Diário Oficial do Estado
1933 no dia dois e tinham ainda dez dias para recorrer que seria no dia doze, carnaval, por
1934 isso, não houve possibilidade de recorrerem. Era preciso que deixassem aquela situação
1935 bem clara, mesmo que não tivesse sido culpa da Comissão Eleitoral, mas o segmento
1936 dos usuários, ficava prejudicado sim e muitas vezes para atender as imposições, do
1937 estado burocrático de direito, tinham a sua participação impossibilitada por isso,
1938 acreditava que o relato do conselheiro Moysés Toniolo era exemplar para caracterizar
1939 algumas das dificuldades que o segmento dos usuários tinha. O Conselheiro Antonio
1940 Marcos Almeida Sampaio sugeriu em relação ao relato do conselheiro José Silvino que
1941 o protocolo do cartório servisse mesmo já que o Artigo 17 que falava sobre os casos
1942 omissos, a comissão que resolveria. Então, acreditava que não seria somente uma
1943 questão documental e sim um caso que não tinha sido previsto no regimento e no edital
1944 que poderia ser pensado pela comissão. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida
1945 Sampaio salientou que algumas pessoas precisavam “olhar além dos seus umbigos”,
1946 falava aquilo porque estava inclinado, até inclusiv, a não concorrer ao processo e sim
1947 assistir e vê-lo acontecer e não se habilitar, mas tinha algumas questões que precisavam
1948 ter o bom senso. “É fácil falar da fome quando a gente já comeu, vamos resolver o
1949 problema da fome amanhã, agente almoçou aqui na Assembléia Legislativa, mas o

1950 menino está ali na esquina que não comeu e ele quer que resolva agora”. Estavam
1951 falando de entidades que tinham problemas e tinham oportunidade de resolver e não
1952 estavam pensando nas entidades, “no Chorrochó de dentro” que o Cartório ficava há
1953 300 km de lá e que a tecnologia ainda não tinha chegado. Acreditava que tinha sido
1954 votada e aprovada, respeitava o que a maioria teve, em algumas questões omissas,
1955 deveriam ter a sensibilidade de também ver que os casos omissos, haveria a
1956 possibilidade de se pensar melhor e verificar qual seria a alternativa, porque a proposta
1957 deveria ser de inclusão e não reforçar a exclusão. A proposta deveria ser de divulgar o
1958 processo e estava no cartório o valor de R\$ 39,00 (trinta e nove reais), e qualquer
1959 entidade que estivesse em Salvador, muitas com raríssimas exceções, teriam a condição
1960 de fazer, no entanto, existiam entidades que não tinham o mesmo acesso, a exemplo do
1961 conselheiro Moysés que teve de ir ao CES duas vezes para que tivesse o apoio em
1962 relação à documentação. E como fazia então, a pessoa que estivesse no município de
1963 Barreiras, não iria pagar uma passagem para que viesse e às vezes não tinha como ligar,
1964 tinha que pensar nas estratégias. Como deixar a questão mais nítida, por isso, que
1965 colocava todo momento e todos além de terem interesses individuais, tinha também que
1966 se preocupar com o processo, não podia ter o processo judicializado para que não
1967 culminasse em o Estado da Bahia ficar sem o CES e ninguém ali queria isso, mas
1968 deveria existir um olhar mais atento sobre a questão da documentação. O Conselheiro
1969 José Silvino Gonçalves informou que na última reunião quando foi aprovado o
1970 regimento ficou entendido que o CES poderia emitir o comprovante de atuação mínima
1971 nos territórios, então gostaria que fosse confirmada aquela informação e de qual forma
1972 as entidades poderiam solicitar do CES, aquela declaração. O Conselheiro Silvio
1973 Roberto dos Anjos e Silva salientou que levando-se em consideração determinadas
1974 entidades, concordava com a questão da flexibilização, porém, tinham que tê-la dentro
1975 de um processo que evitasse a judicialização, porque na última reunião que discutiram a
1976 elaboração do regimento, tivessem cuidado porque a mesma flexibilização que podia
1977 contemplar ou não, e se não tivesse uma segurança jurídica e como era regulamentada
1978 não podiam perder de vista que o SUS era todo regulamentado e tinham que ter o
1979 cuidado naquela flexibilização. E não estava radicalizando contra e devia pensar na
1980 flexibilização, também no sentido de que um processo eleitoral dentro de um Conselho
1981 poderia ser judicialmente inviabilizado, no entanto, não era contrário que se
1982 inflexibilizasse e então poderiam ver de que forma se discutiria sobre determinada
1983 entidades. O Conselheiro Francisco José Sousa e Silva esclareceu mais uma vez que o
1984 primeiro ponto era fundamental para a questão que estavam tratando, do olhar, do
1985 sentido democrático daquele processo e que pela primeira vez na história da Bahia, a
1986 segunda vez teria eleição e pela primeira vez o CES teve a capacidade de decidir para
1987 ele o que era entidade e o que era Movimento Social e caberia a cada um se inscrever
1988 onde coubesse. Não seria o CES que iria dizer que a entidade seria entidade ou que a
1989 entidade por não ter a legalidade de ser entidade teria que ser Movimento Social. Quem
1990 teria que fazer, seria a própria entidade e porque não tinha sido o CES que fez o
1991 regramento da lei pra que se dissesse “você é a entidade ou você é Movimento Social”,
1992 o CES não tinha aquele poder, mas teve o olhar e a capacidade de dizer que se não
1993 tivessem condições de se inscreverem como entidade que se inscrevessem como
1994 Movimento Social. Na eleição não tinha porque a entidade ser maior que o Movimento
1995 Social e nem vice versa, todos estavam no mesmo patamar, então se ele tinha
1996 dificuldade jurídica de cartório, ele se inscreveria como Movimento Social, porque era
1997 Movimento Social independente de ser juridicamente a entidade, porém, seria preciso
1998 que as pessoas compreendessem e como já tinham falado ali, tomar cuidado justamente
1999 para proteger a entidade. O CES primeiro, porque era um Conselho Estadual e deveria

2000 ter participação de entidades, de abrangência estadual e quando se falava da condição do
2001 usuário do SUS, bem sabíamos das dificuldades que existia em ser usuário do Sistema
2002 único de Saúde e aquela questão se parassem para observar, às vezes até na questão dos
2003 Movimentos Sociais, tentaram ser tão próximos da realidade que havia coisas ali, que se
2004 apresentasse abria mão de outra e se fossem para o último item já iria contemplar. Para
2005 que iria apresentar a lista de presença, então não podiam de forma nenhuma correr o
2006 risco de depois de todo aquele processo, entrassem na justiça e dizerem que o CES não
2007 existia. O cuidado que tiveram tinha sido aquele e repetiu que aquilo tinha sido uma
2008 proposta que conseguiram construir e que se tivesse de fato ao tempo e a oportunidade
2009 de receber melhorias, claro que teria sido feito, mas infelizmente acreditava que a
2010 responsabilidade era de todos que tinham aprovado, tinha sido aprovado daquela forma
2011 e cabia enquanto Comissão Eleitoral se fazer cumprir o que o CES tinha aprovado. O
2012 Senhor Presidente respondeu ao conselheiro Marcos Antonio que a Resolução nº
2013 20/2015, publicada no dia 10/12/2015 e a partir da data da sua publicação, que ela
2014 contava noventa dias, então o mandato do CES iria até o dia 11 de março de 2016,
2015 inclusive o Doutor Fernando Daltro havia chamado ele e o conselheiros Ivonildo
2016 Dourado e Raul Molina, que o CES tinha autonomia e seguiria, porém, o CES era
2017 formado pelos conselheiros de saúde e se o mandato terminava no dia 11 de março,
2018 automaticamente não se fazia eleição e por isso, a Mesa trouxe uma proposta de
2019 fazerem uma alteração da resolução, porque tinham colocado data, então a resolução
2020 seria alterada informando que o mandato do CES fosse até a data da finalização do
2021 pleito da eleição desse Conselho. Quanto à posse seria a finalização que a Comissão
2022 Eleitoral daria. Houve concordância dos conselheiros e por isso, fariam a resolução e
2023 encaminhariam para deliberação. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos comunicou
2024 que a Senhora Angélica (DGRP) faria a apresentação, o Senhor José Raimundo esteve
2025 presente no período da manhã, não foi possível, inclusive o Senhor Jácio esteve no
2026 período da tarde, mas tinha sido chamado pelo Senhor Secretário Estadual de Saúde
2027 para comparecer à Governadoria por conta da agenda que ele próprio tinha colocado
2028 pela manhã e a Senhora Angélica que fazia parte da equipe da (DGRP) participou das
2029 atividades do carnaval e faria a apresentação. A Senhora Angélica (DGRP) informou
2030 que infelizmente a apresentação estava incompleta, mas tentaria adequar com o material
2031 que estava impresso em mãos APRESENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO CARNAVAL
2032 2016. O Conselheiro Antonio Marcos Almeida Sampaio comentou a ausência na
2033 apresentação dos leitos contratados durante o período de carnaval que serviram de
2034 retaguarda. Parabenizou a Senhora Angélica pela apresentação, perguntou ainda se a
2035 UPA de Escada não tinha ficado na retaguarda não? Já que a mesma era do Estado e
2036 como havia ocorrido o carnaval de Periperi teria como suporte ou o Hospital do
2037 Subúrbio ou a UPA de Escada, por isso, não tinha entendido porque ambos não tinham
2038 sido utilizados. A Conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho declarou que pelo fato de
2039 ser do segmento dos usuários ficava com dificuldades para entender quando era
2040 prestadas contas da situação do carnaval no Estado da Bahia, só olhando a parte da
2041 Secretaria da Saúde do Estado e como conselheira, ficava pela metade por que ainda
2042 que o município tivesse a reponsabilidade dele, então os óbitos que não tivessem
2043 acontecido dentro das dependências do estado não eram apresentados. Salientou que
2044 tinham uma visão parcial e acreditava que era complicado e por isso, deixou registrado
2045 que deveriam existir problemas políticos entre o estado e o município, mas pedir uma
2046 informação oficialmente para que pudessem dar um retrato do estado para a Bahia era
2047 aquilo que se esperava para o CES. O Conselheiro José Silvino Gonçalves salientou
2048 que, o que tinha lhe chamado atenção foi à quantidade de recursos aplicados no
2049 carnaval, equivalente a R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) e solicitou

2050 qual a origem daquele recurso. Justificou aquela pergunta por que todos sabiam que o
2051 SUS não previa recursos para realização de festas. Já existia um recurso com a função
2052 definida e de repente se investia aquele valor para atender turistas, pessoas de outros
2053 países e de outras nacionalidades e quando se via algumas entidades e o próprio governo
2054 informarem que estavam sem recursos para desenvolverem a Política de Saúde dentro
2055 do seu estado e R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) para atender
2056 foliões? Pouco menos do que o município de Salvador que nos últimos três meses havia
2057 desviado também R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais de reais), para fazer festas. O
2058 que tinha feito uma falta imensa no serviço de saúde do município. Quanto à questão
2059 dos leitos, conforme o conselheiro Antônio Marcos havia colocado que tinham sido
2060 disponibilizados para os foliões, porque no dia, dia o que se percebia era que havia uma
2061 dificuldade imensa de se encontrar leitos para realizar internamentos, tanto de UTI
2062 quanto de leito comum e o que vinha ocorrendo era uma peregrinação dos usuários em
2063 ter acesso aos mesmos e, no entanto, se percebia que para os foliões, tantos leitos
2064 disponíveis! Pediu que o ajudasse a entender. O Conselheiro Luiz Américo Pereira
2065 Câmara colocou sobre a questão da visita da Corregedoria e informou que no Estado,
2066 todos os dias, a escala estava desfalcada. Quando se chegava ao Hospital João Batista
2067 Caribé não tinha médico lá, mas não era porque o médico não tinha ido, era porque não
2068 contratava ou então porque o mesmo não tinha contrato e aquilo era "vezeiro" e
2069 profissionais de saúde não somente médicos, enfermeiros também, sem contrato, apenas
2070 de "boca". Se chegava lá, olha tem um plantão aqui venha cá" assim era o estado, ele
2071 sabia daquilo e já tinha recebido várias vezes a visita da Corregedoria e quando ela
2072 chegava com a informação que estava na SESAB com o profissional que há dois meses
2073 já tinha saído, e quando chegava lá a pessoa já tinha saído, então o dia daquela pessoa
2074 era outro. Por isso, tinha que se observar que mais de 100 profissionais não estiveram
2075 lá. Exatamente como se chegasse na Maternidade do Hospital Roberto Santos estava
2076 com a escala desfalcada de dois médicos, se chegasse na pediatria do Hospital Roberto
2077 Santos tinha mais outro quantitativo de médicos e estaria desfalcado e em outros
2078 hospitais também. Quando se colocava ali, inclusive, o conselheiro Marcos havia
2079 colocado que tinha faltado um médico "agente não passava a mão pela cabeça de
2080 ninguém", mas será que tinha faltado um médico na UPA ou será que não tinha a escala
2081 porque não tinha o médico escalado para aquele dia? Porque quando se falava de ter um
2082 vínculo formal, era uma questão de gestão também. Porque a partir do momento que se
2083 tinha um vínculo formal, o gestor podia cobrar. Então, a questão do vínculo tinha o lado
2084 bom para o trabalhador, mas é bom também para a gestão e para o SUS e para os
2085 usuários. O Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza comentou que ficou um
2086 pouco impressionado com a quantidade de quatro milhões de preservativos, porque
2087 deveria ter sido o quantitativo disponibilizado em toda rede do Estado da Bahia. Porque
2088 então não seriam apenas os quarenta municípios que tinha Política de DST/AIDS, mas
2089 os quatrocentos e dezessete porque todos os municípios da Bahia poderiam requisitar
2090 preservativos para uso. Então, o dado precisava ser melhorado por isso. Porque em
2091 Salvador a atividade que tinham realizado onde tiveram reuniões nos dias 11 e 18 de
2092 janeiro, uma comissão convocada pela deputada Fabíola Mansur, com a participação do
2093 Doutor Roberto Badaró que foi bem interessante com a participação também do Grupo
2094 Gay da Bahia - GGB, Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS – RNP,
2095 poucas ONG'S, mas foi interessante e conseguiram colocar na rua uma questão que
2096 fazia tempo que tinha sido desativada que foi "O Bloco da Camisinha" que não foi com
2097 aquele nome e sim "Folia e Prevenção", mas, conseguiram reativar graças a muita
2098 mobilização da Deputada Fabíola Mansur e do o Doutor Roberto Badaró que naquele
2099 aspecto tinha que elogiar imensamente, o quanto que eles foram guerreiros para

2100 conseguirem fazer aquilo, conseguir autorização, um trio em duas semanas e quando
2101 saiu na (quinta feira) no dia 04 de fevereiro que deveria ter saído às 21:00h quando
2102 conseguiram sair somente às 22:00h levou 30.000 preservativos e ainda não tinham
2103 chegado no “Cristo da Barra” e já tinha acabado, então se em 2017 pensassem em
2104 realizar aquela operação novamente, se colocassem 100.000 preservativos, para
2105 distribuir somente no circuito Barra/Ondina, para o folião, conseguiriam distribuir. A
2106 perspectiva do trabalho futuro a fazer era muito grande, porque tinha pessoas que não
2107 queriam pegar preservativos e tinha aqueles que estavam nos esperando, pedindo pela
2108 ação. Salientou que tinha sido muito interessante e agradeceu à Deputada Fabíola
2109 Mansur, Marcelo Cerqueira do GGB, Doutor Roberto Badaró que tinha sido muito
2110 incansável nessa questão e principalmente a Coordenação Estadual de DST/AIDS da
2111 Bahia a Doutora Nilda Ivo e toda a sua equipe técnica que foram incansáveis. Estavam
2112 trabalharam mais de uma semana somente para prepararem os kit’s com o material que
2113 iria para a avenida e preparando os stands. Lembrou que houve mais uma ação, que
2114 tentaram implementar após ter falado para aquela comissão, que havia uma lei que
2115 permitia ao Estado e ao Município realizar a distribuição de preservativos a hotéis,
2116 motéis e saunas que são lugares muito procurados pelos foliões durante o período de
2117 carnaval, no entanto era uma ação para que continuassem desenvolvendo no restante de
2118 todo o ano e ele só tinha ficado impressionado com apenas vinte e dois casos de HIV. Já
2119 que só antes do carnaval dois amigos chegaram para mim e disseram que eram soro
2120 positivo, 153 casos de sífilis era pouco para o carnaval e cinco de hepatites, mas
2121 acreditava que também era muito bom que tivesse somente aquilo e nunca agradecia
2122 que tivesse dado a mais, sempre esperava que desse zero, mas infelizmente iriam seguir
2123 o futuro tentando ver se diminuiria ainda mais. O Conselheiro Francisco José Sousa e
2124 Silva em relação à questão do que tinha sido apresentado a título de esclarecimento
2125 poderia não ter prestado atenção, mas foram apenas dados do carnaval de Salvador,
2126 porque era uma ação do Governo do Estado que apenas tinha como parâmetro aquele
2127 evento, inclusive, a propaganda do Governo do Estado que tinha sido sobre o carnaval
2128 da Bahia. E todos sabiam que fora do município de Salvador, embora em uma
2129 proporção menor, também se fazia carnaval e a sua dúvida era entender uma ação da
2130 SESAB no Estado da Bahia, durante o período de carnaval. O Conselheiro Marcos
2131 Antonio Almeida Sampaio informou que o Conselho Municipal de Saúde de Salvador
2132 tinha ido a campo não só fazer a fiscalização no acompanhamento das ações durante o
2133 carnaval, nas unidades de Salvador, mas também nas unidades estaduais, que estavam
2134 em Salvador. Destacou também que alguns debates que ficaram não só durante o
2135 carnaval, visível, mas que trazia uma necessidade ou uma maior aproximação tanto do
2136 CES quanto o CMS para algumas discussões e ações em conjunto. E quando o
2137 conselheiro Antonio Marcos perguntou por que não tinha usado a UPA de Escada como
2138 retaguarda aquela unidade estava com o salário dos servidores atrasados e os mesmos
2139 paralisaram suas atividades, por isso, não iriam utilizar uma unidade que estava naquela
2140 situação. Destacou ainda, que encontraram também no Hospital Roberto Santos, apesar
2141 de ter ressaltado o esforço do Senhor José Saturnino, mas encontraram na UPA do
2142 Hospital Roberto Santos das quinze pessoas que lá estavam uma média de vinte que
2143 eram “vermelho e amarelo” eram pessoas idosas, na sua maioria com doenças crônicas
2144 como pré-diabéticos ou alguma outra doença que tinham dificuldade de regulação por
2145 que não tinham o serviço disponível, como médico vascular e o que vinha acontecendo
2146 era que nas outras UPAS do município o quadro e o cenário era quase o mesmo então o
2147 que acontecia, eram pacientes que não tinham o perfil de estarem na UPA, ocupando
2148 leitos, mas por conta de terem a especialidade e a facilidade de serem regulados,
2149 acabavam em um curto período de tempo entrando no perfil de entrar na UPA, porque

2150 eles se agravavam, inclusive, teve UPA que “disse que a única alta que ele tem aqui é a
2151 alta celestial e qual seria a alta celestial? A morte”. Havia vários depoimentos que os
2152 conselheiros estaduais precisavam no diariamente ver Senhoras e Senhores que
2153 entraram nas UPAS por causa de um ferimento no dedo, na perna e atualmente não
2154 andavam mais e nem falavam mais porque tinham pegado infecção já que na UPA,
2155 fosse estadual ou municipal, lá não se tinha a estrutura de um hospital em relação a
2156 higienização, nutrição e todas aquelas questões acabava se tornando um ambiente que
2157 deveria ser de 24h e acabava fazendo com que os pacientes ficassem quinze dias o que
2158 fazia com que a UPA produzisse a sua matéria prima que era o caso mais grava de
2159 urgência e emergência lá dentro, sem dar uma rotatividade ao leito. Com relação à
2160 questão da discussão dos serviços no carnaval, ninguém tinha visto o SUS no carnaval,
2161 nem o estado e nem o município, colocaram a marca do SUS no carnaval, o SUS não
2162 estava presente. Foi vista a marca da cerveja que o Senhor prefeito queria que todos
2163 bebessem a marca da cerveja que o povo se rebelou e queriam beber porque o prefeito
2164 não gostava então foi visto um cenário onde o estímulo ao consumo alto do álcool sem
2165 que se tivesse um trabalho de prevenção. Destacou a colocação do conselheiro Moysés
2166 em relação aos preservativos, no entanto ele tinha presenciado um festival em
2167 momentos de balões de camisinha, onde não se tinha um panfleto, diminuíram o número
2168 de equipes que estavam fazendo a distribuição e trocaram por colocar uma caixinha
2169 “em uma bodeguinha”. Solicitou ao conselheiro José Silvino e as conselheiras Beatrix
2170 Kunz e Maria Helena trazer para aquele pleno a discussão da Saúde do Idoso no Estado
2171 da Bahia “idoso não tem direito à morte, idoso tem direito a vida, a saúde”. Não se pode
2172 fazer com que os idosos entrem em uma UPA e tenham somente uma “alta celestial”. A
2173 culpa não tinha sido do carnaval e nem da greve da regulação não, havia começado no
2174 mês de dezembro e desde aquele mês já tinha pacientes ocupando as camas sendo os
2175 pré-diabéticos, o que comprovava que antecedeu a greve e o carnaval. Chamou atenção
2176 dos conselheiros que esperava que o tema da regulação chegasse também associado à
2177 ideia de se discutir a Saúde do Idoso, porque havia muitas pessoas morrendo. O
2178 Conselheiro Júlio César Vieira Braga salientou que voltava uma pauta recorrente,
2179 inclusive pediu em público várias vezes centrar as pautas do CES em temas mais
2180 relevantes, acreditava que estavam discutindo sobre o carnaval que era muito
2181 importante, por alguns aspectos, mas o que seria uma questão concentrada em uma
2182 semana em detrimento de um ano inteiro. Era uma pauta que ele não considerava
2183 relevante. O conselheiro José Silvino reclamando dos R\$ 3.000.000,00 (três milhões de
2184 reais), mas aquele valor tinha sido gasto apenas em patrocínio, com Ivete e Bel, se
2185 gastou provavelmente o que tinha sido muito pior, do que o valor gasto na Assistência à
2186 Saúde no carnaval. Acreditava que ao invés de se discutir sobre o carnaval poderiam
2187 discutir assuntos citados nos comentários como: Regulação que era muito mais
2188 importante. E estavam vendo a situação caótica. Como no carnaval muitas pessoas
2189 passaram e não foram reguladas, a exemplo da alta celestial que o conselheiro Marcos
2190 Antonio havia citado, que era um termo que muitas vezes as pessoas que não eram da
2191 área de saúde, poderiam até confundir com eutanásia, o que não era a alta celestial, era
2192 um termo usado corriqueiramente para informar que morreu. Não era desrespeito.
2193 Chamou atenção sobre a notificação de faltas que a corregedoria teve que seria apenas
2194 chamar para a responsabilidade no momento de divulgar os dados. Como o conselheiro
2195 Luiz Américo havia citado precisava se ter responsabilidade naquilo porque algumas
2196 vezes se tinha, inclusive, custos. O Conselho de Medicina que acreditava ser o mais
2197 sobrecarregado de denúncias, muitas vezes recebiam e tinham que apurar aquelas faltas
2198 e no carnaval do ano passado, tinha tinham chegado à denúncia e quase cem médicos
2199 foram denunciados como falta. Então, eram cem médicos que tinham que mandar carta

2200 registrada, pedido de manifestação, análise se abria sindicância se fazia sindicância em
2201 bloco, porque não tinham condições e quando se observava 90% foram listados para o
2202 plantão, sem que tivessem um contrato assinado, tinha sido somente de boca e muitas
2203 vezes ainda iriam pensar, no entanto, colocavam os seus nomes e por isso 90% não
2204 tinham contrato assinado ou então como o conselheiro Luiz Américo informou
2205 poderiam ter trocado o plantão, tinha mudado o dia e já estava há meses em outro dia.
2206 Por isso, se precisava ter cuidado com aquela lista e precisava ser averiguada antes e o
2207 seu pedido por favor não mandassem para o Conselho Regional de Medicina do Estado
2208 da Bahia - CREMEB antes que houvesse uma apuração interna mais cuidadosa porque
2209 quando se chegava lá raramente arquivavam antes de investigar. Um trabalho que
2210 tiveram e tinha visto quase cem médicos investigados sem necessidade prejudicando
2211 inclusive alguns deles, porque abrindo a sindicância ele não conseguiria transferir o
2212 vínculo de estado e teve pessoas pedindo pelo amor de Deus que encerrasse já que
2213 estava dependendo daquela situação para transferir o seu vínculo, o seu conselho para
2214 outro estado, então que tomassem cuidado no momento de encaminhar. A Conselheira
2215 Gislene Villas Boas Torres da Silva sugeriu que para o próximo carnaval a SESAB
2216 realizasse ações, na Ilha de Itaparica, porque apesar de não ter carnaval a demanda era
2217 muito grande e infelizmente o Hospital Geral de Itaparica não tinha condições e se já
2218 não funcionava nos dias de carnaval, imaginem nos dias de carnaval. Tem muitas
2219 procura, então que fosse desenvolvida alguma ação de saúde no período de carnaval
2220 também na Ilha. A Conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes de acordo com o
2221 relatório em relação ao carnaval de Salvador, os 417 municípios também realizavam o
2222 carnaval e na sua terra natal se realizava um carnaval com muitas bandas, foi gasto uma
2223 fortuna e que tinha questionado muito sobre as crianças e adolescentes sem nenhum
2224 controle, ninguém olhava para ninguém e a questão do adoecimento e de morte,
2225 naqueles municípios era muito grande. Pensar o carnaval que era uma festa livre que
2226 todos eram livres mesmo para beber todas, o sexo sem controle e várias outras coisas.
2227 O carnaval deveria ser pensado desde o segundo dia, porque todos os carnavalescos
2228 pensavam o carnaval de 2017, depois da quarta feira de cinzas e porque que o estado e o
2229 município também não pensavam o carnaval como uma questão de proteção das
2230 pessoas? Destacou que no ano passado ela tinha participado o carnaval no Centro de CA
2231 visitaram vários setores de Salvador, onde a prefeitura colocava funcionários para que
2232 tomassem conta de crianças que os pais trabalhavam nas ruas, no entanto, a maioria das
2233 crianças estava nas ruas, poucas estavam nos abrigos. Por isso, o carnaval não podia ser
2234 pensado na véspera e a Bahia não podia pensar o carnaval somente em Salvador, tinha
2235 que ser pensado em todo o Estado da Bahia e ter um relatório do que realmente
2236 aconteceu nos dias do evento. O Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva ressaltou
2237 a forma que todos os trabalhadores se organizavam no carnaval de Salvador que era
2238 uma das maiores festas populares do mundo que congregava o maior contingente de
2239 pessoas e por isso sempre tratava, elogiando na área da assistência como tinha sido
2240 apresentado ali no pleno, quanto na área de Vigilância, que começava um trabalho antes
2241 do carnaval sabia por que já tinha trabalhado no carnaval em vigilância, porém dava
2242 conta de tudo e nem a segurança dava conta e nem consegui avançar naquele processo
2243 que era um contingente muito grande de pessoas e acreditava que avançaria mais e era
2244 obrigação da administração pública, já que era uma festa oficial, prestar todos os
2245 cuidados necessários tanto em saúde, quanto em segurança no carnaval. A forma de
2246 distribuição teria que ser repensada, em uma forma diferente de se distribuir
2247 preservativos no Carnaval para que as pessoas não peguem o preservativo fazer bola e
2248 jogar para cima. Ressaltou que precisaria se ausentar e propôs à Mesa Diretora que na
2249 próxima reunião do CES pudessem, pauta a Assistência Obstétrica no Estado da Bahia,

2250 até por conta do que estava ocorrendo com as maternidades, inclusive, a terceirização da
2251 Maternidade do Instituto de Perinatologia da Bahia – IPERBA. O Conselheiro Ivonildo
2252 Dourado Bastos parabenizou a Diretoria Geral da Rede Própria - DGRP pela
2253 apresentação e todos os trabalhadores da SESAB, antes durante e depois da realização
2254 das atividades do carnaval. Observou que até frutos de algumas colocações feitas ali,
2255 então o carnaval era uma atividade realizada pelo município, no caso específico o
2256 município de Salvador que era quem fazia o maior carnaval do país e do mundo e que
2257 aglomerava pessoas dos estados, do país e de fora do país e de praticamente todas as
2258 cidades do Estado da Bahia, ou seja, a maioria da população baiana. O Estado da Bahia
2259 entrava com o suporte e a sua estrutura de rede, porque Salvador era a única capital do
2260 país que não tinha um hospital e um leito próprio, era também a única capital do país
2261 que não tinha um leito de maternidade próprio, tinha a menor cobertura de estratégia de
2262 Saúde da Família, era a capital do país que o estado, administrava a UPA. E tinham
2263 certas questões colocadas naquele pleno que precisavam trazer à discussão, inclusive, a
2264 saúde do município de Salvador que repercutia diretamente nas emergências do estado,
2265 no Pronto Atendimento e na ocupação dos leitos hospitalares que fazia com que a
2266 população do interior do estado, tinha a dificuldade de acesso às unidades estaduais,
2267 porque as UPAS estavam localizadas em Salvador e quando os pacientes tinham alta de
2268 UPA, ocupavam leitos hospitalares em Salvador e quem ocupava as UPAS do
2269 município de Salvador eram os pacientes de Salvador e aquilo criava uma grande
2270 dificuldade. Quanto às ações da vigilância, inclusive o conselheiro Moysés Longuinho
2271 que havia colocado muito bem, as ações que tinham sido planejadas antes e executadas
2272 durante o carnaval. Informou que os números apresentados de sífilis, hepatite e AIDS,
2273 eram números das ações do estado, é óbvio, que aconteceram as ações do município e
2274 aquilo não estava posto também naquele pleno e muitas vezes a dificuldade que se tinha
2275 nas unidades, eram por conta das ações do município. O que tinha que se colocar, eram
2276 aquelas questões e que inclusive respeitava e considerava demais o conselheiro José
2277 Silvino, mas tinha que discordar quando ele comentou que o estado realizava uma festa
2278 da proporção que era o carnaval e que recebia pessoas de todo o estado, país e que o
2279 SUS, não devia e não tinha que intervir era um equívoco, tinham sim que garantir a
2280 saúde daquelas pessoas e reforçar a atenção à saúde delas porque aumentavam os
2281 agravos com violência por conta do uso exagerado de álcool, drogas, aumentava
2282 também a violência no trânsito e a violência dentro dos festejos, porque quando se
2283 pegava o números de procedimentos cirúrgicos realizados buco-maxilar, eram inúmeros
2284 por conta das agressões físicas que ocorriam quando se tinha um aglomerado de pessoas
2285 naquele contingente e era responsabilidade do SUS. É necessário dar atenção, inclusive
2286 às pessoas que vinham de fora para nos visitar. O conselheiro Sílvio Roberto sugeriu
2287 que se colocasse em ponto de pauta a questão da obstetrícia que inclusive, já tinha sido
2288 ponto de pauta de uma reunião Comissão Intergestores Bipartite - CIB extraordinária,
2289 poderiam e deviam trazer aquela questão para o CES. Propôs também a realização de
2290 um ponto de pauta trazendo a discussão da saúde do município de Salvador para dentro
2291 do CES que repercutia em todo o Estado da Bahia. Quando se observavam que Salvador
2292 não tinha uma cobertura de Atenção Básica digna de uma capital e os pacientes por não
2293 terem atendimento na Unidade Básica ia bater na porta de emergência de uma de uma
2294 UPA, ou uma unidade hospitalar e aquilo repercutia negativamente. Tinham que discutir
2295 porque Salvador não tinha leitos de maternidade, sob a sua responsabilidade e porque
2296 não tinha um hospital, o que repercutia em toda a rede do estado. E quando se falava,
2297 em regulação, o município de Salvador por não ter hospital próprio, utilizava o recurso
2298 de sua alta e média complexidade contratualizando hospitais como: Hospital Santa
2299 Isabel, Hospital Português e São Rafael e quem regulava aqueles leitos era a Regulação

2300 do município não era a Regulação do Estado, porque o estado, não contratava aqueles
2301 leitos e não apareciam na tela e era preciso que o CES também tomasse conhecimento,
2302 como era que os leitos do Hospital Santa Isabel, Hospital Português e do Hospital São
2303 Rafael eram regulados pelo município de Salvador, porque o recurso que contratava
2304 aqueles hospitais não eram recursos somente da população própria de Salvador, mas
2305 eram recursos da população do Estado da Bahia que pactuava com o município de
2306 Salvador a Atenção Hospitalar de Alta e Média Complexidade, porque não tinha em seu
2307 território. Esclareceu que a ação do Estado no carnaval, tanto na rede da vigilância, rede
2308 própria era uma atenção a subsidiar uma festa que era organizada pelo município que
2309 era o maior responsável por sua execução e o estado não poderia deixar de se furta não
2310 só em dar apoio ao município de Salvador, como tinha se colocado também na
2311 apresentação ao município de Porto Seguro de com certeza outros e outros municípios.
2312 Então, aquela era a fala da gestão e estariam ali juntamente com uma técnica da
2313 Diretoria Geral da Rede Própria – DGRP, para que dirimissem dúvidas que por ventura
2314 pudessem surgir. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos esclareceu que não
2315 havia dito que o SUS não deveria investir naquelas atividades, disse que precisava saber
2316 já que todos sabiam que não existia um recurso específico para festas e por isso
2317 precisava saber de onde vinha aquele recurso. Os patrocínios financiassem também a
2318 saúde, para aqueles minguados ainda recursos que tinha para atender os usuários e que
2319 não vinha recursos a mais em função de que se faria uma festa, porém, o que vinha para
2320 o estado era em função dos seus usuários e não quis dizer que o SUS não podia atender.
2321 Solicitou esclarecimento quanto á denúncia dos conselheiros Julio Braga e Luiz
2322 Américo em respeito à lista dos plantões que a mesma não era confiável e o relatório
2323 que apresentava as faltas não era verdadeiro, e as denúncias precisavam se reavaliadas e
2324 que quase 90% das denúncias não eram verídicas, o que para os usuários era muito
2325 preocupante, porque estava fingindo uma estrutura para oferecer às pessoas, então
2326 precisavam ter a segurança necessária indo na unidade verificando se aquela relação era
2327 verídica. No entanto, achava estranho que os profissionais não processarem o estado, as
2328 empresas terceirizadas que colocava os seus nomes quando poderiam até sofrer
2329 processos administrativo e não tomavam nenhuma providencia. O Conselheiro Marcos
2330 Antonio Almeida Sampaio salientou que pelas poucas vezes concordava com o
2331 conselheiro Ivonildo Dourado, já que naquele dia houve algumas falas bastante
2332 coerentes, de alguns conselheiros que tinham dificuldades em enxergar algumas
2333 discussões necessárias, porém, no dia anterior tiveram uma discussão. No Conselho
2334 Municipal de Saúde de Salvador, inclusive, a Regulação tinha colocado um tema
2335 bastante debatido e pena que também por conta de ter sido no município de Itabuna e o
2336 Superintendente José Saturnino não pode participar, e o município lá, falava que a culpa
2337 era o estado e quando se chegava no CES, o estado colocava que a culpa seria do
2338 município. Então, tinha que concordar com ele (Ivonildo) que teriam de trazer o estado
2339 e o município. Destacou que o município teve a audácia de colocar um dado, que
2340 precisavam apurar que informava que tinham entrado com uma ação no Ministério
2341 Público para pedir a investigação, dos casos de morte que aconteceram por conta de
2342 serem mortes evitáveis, que pessoas vieram a óbito por conta de não ter acontecido à
2343 regulação, para equipamento, leito ou para a especialidade necessária que foi o que o
2344 município tinha informado e o estado infelizmente não estava lá para se defender, por
2345 conta da agenda do superintendente da SUREGS. Que acreditava que aquele seria um
2346 bom momento para se colocar aquela questão, mas também precisavam discutir a
2347 questão como também da origem e inclusive quando estava acontecendo à discussão e o
2348 conselheiro Raul Molina colocou que havia dito que nos consórcios tinha esperança que
2349 fosse um processo de descentralização e que colocasse equipamento nos município onde

2350 não eram atendidos, porque Salvador tinha uma característica de uma capital que a
2351 Política Estadual de Saúde, ao longo dos cinquenta anos, foi de centralizar tudo em
2352 Salvador. E durante uma discussão no Ministério Público, onde havia pessoas fazendo
2353 uma discussão meio que Barrista, com uma discussão condenatória, porque às vezes que
2354 não se tinha a capacidade de oferecer o serviço, se colocava a responsabilidade no outro,
2355 porque era mais fácil, não porque a Maternidade de Camaçari estava errada em fazer a
2356 regulação e também concordo que está errado. O município tem que ter a sua rede lá
2357 formada, mas, não se pode esquecer que o IPERBA é do Estrado da Bahia. Não podiam
2358 esquecer que o Hospital Geral do Estado – HGE não era somente para atender Salvador,
2359 no entanto tinha outra discussão para se fazer, já que às vezes, o tempo era muito curto.
2360 Ressaltou que o Hospital Irmã Dulce era de gestão do município e o recurso quando
2361 vinha e caía no Fundo Municipal, havia uma Comissão de Acompanhamento do
2362 Contrato e foi passado para o estado, automaticamente quem fiscalizava e acompanhava
2363 o cumprimento ou não do Hospital Irmã Dulce? Ninguém, porque, tinha acabado a
2364 Comissão de Acompanhamento do Contrato. A Rede Estadual também era
2365 contratualizada, porque o estado recebia também no Bloco de Média e Alta
2366 Complexidade – MAC, o recurso de Salvador. Já que o município tinha
2367 contratualização com o estado, então quem era que fiscalizava dentro do que Salvador
2368 receberia para o estado receber para atender nas emergências, quantos de fato eram de
2369 Salvador? E eram atendidos lá. Quem era que regulava aqueles leitos? Acreditava que
2370 era um debate necessário que fariam. Colocou que na unidade que visitaram, tinha o
2371 nome do médico e outro colega colocou que o médico ainda não tinha chegado, ou
2372 estava e não o encontraram tanto que não divulgaram o nome por uma questão de ética,
2373 mas a situação aparentava que era um daqueles casos que por algum motivo a pessoa
2374 não tinha ido para o plantão, porém o Senhor Secretário anunciou que ele tinha ido ao
2375 HGE e somente lá tinha sido trinta e cinco médicos que não estavam nos seus plantões.
2376 O Conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara esclareceu na SESAB, quando gestor dava
2377 encaminhamento a aquela denúncia efetiva, eles processavam como, por exemplo, a
2378 denúncia sobre vários médicos estavam processando porque tinha sido provado de que
2379 não se tinha contrato. A atitude de se divulgar daquela forma, tratava-se de marketing
2380 porque o estado tinha todos os instrumentos para punir os profissionais. Primeiro cortar
2381 o ponto, processo administrativo e porque não fazia? Porque não tinha razão, e quando
2382 chegava que verificavam a escala muitas vezes era fictícia, sendo que havia dois meses
2383 que o médico tinha saído e o mesmo não tinha contrato e existia uma média de que todo
2384 ano 50% dos médicos saiam. Entrassem com processo administrativo contra aquele
2385 número de profissionais ao invés de ficarem fazendo marketing, para dizerem que
2386 estavam fazendo uma ação efetiva, quando estavam colocando os profissionais de saúde
2387 e os servidores na berlinda. Então a gestão tinha que se responsabilizar sobre a questão.
2388 O Conselheiro Julio César Vieira Braga chamou atenção em relação ao financiamento à
2389 saúde, que quando se discutia as questões de responsabilidade do estado e dos
2390 municípios. Lembrou da reunião que houve sobre a responsabilidade na Assistência
2391 Obstétrica, que o município se justificou em parte porque não tinha a gestão, mas teve
2392 uma pauta que ele considerou uma das mais importantes informações e que o município
2393 de Salvador iria gastar no ano de 2016, 20% do seu orçamento em saúde. E o estado
2394 também teria que brigar para que não ficasse em 12, 12,5, 12,3% o que achava
2395 vergonhoso para uma briga e acusação empurrando para o município a
2396 responsabilidade, quando o estado estava gastando o que era obrigado por lei,
2397 apresentando um relatório de gestão como se tivesse sido um grande feito em ter
2398 cumprido a lei. Devia priorizar a saúde e não podiam se contentar querendo bater em
2399 13% do orçamento municipal e quere empurrar a responsabilidade para os municípios

2400 que todos sabiam que estavam carregando a grande responsabilidade pela assistência à
2401 saúde que era quem estava sendo espremido nos seus orçamentos. Então o município de
2402 Salvo, havia dito e o estado tinha ido lá e contra argumentou, quanto à priorização,
2403 criação de novas unidades, não tinham sido discutido e aquele dado era bem relevante.
2404 O Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza salientou que se via às vezes uma
2405 apresentação com o muito de produtividade até negativa sobre as coisas. Sinalizou para
2406 a gestão que as próximas apresentações que elas também trouxessem dados de outra
2407 forma, informando como tinha sido a produtividade em outras unidades, o que tinha
2408 sido entendido, algo que comprovasse que realmente o serviço tinha sido executado
2409 como, por exemplo, se os serviços estivessem inalterados mesmo durante o carnaval se
2410 foram realizados exames, consultas porque aquilo, realmente em qualidade, se traduzia
2411 em uma coisa boa ao usuário, porque muitas vezes os dados que ali e por mais que se
2412 dissesse que tanto tinha sido feito e viam que algumas coisas na ponta não aconteciam,
2413 então sugeriu que tivessem uma análise maior do período de carnaval sobre a
2414 produtividade das unidades, durante o evento. Falou que concordava com a opinião de
2415 alguns conselheiros que existiam algumas questões a serem melhoradas na gestão da
2416 saúde antes do carnaval e porque não, se tentasse em outros períodos do carnaval no
2417 pré-carnaval, a SESAB convocasse uma reunião com os gestores das unidades e
2418 propusesse em regularizar as escalas e fizessem com que cada gestor daquelas unidades
2419 chamasse, depois as suas equipes e pudessem colocar algumas regras estratégicas
2420 naquele período e que poderiam ajudar também. Em relação á fala do conselheiro Silvio
2421 Roberto em não concordar com forma como os preservativos eram distribuídos no
2422 carnaval. Que pela primeira vez não viu jogarem camisinhas de cima do trio, o que era a
2423 sua grande crítica e sempre que acontecia. Porque não parava de ir buscar e distribuir o
2424 tempo inteiro e entregavam nas mãos, diferente dos anos anteriores que algumas
2425 pessoas jogavam de cima do trio e eram desperdiçados. Então em 2016 mudou um
2426 pouco e todas as ações que realizaram no dia do carnaval, foram preparadas com duas
2427 semanas de antecedência e por isso, queriam que fosse planejado novamente outras
2428 ações, melhores, com bastante antecedência e acreditava que teriam um resultado ainda
2429 melhor, inclusive aquela apresentação era para ter sido realizada antes do carnaval e
2430 quem sabe se não tivessem dado sugestões e ideias melhores antes de acontecer. O
2431 Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos destacou que quando trazia alguns dados em
2432 relação à estruturação de rede e a responsabilidade do ente federado, fosse ele, estado ou
2433 município não estava querendo responsabilizar a figura A ou a figura B e dizer que o
2434 estado não tinha a sua responsabilidade, pelo contrário, o estado tinha, até entendia a
2435 fala do conselheiro Marcos Antonio, que era presidente do Conselho Municipal de
2436 Saúde de Salvador, porque os dados que ele tinha eram dados muitas vezes repassados
2437 pela gestão municipal. E precisavam ser confrontados porque muitas vezes os dados
2438 apresentados não eram a realidade e o fato era que 70 a 80% da população que era
2439 atendida no Hospital Ana Nery, população do município de Salvador e quando se
2440 pegava o custo daqueles atendimentos 80% do financiamento do Hospital Ana Nery,
2441 eram oriundos da população de Salvador e o que queria se colocar ali, era que residia
2442 era quem mais se utilizava dos serviços. Entendia a fala do conselheiro Marcos Antonio
2443 que estava na gestão municipal, dentro do Conselho Municipal de Saúde e realizava a
2444 fala no sentido de fazer o confronto com os dados do estado. Em relação à fala do
2445 conselheiro Júlio Braga, quando se falava em percentuais de investimento, se sabia que
2446 no país como um todo quem mais investia em saúde eram os municípios, porém, era
2447 necessário saber a relação custo benefício do quantitativo, de recursos que o município
2448 de Salvador investia em termos percentuais e o mesmo custo benefício, do que se
2449 investia, por exemplo, no estado. Poderia pegar o HGE, quanto que o estado investia do

2450 seu percentual de saúde e quanto o município de Salvador investia no Hospital Santa
2451 Isabel, e fizessem uma relação custo benefício independentemente do valor e do
2452 montante percentual para que fosse feita uma analogia e provariam por A mais B que
2453 mesmo investindo 13% o custo benefício do investimento que o estado fazia atualmente
2454 em saúde era muito além do que os 20% anunciado pelo município, colocado através do
2455 conselheiro Julio Braga, que tinha sido anunciado pelo município de Salvador em
2456 audiência, então a discussão ali não se tratava de responsabilizar o ente A ou o ente B,
2457 acreditava que o SUS era construído de forma tripartite e todos tinham
2458 responsabilidade. O conselheiro Raul Molina mostrou durante a manhã, Estado, União e
2459 Município acreditava que era um somatório de forças para que pudessem efetivamente
2460 construir uma saúde que a população tivesse mais acesso e com mais dignidade e o
2461 carnaval era o retrato de tudo aquilo já que atendiam pessoas de todos os lugares. Com
2462 relação à fala do conselheiro Moisés informou que aqueles dados eram referentes aos
2463 festejos de carnaval não eram dados dos atendimentos como um todo. A Senhora
2464 Angélica (DGRP) acreditava que os questionamentos feitos eram mais profundos, mas
2465 ela iria esclarecer as questões referentes ao carnaval, já que ela tinha sido imbuída
2466 daquela função. Com relação à questão do financiamento do carnaval que um dos
2467 conselheiros havia colocado. O carnaval de Salvador dois milhões de pessoas e durante
2468 o carnaval aquela população triplicava então, não tinha como as unidades da SESAB,
2469 atenderem uma população muito maior com o mesmo quantitativo de pessoas que
2470 estavam ali diariamente. Era feito um aporte nas unidades durante o período de
2471 carnaval, para que fosse acrescido o número de trabalhadores nos postos. Com relação
2472 aos leitos de retaguarda em todas as unidades funcionavam normalmente e as unidade
2473 prioritárias eram trazidas e recebiam um aporte de profissionais a mais, por estarem
2474 próximas do circuito ou de locais onde acontecia carnavais de bairros. Não significava
2475 que outras unidades não recebiam foliões ou que outras unidades não pudessem ser
2476 retaguardas para o HGE, Hospital Ernesto Simões Filho - HESF e HCRS o que
2477 significava que aquelas unidade territorialmente mais distantes do circuito do carnaval,
2478 elas não precisavam do aporte de pessoas a mais naquele período e com isso, todas as
2479 unidades funcionavam normalmente. A UPA de Escada funcionou normalmente assim
2480 como o Hospital do Subúrbio, nenhuma unidade da SESAB tinha sido fechada durante
2481 o carnaval, a não ser as unidades ambulatoriais. O que acontecia era que as unidades
2482 como os hospitais gerais; HCRS, HGE e HESF, recebiam um aporte a mais de
2483 profissionais, para atender os foliões que estavam mais próximos. A situação do
2484 carnaval em relação município/estado acreditava que o conselheiro Ivonildo Dourado já
2485 tinha esclarecido que o carnaval era uma festa realizada pelas prefeituras, no entanto, o
2486 carnaval de Salvador por ser a maior festa popular do mundo, o que é um dado real, e o
2487 estado a fim de dar o suporte, coloca recurso financeiro, porque durante um tempo a
2488 Secretaria de Segurança Pública – SSP recebeu treinamento há alguns anos anteriores de
2489 organismos externos, da Suécia e dos Estados Unidos e os especialistas que vieram
2490 ficaram assustados, como uma festa com o número tão grande de pessoas, sob a
2491 influência de álcool e de muitas drogas, que todos sabiam que acontecia e o número de
2492 mortes era tão limitado, e aquilo tinha o potencial de se tornar uma bomba. Então para
2493 entender o investimento que o estado fazia era para reduzir os danos, e os atendimentos
2494 que faziam eram os exclusivos do carnaval e acreditava que poderiam na questão dos
2495 atendimentos fora o carnaval, poderia ser previsto um momento para se discutir, mas
2496 como a tarefa tinha sido “carnaval” se ateuve a aquela tarefa. Em relação à Corregedoria
2497 esclareceu que o que era realizada era a notificação dos trabalhadores da escala geral
2498 que não estavam presentes. Eram realizadas reuniões com os gestores das unidades
2499 antes e inclusive, os digitadores das unidades eram quem alimentavam o sistema do

2500 carnaval com as escalas atualizadas e enviadas pela própria unidade. Assim, o nome do
2501 trabalhador que ali constava tinha sido o próprio gestor da unidade que forneceu a
2502 escala para que fosse inserida no sistema. Quanto às notificações não significava que
2503 havia incorrido e o funcionário já seria punido, o profissional tinha direito ao
2504 contraditório, a partir daquele dia ele teria um prazo para a entrega de Atestado Médico.
2505 Então podia a posteriori, apresentar o documento afirmando que tinha faltado por uma
2506 condição de saúde, caso aquelas provas que justificavam a ausência não fossem
2507 apresentadas. A Corregedoria tomava as providências cabíveis e salientou que sabia que
2508 a Corregedoria tinha problema de pessoal e mais três trabalhadores seriam agregados ao
2509 grupo, para que pudessem estender com mais eficiência as ações durante todo o ano.
2510 Atualmente só havia três ou quatro pessoas na Corregedoria para que pudessem dar
2511 suporte a cinquenta e três unidades estaduais, sendo que muitas eram em regiões um
2512 pouco mais distante da capital, o que requeria viagens entre outras ações. Acreditava
2513 que tinha sido bastante pertinentes as questões em relação aos dados do carnaval do
2514 interior, não tinham dados ainda do município de Porto Seguro, porque ainda estava
2515 sendo consolidados e ficaria para a próxima apresentação tentar consolidar ainda mais
2516 com maior antecedência, os dados que viessem do interior. A Senhora Ita de Cássia
2517 esclareceu que além do plantão de carnaval em Salvador, em cada Núcleo de Saúde
2518 ficava um servidor e para aqueles casos de importância em Saúde Pública, eram
2519 notificados através do SIEVES que fica de plantão, no carnaval para tomadas de decisão
2520 como mordida de cão, casos de meningite, casos de malária, então qualquer evento de
2521 importância para a Saúde Pública, chegava à Diretoria de Vigilância Epidemiológica -
2522 DIVEP e as medidas eram tomadas. Não ficavam só olhando Salvador, mas sim para
2523 todo o estado. Em relação aos preservativos houve também uma ação nos hotéis e
2524 motéis, quinhentos e cinquenta estabelecimentos foram visitados, pela equipe da
2525 Vigilância Sanitária, cento e cinquenta mil camisetas foram distribuídas e mais de
2526 duzentos e tantos estabelecimentos foram notificados, pelo não cumprimento da Lei
2527 Estadual. Os preservativos, além de serem distribuídos no bloco, havia também
2528 trabalhadores da Vigilância Epidemiológica que não tinha diminuído a equipe que
2529 continuava trabalhando este ano, e nos dois stands as duas equipes tanto do motel
2530 quanto da DIVEP distribuíam também com panfleto e ainda fizeram um trabalho com
2531 relação a Dengue. E nos stands “Do Fique Sabendo” eram disponibilizados
2532 preservativos para que as pessoas não só quem ia fazer o teste, mas era disponibilizado
2533 para todos os foliões que passavam por aquele local. O Senhor Presidente convidou a
2534 Senhora Elisabete França para que desse informes sobre a atualização da Microcefalia
2535 no Estado da Bahia. A Senhora Elisabete França APRESENTAÇÃO MICROCEFALIA
2536 que foi encaminhada para todos os conselheiros. O Conselheiro Júlio César Vieira
2537 Braga chamou atenção quanto à questão do tempo, que deveriam respeitar o horário, a
2538 pauta e solicitar para que nas próximas apresentações viessem com o horário
2539 estabelecido. Que já eram 17:00 horas e pelo programado já deveria estar se encerrando
2540 e solicitou que discutissem por dez minutos a regulação. O Senhor Presidente sugeriu
2541 que os conselheiros não se reinscrevessem, cada um fizesse a sua pergunta e respeitasse
2542 o tempo. O Conselheiro Júlio César Vieira Braga salientou que valeria a pena
2543 discutirem dez minutos que fossem a questão da Regulação. O Senhor Presidente
2544 colocou a proposta do conselheiro Júlio César Vieira Braga para aprovação sendo que o
2545 conselheiro Luiz Américo falasse por dez minutos sobre regulação. O Conselheiro José
2546 Silvino Gonçalves dos Santos acreditava que era importante trazer o assunto da
2547 regulação, mas não adiantaria ouvirem dez minutos sobre regulação, já que o problema
2548 da mesma era muito mais amplo, conforme o próprio conselheiro Júlio César colocou.
2549 Que a questão do Zika Vírus era importante estarem ouvindo, inclusive, tinha

2550 pesquisado sobre o assunto e acreditava que a questão tinha dado muito prejuízo para as
2551 pessoas e precisavam esgotar aquela possibilidade e já estavam com a companheira, a
2552 Senhora Elisabete França, tudo o que pudessem extrair da mesma, como mais
2553 informações e pudessem propor até mesmo porque não iriam poder reprogramara a sua
2554 vinda em outro momento. O Conselheiro Júlio César Vieira Braga sugeriu que já que
2555 tinham uma argumentação a favor e uma contra que passassem para a aprovação da
2556 proposta. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos destacou que não discordava da
2557 opinião do conselheiro Júlio César, porém no turno da manhã, o conselheiro não estava
2558 presente e houve uma discussão com relação à questão da regulação envolvendo as
2559 condições de trabalho, a questão dos trabalhadores e tinha sido colocado pela gestão que
2560 o ponto proposto foi a Política Estadual de Regulação. O que era fato então, qual o
2561 encaminhamento que acreditava estar um pouco divergente, seria suprimir o debate que
2562 foi apresentado sobre as Arboviroses na tríplice epidemia, para que se houvesse uma
2563 abertura de fala para o SINDSAÚDE-BA e o CREMEB, para que falassem do processo
2564 que tinha sido proposto no turno da manhã e o que colocavam ali era uma preocupação,
2565 como o conselheiro José Silvino havia falado de grande importância” o mundo estava se
2566 acabando as pessoas estavam adoecidas, efetivamente morrendo infelizmente, tinham
2567 um quadro epidemiológico gravíssimo com vários casos de Microcefalia, casos
2568 confirmados inclusive, casos notificados e os casos de óbitos que foram colocados
2569 precisavam sim ser investigados e confirmados efetivamente dentro do que estava sendo
2570 posto. E acreditava que deveriam sim, realizar o debate, na fala da Senhora Elisabete e
2571 deveriam também fazer o debate da regulação, mas que prejudicassem até em respeito
2572 ao pessoal da Vigilância que estiveram naquele espaço, a manhã toda para apresentar e
2573 a pauta foi alterada, não apresentaram e retornou no período da tarde. E estavam até
2574 aquele momento para apresentar e em respeito aos trabalhadores da Vigilância que
2575 estiveram ali para apresentar e que o CES tinha que realizar o debate. O Conselheiro
2576 Moysés Longuinho Toniolo solicitou encaminhamento ao Pleno a situação das
2577 arboviroses e não só a Dengue e a Chikungunya, mas principalmente a porém, tinha que
2578 ser uma pauta constante do CES, então não seria a situação apresentada naquele
2579 momento que iria resolver ou não a situação pois tinham um caso grave e que iria
2580 evoluir. Propôs que fizessem algum tipo de entendimento com a gestão de que fossem
2581 de três em três meses e fizessem o informe sobre a situação, ou então o CES teria de
2582 dizer que todo mês haveria um informe, porque seria a devolução e tinham que resolver.
2583 O que foi apresentado era grave uma situação difícil, mas a Vigilância Epidemiológica
2584 estava tomando as ações necessárias e o que tinham que ver naquele espaço de Controle
2585 Social, seria de quanto em quanto tempo iriam analisar aquela situação, então, gostaria
2586 de encaminhar já que o tema não tinha muito o que discutir e tinha dados e o que ele
2587 discutisse naquele momento não iria resolver o que tinham naquele exato momento.
2588 Queria apenas ter a certeza de que as ações estavam ocorrendo. O Conselheiro José
2589 Silvino Gonçalves dos Santos salientou que tinha muitas dúvidas até por conta das
2590 notificações da Zika Vírus e infelizmente estavam trazendo à tona em função da
2591 Microcefalia, mas a mesma, era subnotificada no Brasil, atualmente se analisassem os
2592 relatórios e as pesquisas existentes, era menor do que antes e estava discutindo, porque
2593 tinha a questão da Zika Vírus, mas a Microcefalia estava presente no cotidiano da
2594 sociedade brasileira e era menos do que antes, então era uma questão que precisava se
2595 esclarecer. Havia as subnotificações das pessoas idosas, também e não eram somente as
2596 mulheres que estavam sendo acometidas, tinham também a população idosa que
2597 estavam em suas casas acometidas. Destacou que a Senhora Elisabete França tinha ido a
2598 aquele Pleno apresentou e todos estavam perdendo a oportunidade de se realizar uma
2599 discussão e mandando-a de volta sem que a mesma fizesse os devidos esclarecimentos

2600 que precisavam ouvir. A Conselheira Doraídes Nunes Almeida Souza acreditava que
2601 não deveriam se alongar muito naquela discussão, porém, ela mesma tinha dúvidas em
2602 relação para fazer à Senhora Elisabete algumas perguntas e o que o conselheiro José
2603 Silvino falou sobre notificações, era uma das suas dúvidas que gostaria de perguntar e
2604 obter a resposta, porque o estado só aceitava a confirmação através do Laboratório
2605 Central – LACEN?E como ficariam os municípios que não possuíam LACEN?
2606 Existiam algumas dúvidas e se fosse para discutir a Central de Regulação, precisavam
2607 também de tempo para discutir e deixando pendente aquele assunto. Ou teriam uma
2608 solução de oportunidade de novamente ela retornar. O Senhor Presidente salientou que a
2609 Mesa iria dar um direcionamento já que o Pleno estava esvaziado, a pauta da regulação
2610 era muito importante com relação a aquela discussão. Solicitou aos conselheiros que
2611 transferissem para a próxima reunião a pauta da regulação, levando como proposta já
2612 incluindo não só a questão do superintendente José Saturnino Rodrigues, mas levando a
2613 fala do SINDMED-BA. O conselheiro Luiz Américo e propôs também a presença do
2614 Conselho Municipal de Saúde de Salvador para que participasse da discussão da
2615 regulação para o dia 10 de março de 2016. O Conselheiro Moysés Longuinho Toniolo
2616 de Souza destacou que o Conselho Municipal de Saúde de Salvador já se encontrava no
2617 CES e por isso, gostaria que fosse chamada a Secretaria Municipal de Saúde de
2618 Salvador. O Senhor Presidente observou que seria chamada a Secretaria Municipal de
2619 Saúde e deveriam chamar o COSEMS para que participasse também. O Conselheiro
2620 Júlio César Vieira Braga informou que a questão da discussão da regulação era também
2621 crítica e tinha a ver com as epidemias que estavam por vir. Todos tinham visto o que ele
2622 passou para o grupo sobre o que era a questão do atendimento na regulação, de 10 a
2623 15% das demandas e o que lhe tinha sido descrito sobre uma situação de epidemia e que
2624 a representante do Conselho de Enfermagem que estava preocupada, esteve com um
2625 advogado porque o Governo do Estado colocou uma portaria dizendo que era para a
2626 enfermeira fazer a regulação e elas estavam com medo. Então como ele veria se
2627 determinado paciente iria para o HGE, Roberto Santos ou para Ernesto Simões, para
2628 onde ele mandaria e com aquilo tinha medo sobre a responsabilidade ética de mandar o
2629 paciente para o lugar errado e o mesmo morrer e dissessem que a responsabilidade seria
2630 da enfermeira porque as mesmas estavam assumindo um papel que não era delas. E
2631 quanto a epidemia que estava acontecendo em Itabuna, o governo tinha que correr
2632 rápido para que não se tornasse uma vergonha nacional, liberando recurso “se virando”
2633 para resolver e quando chegassem na Central de Regulação os casos de Guillain Barré
2634 descritos, vários problemas que poderiam acontecer nas situações epidêmicas, como
2635 Dengue Hemorrágica e iam bater na Regulação os pedidos e a Regulação estava até o
2636 momento sem uma proposta concreta para encerrar a greve e acreditava que aquela
2637 situação era mais emergencial e acreditava que esclarecimento sobre as Políticas para
2638 Controle das Arboviroses era importante e estava sendo realizada, no entanto, a situação
2639 da Regulação era emergencial. O Senhor Presidente sugeriu para que dessem
2640 encaminhamento para uma reunião extraordinária que foi aprovada pelo Pleno em
2641 seguida. O Conselheiro Luiz Américo salientou que aquele relatório não era de
2642 reivindicação dos médicos, mas sim do funcionamento do sistema, porque o SUS tinha
2643 sido criado justamente com a ideia de que trabalhadores e usuários pudessem ajudar,
2644 então aquela era a visão do trabalhador no sentido de ajudar o SUS, então que houvesse
2645 a reunião e que fosse dado o espaço para que apresentassem o relatório. O Presidente
2646 informou que iria divulgar o relatório para todos os conselheiros. O Conselheiro José
2647 Silvino Gonçalves dos Santos informou que gostaria de ouvir um pouco sobre algumas
2648 pesquisas, que andou lendo, mostrava que atualmente a subnotificação, prejudicava
2649 muito as informações que tinha sobre Microcefalia, até porque antes daquele tema e

2650 terem a Zika Vírus interferindo diretamente na vida da mulher e complicando a vida da
2651 criança, o Brasil não tinha como hábito realizar aquelas pesquisas e atualmente pelo o
2652 que alguns pesquisadores apresentavam, hoje tinham menos casos do que antes e o que
2653 gostaria de saber seria sobre a subnotificação. A Senhora Elisabete França esclareceu
2654 que quando pediram licença a todos, para não só falar de Microcefalia foi em respeito e
2655 a importância do CES de entender que a Microcefalia era um recorte de uma situação
2656 muito mais grave e que implicava e não tinham nenhuma certeza, no entanto, não
2657 seriam eles da Vigilância da Saúde do Estado da Bahia não, seria a Comunidade
2658 Técnica Científica Mundial, não existia registro de território de população exposta aos
2659 vírus da Dengue que era quatro, o vírus do Chikungunha e o vírus da Zika
2660 simultaneamente ou concomitantemente. Era um ponto que gostaria de deixar
2661 esclarecido e o entendimento e respeito ao Controle Social era que todos pudessem
2662 entender a dimensão do problema e não tratar somente no ponto da Microcefalia. A
2663 questão da subnotificação, a Vigilância só enxergava uma situação de surto e epidemia,
2664 se o caso fosse notificado no Sistema de Notificação que era o Sistema de Informação
2665 de Agravos de Notificação – SINAN, onde existia uma lista de doenças, que deviam ser
2666 notificadas, mas considerando a questão da globalização e a questão da circulação não
2667 só das pessoas, mas dos vírus e das doenças emergentes, atuavam com rumores através
2668 da imprensa, Whatsapp e todas as formas de comunicação, trabalhavam com planilhas,
2669 paralelas e sempre que alguém pegasse um gráfico deles veriam fonte: SINAN e
2670 Planilha paralela. A planilha significava que a unidade, o serviço, o município notificou
2671 o estado através de outro meio que não fosse somente o SINAN. A subnotificação
2672 realmente era uma dificuldade porque a cultura do nosso país e dos trabalhadores do
2673 SUS e da rede privada somente o médico podia notificar. O que não era aquilo porque
2674 qualquer profissional de saúde, cidadão podia notificar uma situação de agravo, um
2675 coletivo “se no seu prédio tivesse cinco pessoas com diarreia, deveria ligar para a
2676 Vigilância Epidemiológica do município e notificar”. A subnotificação era um problema
2677 para todos os agravos, porque dificultava ter a dimensão e a realidade, no entanto, a
2678 notificação de casos suspeitos, não era a investigação completa. A investigação
2679 epidemiológica era o fazer da Vigilância Epidemiológica que era feita junto com as
2680 equipes municipais, com os profissionais da assistência, tanto da rede pública quanto da
2681 rede privada. Até então onde enxergavam Microcefalia, no Sistema de Informações de
2682 Nascidos Vivos - SINASC, nas Anomalias congênitas enxergavam Microcefalia e
2683 quando houve aquele evento observado em Pernambuco pela equipe do IMIP, onde foi
2684 criado um formulário o HELSP para poder fazer a notificação, porque todas as vezes
2685 que acontecia um agravo novo, antes da introdução daquele agravo no SINAN,
2686 geralmente se trabalhava com um formulário que era realizado na plataforma do SUS. A
2687 HELSP tinha sido feita e as pessoas começaram a notificar a Microcefalia e o que
2688 chamou atenção pelo aumento significativo, não houve redução, houve aumento. Existia
2689 um aumento, uma situação que falavam para epidemiologia, tempo e espaço, então
2690 deveriam ter cuidado, porque nem tudo que estava na cena, podiam afirmar que fosse
2691 associado ao Zika, por isso que vários cientistas estavam ali para ajuda-los a
2692 compreender o que estava acontecendo e por isso precisavam tomar muito cuidado para
2693 não colocar não mão de um agravo uma situação que estavam começando a enxergar o
2694 problema e passava a ser de saúde coletiva, porque atualmente enxergavam no coletivo.
2695 Esclareceu que uma coisa era ciência, academia e a outra coisa era serviço e o saber
2696 popular, tudo tem que estar interligado, o cientista tinha uma pergunta científica, o
2697 serviço tinha que dar uma resposta, então não sabia qual tinha sido a base de dados, já
2698 que enquanto serviço muitas pessoas liam toda a literatura disponível, sobre o agravo e
2699 também faziam a avaliação junto com especialistas e naquele caso neurologistas,

2700 neuropediatras e os casos eram discutidos com especialistas do Estado da Bahia e de
2701 outros estados, necessariamente não houve redução e sim aumento. O Conselheiro
2702 Moysés Longuinho Toniolo de Souza comunicou que havia mandado apresentações do
2703 Conselho Nacional de Saúde e a situação das arboviroses, no Brasil inteiro, ou seja, o
2704 panorama atual até o mês de janeiro do ano atual. O que era bem legal porque já se
2705 tratava de algumas coisas quais seriam as normas que estavam criando para que
2706 pudessem ter um panorama melhor. Salientou que para além da Vigilância
2707 Epidemiológica no Estado da Bahia, o que poderiam fazer em termos de pesquisa,
2708 porque no momento havia algumas linhas de raciocínio que levavam a crer para além da
2709 picada do mosquito poderia haver influência dos líquidos corporais, salivas e fluidos
2710 corporais na transmissão daquele vírus e aquela seria uma linha de pesquisa que
2711 estariam desenvolvendo. Com relação à Microcefalia já havia pessoas começando a
2712 questionar que seria pelo vírus Zika ou pelo larvicida, já começaram a existir esses
2713 rumores, então o que pode ser dito sobre a SESAB. Salientou que existe a FIOCRUZ no
2714 Estado da Bahia, falou que a FIOCRUZ é uma unidade muito boa para tentar
2715 desenvolver algum tipo de pesquisa que ajudasse na questão da evolução do tema das
2716 Arboviroses no estado da Bahia. Falou que mais cedo foi dito que seria tratado a
2717 questão dos mosquitos transgênicos, então é outra coisa que gostaria de ouvir, porque
2718 são tidas como inovações, mas que deveriam discutir muito o que seria introduzir uma
2719 espécie alterada geneticamente em ambientes, porque em algumas cidades do Brasil a
2720 resposta já voltou a ser o que era antes, ou seja, não resolveu, eram questões que
2721 gostaria que esclarecesse. A Conselheira Doraídes Nunes Almeida Souza solicitou a
2722 senhora Elisabete França, que esclarecesse a questão da confirmação só ser aceita pelo
2723 laboratório LACEN que é o laboratório de referência do Estado, mas que não existem
2724 em todos os 417 municípios, ao contrario, existe em apenas algumas regiões, e a
2725 questão de não ser aceito os resultados de laboratórios privados e que gostaria de saber
2726 se o estado está tendo algum tipo de pensamento em trazer esses laboratórios para
2727 estarem prestando este tipo de serviço, e solicitou esclarecimento também quanto à
2728 preocupação com as pessoas que moram em interior, qual é o fluxo que será montado,
2729 ou se já foi montado, por que se sabe que encontrar um neuropediatra na rede pública é
2730 difícil, garantir o acesso a esses 780 e poucos casos de microcefalia constatada. Como
2731 as pessoas irão chegar, qual o fluxo que a SESAB vai dar, para que esse pessoal tenha
2732 garantido o acesso ao atendimento que vai precisar? Salientou que na maioria dos casos
2733 são crianças de família carente, infelizmente, pelo menos é o que tem observado no
2734 interior em que mora. A preocupação é que fazer com os casos já existentes. Comentou
2735 sobre a observação do Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos, sobre as
2736 estatísticas que beto trouxe de 1379 casos de dengue, 781 de Zika e 515 de
2737 Chikungunya, acredita que está muito à quem até do que tem visto e vivenciado nos
2738 meios de comunicação. Falou sobre Itabuna que tem atendido mil pessoas por dia, e seu
2739 município (campo formoso) que tem atendido 200 pessoas por dia, então como pode ter
2740 apenas 781 casos? Afirmou que a subnotificação esta grande realmente, e que não sabe
2741 como o estado obrigará os municípios a fazer com que as notificações saiam dos
2742 resultados. A Conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes dirigiu-se a senhora
2743 Elisabete França, ressaltando que temos uma epidemia e que isso é fato, que junto com
2744 as epidemias temos casos de microcefalia, e que a microcefalia não é uma coisa que será
2745 curada de um dia pro outro, é um fato que a criança e a família carregarão para sempre,
2746 enquanto viver. Pode até melhorar, mas que terá um impacto social na vida das famílias,
2747 na vida dessa criança e na sociedade. Salientou que na Bahia existem poucos
2748 neuropediatras e que as escolas não formam neuropediatras há muito tempo. Existe um
2749 pensamento de quais são as expectativas, o que o Estado está pensando com relação aos

2750 cuidados com essa criança? Porque para quem já tem a doença instalada, precisa-se dar
2751 uma qualidade de vida, tem que cuidar, tanto no ponto de vista médico, quanto do ponto
2752 de vista da assistência social e educação. E sobre o impacto que vai existir sobre essas
2753 famílias, os recursos no sistema da previdência social. Falou sobre a preocupação, já
2754 que a mesma também tem um filho que é deficiente, e que milita na área da deficiência,
2755 e que sabe da dificuldade para o atendimento, para o acesso a escola. As pessoas estão
2756 discutindo que nem a escola quer oferecer vagas. Salientou que o impacto não é só
2757 agora, e que o agora traz espanto por ser algo em evidencia, que traz o medo, o pavor da
2758 doença, mas sobre o futuro, o que está se pensando e arrumando para o futuro dessas
2759 pessoas? Falou sobre isso ser muito importante. E falou sobre a questão da educação ser
2760 fundamental. O Conselheiro Júlio Cesar Vieira Braga salientou que gostaria que as
2761 convidadas não pensassem que ele não valoriza o tema, e que era apenas uma questão
2762 em que a pauta deve ser seguida, o tempo, e que às vezes não conseguem falar de tudo,
2763 e que deve existir uma organização na qual as pautas sejam respeitadas, que gosta de
2764 pautar algumas coisas e pedir prioridade nos assuntos, e que esse é um dos temas que
2765 ele colocou como prioritário, às arboviroses e esse momento atual em que vivemos. É
2766 um momento seríssimo e caótico, acredita que está por vir é uma situação realmente
2767 muito seria e que gostaria de saber, dentro de uma das coisas que pergunta é o que está
2768 sendo feito em termo de financiamento? A questão da ajuda para Itabuna e região,
2769 quantos caminhões foram cedidos? Os repelentes para os infectados, já esta sendo
2770 distribuído? Coisas de grande porte, o que tem sendo feito para situação de Itabuna?
2771 Esta faltando dinheiro ou precisa de alguma pressão da sociedade para que seja
2772 investido, antes que seja disseminado pelo resto do estado? O Conselheiro Josivaldo de
2773 Jesus Gonçalves iniciou a fala dirigindo a senhora Elisabete França e citando um ditado
2774 “que brasileiro só fecha a porta depois que é roubado”, salientou que passou quase todo
2775 o ano passado pedindo pauta sobre a situação da dengue, e falando do desabastecimento
2776 do larvicida, tentado ver se o governo fazia uma pauta para tentar discutir essa situação,
2777 mas que agora tem que sim buscar caminhos para tentar amenizar o sofrimento do povo.
2778 Falou que gostaria de perguntar, já que houveram outras falas sobre a questão da
2779 microcefalia, gostaria de direcionar para a questão dos trabalhadores, mas
2780 especificamente aos agentes comunitários de saúde, já que por força de uma portaria de
2781 nº 2121, os agentes comunitários de saúde estão sendo convocados a participar não só
2782 efetivamente com a parte educativa mas também no “pegar na massa em si”. Informou
2783 o que está acontecendo é que os gestores, prefeitos e secretários não entendem de nada,
2784 estão mandando os agentes irem a campo sem um mínimo de treinamento. Os agentes
2785 estão aplicando larvicida sem saber quantidade, então o que a SESAB está orientando
2786 ou fazendo? Porque ou invés desses trabalhadores irem ajudar, iram acabar complicando
2787 a vida das pessoas e sua própria vida, tendo em vista que os próprios agentes de
2788 endemias que são acometidos pelo larvicida, pelo veneno, não são acolhidos como se
2789 deve, fazendo o teste que acometimento, o colinesterase, de três em três meses, que não
2790 é feito em tempo nenhum. Salientou da necessidade em que os trabalhadores, tanto
2791 comunitários, como os agentes de endemias, que possam ter uma orientação, e que esses
2792 prefeitos e secretários saibam que não podem colocar no campo um trabalhador que não
2793 tem o conhecimento no que diz respeito a combater o mosquito desta forma. E gostaria
2794 também de saber qual a estratégia no combate ao Aedys? O Conselheiro José Silvino
2795 Gonçalves dos Santos solicitou um dado à senhora Elisabete França, sobre a população
2796 idosa, ressaltando o fato do mosquito não picar apenas mulheres que iram ficar ou que
2797 estão grávidas, picam todas as pessoas, em especial as pessoas idosas, pessoas estas
2798 muitas vezes acamadas, que não mais reagem e nem se quer tem forças para tanger os
2799 mosquitos. Gostaria de saber se tem esses dados de pessoas idosas picadas e que vieram

2800 a óbito? Solicitou ao Senhor Presidente que informasse sobre a proposta da
2801 radicalização da Chikungunya, Zika Vírus e outros, porque o projeto era matar os
2802 mosquitos, e para isso foi comprados equipamentos para fazer o enfrentamento ao
2803 mosquito. E quanto custou esses equipamentos? Onde estão esses equipamentos que
2804 foram adquiridos para fazer esse enfrentamento? Salientou também que, pelo menos
2805 Professor Roberto Badoro, que faz a gestão da clinica de infectologia dos hospitais das
2806 clinicas, ele anunciou na reunião a compra desses equipamentos e o secretário anunciou
2807 a radicalização dos mosquitos e que em um ano eliminaria todos os mosquitos que
2808 transmitem as arboviroses. A Senhora Elisabete França iniciou a fala comunicando que
2809 algumas coisas seriam respondidas e outras não, porque não estava em todas as mesas
2810 de deliberação, e que um exemplo disso é o questionamento sobre os equipamentos,
2811 informou que desconhece e que poderia levar a pergunta, porque de fato desconhecia a
2812 informação. Com relação à pesquisa, falou sobre a dúvida do conselheiro que
2813 perguntava sobre a parceria e como anda a relação com a FIOCRUZ e outros institutos.
2814 Salientou que Dr. Badaró tem conduzido um grupo de técnicos da vigilância de diversos
2815 municípios, como: Salvador, Lauro de Freitas, Itabuna e Ilhéus. São profissionais estão
2816 nos serviços, mas que fazem mestrado, doutorado e que são pessoas que também tem
2817 inserção nessa área da Academia, que vem conduzindo esse dialogo com as pessoas que
2818 estão interessadas em realizar pesquisas, tanto as pessoas daqui do estado como também
2819 alguns outros cientistas internacionais. Informou que ele vem conduzindo essa pauta, e
2820 que por sinal tem participado, inclusive no PPSUS, foram feitas algumas linhas, a área
2821 da vigilância têm feito algumas sugestões de linhas de pesquisas que consideram
2822 importantes para ajudar a dar às respostas que todos estão buscando. Informou que a
2823 FIOCRUZ tem pelo menos três pesquisas em andamento. E que deixa como sugestão
2824 que todos conheçam de perto essas pesquisas, que não sabe direito qual a linha, mas que
2825 deve tratar mais da parte de virologia do mosquito. Informou que já tiveram algumas
2826 reuniões, mas que isso também fica a cargo e condução do Dr. Badoro que também é
2827 cientista. Em relação às inovações tecnológicas, salienta a citação sobre o projeto Aedes
2828 transgênicos - Pat, que é desenvolvido pela Biofábrica Moscamed que tem estado na
2829 mídia, e esclarece que o Governo do Estado da Bahia desde 2010 tem um convênio e
2830 mais especificamente a SESAB, tem um contrato de pesquisa de campo, a significância
2831 do fato trazendo o entendimento. Que isso poderia ser uma aposta à Bahia aceito
2832 participar desse processo e que no município de Juazeiro foi realizado a primeira etapa,
2833 que existe uma etapa que ainda está no município de Jacobina, mas que esse processo
2834 não está sendo realizado em todos os municípios. Como é uma pesquisa está sendo
2835 desenvolvidas em determinados bairros desses municípios. Informou que é basicamente
2836 como pesquisa e o que está sendo atestado é a supressão da população do mosquito, ou
2837 seja, o mosquito transgênico tem sobrevivido no meio ambiente e tem reduzido à
2838 presença do mosquito selvagem. Salientou que esse projeto tem passado por todas as
2839 normas biossegurança nacional e internacional, pela CTNBIO. O projeto vem sendo
2840 acompanhado. Informou que não se pode associar os resultados da supressão
2841 populacional à qualquer indicador epidemiológico, porque o estudo é voltado para
2842 entomologia, sendo então um estudo entomológico e não epidemiológico. Acredita que
2843 se faz necessário ter este esclarecimento. Comunicou que o Ministério da Saúde
2844 convidou alguns cientistas para vir à Bahia conhecer esse projeto, e vem também
2845 acompanhando os resultados, mas ainda assim é uma pesquisa em campo. Esclareceu
2846 que o dono da tecnologia que é a Oxitec, montou uma fábrica em São Paulo, e que
2847 entrou em nosso país através de uma parceria com a USP - Universidade de São Paulo,
2848 e desenvolveu no Estado da Bahia essa pesquisa, mas assim que obtiveram os resultados
2849 em Juazeiro eles implantaram um fábrica em São Paulo. Informou que até onde sabe

2850 essa fábrica só tem a liberação de mosquito transgênico no Brasil em municípios de São
2851 Paulo e municípios da Bahia e que desconhece ter em outros locais. Informou ainda
2852 que a pesquisa iniciou em Juazeiro e que atualmente apenas o município de Jacobina
2853 está no processo de pesquisa. Falando ainda sobre as questões de tecnologia a Senhora
2854 Elisabete França, comunicou que a respeito das informações, que existe uma produção
2855 de boletins e que são disponibilizados, está na internet, no portal SUVISA, no Portal
2856 SESAB, e que inclusive já foi solicitado à inclusão da secretaria executiva do conselho
2857 no grupo de e-mail, para que através da secretaria executiva essas informações. Sobre a
2858 importância de haver uma distinção sobre confirmação laboratorial, que se faz
2859 necessário entender a diferença entre exame laboratorial de interesse de saúde pública,
2860 que seriam as sorologias, isolamento viral. Durante a fala a senhora Elisabete França
2861 recebe uma informação sobre uns dos questionamentos e traz a confirmação que já estão
2862 sendo aceitos resultados de exames laboratoriais tanto de laboratórios municipais ou
2863 privado para fechamento de caso. Retomou a fala comunicando que os LACENS
2864 Regionais também realizam a sorologia, e que existem oito laboratórios na rede de
2865 laboratório de saúde pública e que é detalhar as informações trazidas, porque o
2866 laboratório central situado em Salvador e recebe exames de todo o estado, depois retorna
2867 o resultado através do Smartlab. Todas as equipes municipais têm uma senha e acesso
2868 ao resultado online. Informou o que ocorre com a Zika e Chikungunya, são doenças
2869 novas, kits e exames novos, então só no final de 2015 foi feita a liberação para os
2870 exames para Chikungunya. Falou da dificuldade que ainda existe com o Zika vírus, e
2871 que quando existe uma doença nova o Ministério da Saúde por uma decisão política
2872 mesmo e de organização, ele centraliza em laboratórios nacionais, mas que o LACEN já
2873 está habilitado para fazer esses exames. Justifica que a demora se deu por essa razão.
2874 Falou que a dengue já entrou nos exames de rotina no estado da Bahia, até para atender
2875 foi feito um estudo, uma implantação, uma validação para poder observar a questão da
2876 diferença do diagnóstico, com teste rápido nos municípios que estavam ocorrendo casos
2877 de Chikungunya e Dengue, para poder orientar. Falou também sobre a questão do fluxo,
2878 que existe e foi desenhado, foi apresentado em CIB, não sabe se foi apresentado aos
2879 conselheiros. Informa que o plano estadual e o fluxo, na medicina em que foi necessário,
2880 foi elaborado um protocolo para pacientes com Síndrome de Guillain-Barré e um
2881 protocolo para pacientes com Microcefalia. Informou que com relação ao acesso
2882 atendimento, os pacientes estão sendo atendidos primeiramente em Salvador no Centro
2883 de Prevenção e Reabilitação do Portador de Deficiência (CEPRED), que é onde existe
2884 atendimento a maior parte dos casos. No Instituto Bahiano de Reabilitação-IBR e na
2885 OSID que é as Obras Sociais Irmã Dulce e estão sendo contratados novos serviços.
2886 Trouxe também a questão das dificuldades da SESAB em contratualizar, informa que
2887 não existe números e não existe uma série histórica, quando se pergunta qual é o
2888 número não tem como se fazer uma memória de cálculo. Salientou que no primeiro
2889 momento, a organização desses pacientes está sendo feito nos serviços existentes. O
2890 CEPRED ampliou criando mais um horário para esse atendimento, como até agora são
2891 poucos casos, essa rede como foi primeiramente pensada está dando conta. Informou
2892 que no interior, em Itabuna precisamente, foram identificados profissionais na rede e
2893 que alguns profissionais já assinaram, como o de Itabuna que já sinalizou para poder
2894 fazer esse atendimento. Informou ainda, que quem cuida disso dentro da SESAB, é a
2895 Diretoria de Atenção ao Cuidado e a Superintendência de Gestão dos Sistemas de
2896 Regulação da Atenção à Saúde-SUREGS, que contratualiza. Sobre a questão de
2897 subnotificação dos casos, a senhora Elisabete França salienta sobre a importância da
2898 necessidade de apoio dos conselheiros, junto aos conselhos municipais, que os
2899 profissionais notifiquem. Que realmente é muito difícil e muito ruim para equipe do

2900 estado dar um numero aos conselheiros, quando na verdade, esse numero é muito maior,
2901 mas não podem trabalhar com fontes que não são oficiais. E ressalta que de fato
2902 necessitam de apoio, e que se puderem ajudar na melhoria das notificações iram
2903 agradecer. Informa que sobre financiamento não existe dinheiro novo, existe o dinheiro
2904 da vigilância da saúde que cuida de todos os agravos. E que no ano passado saiu uma
2905 portaria sobre um incentivo federal que foi distribuído diretamente para os municípios e
2906 que o Estado da Bahia recebeu em torno de dois milhões e oitocentos e que por uma
2907 decisão da superintendência e da equipe de gestão, esse dinheiro que foi recebido foi
2908 repassado aos municípios, através de um incentivo estadual e esse incentivo estadual foi
2909 para as ações de controle e endemias. Falou que foi feito de forma universal, para 417
2910 municípios, respeitando o porte populacional. Informou que os municípios receberam
2911 entre 5, 10 ou 20 mil e o município de Salvador recebeu 20 mil por cada Distrito
2912 Sanitário. Informou como foram utilizados esses recursos, que foram discutidos em
2913 CIB, repassados do fundo estadual para o fundo municipal, e que não houve uma
2914 determinação em que o município deveria utilizar Poderia comprar um carro,
2915 equipamentos ou comprar um CPU, não houve critério e nem cobrança do que tinham
2916 que fazer apenas trabalhar no componente do controle vetorial e da mobilização.
2917 Respondeu também a pergunta sobre a estratégia de combate ao campo. Informou que o
2918 trabalho de campo continua na rotina, com visitas bimensais dos agentes de endemias, o
2919 trabalho das equipes de educação em saúde, e a mobilização que vem sendo feita, junto
2920 com a sociedade. Informou que esse trabalho de campo é de responsabilidade de
2921 execução do município, e que o Estado tem apoiado, complementado e feito
2922 supervisões. Informa que nessas supervisões são gerados relatórios, e que esses
2923 relatórios são entregues aos gestores municipais e em alguns momentos esses relatórios
2924 são apresentados em órgãos de controles, quando solicitados, informando a situação do
2925 Trabalho de campo dos agentes de endemias. A senhora Elisabete França esclareceu a
2926 situação dos agentes comunitários que prestam serviços nas ações de combate contra o
2927 mosquito, informou que foi estabelecida uma mesa há duas semanas com representantes
2928 sindicais, na verdade a federação que representa os 12 sindicatos, o SINDACS que o
2929 colega estava presente, e nessa mesa eles levaram as preocupações, as apreensões.
2930 Sobre o ponto de vista de vigilância informa que se comprometeram na elaboração de
2931 uma nota técnica, com as questões de medida de proteção de saúde, na verdade essa
2932 nota técnica já existe e já foi apresentada para o conselho, mas que se comprometeram
2933 em atualiza-la e que tem participado dessa mesa junto ao COSEMS e a essas
2934 representações terão uma reunião na próxima sexta-feira, com a presença de alguns
2935 Prefeitos. Porque se sabe que a interpretação da portaria segunda a fala dos
2936 representantes dos sindicatos, esta havendo uma interpretação equivocada. E o que a
2937 vigilância coloca é que o trabalho não é para substituir o trabalho dos agentes de
2938 endemias, é um trabalho complementar, é um trabalho que se o agente de endemia for
2939 fazer o tratamento químico, ele terá que ter treinamento específico, ele vai ter que usar
2940 os EPI'S, ele vai ter que fazer os exames. Entende-se que não há essa necessidade, até
2941 porque o Estado tem trabalho com o Exército e as Forças Armadas, e tem recebido
2942 treinamento. O Exército primeiramente para não tratar com produtos químicos, apenas
2943 um grupo do Exército de Salvador optou por trabalhar utilizando produto químico, mas
2944 sob supervisão de um agente de endemia. Salientou que em Feira de Santana o exercito
2945 vai trabalhar apenas na área da educação em saúde e na parte da eliminação mecânica,
2946 ou seja, sem uso de larvicida. Acredita já ter respondido a todos. Senhor Presidente pede
2947 a compreensão de todos os pares, e informa que já passou meia hora e que os
2948 funcionários tem que sair às 18 horas. Solicita ao Conselheiro José Silvino Gonçalves
2949 dos Santos que envie um e-mail ao CES, que a Senhora Elisabete França irá respondê-

2950 lo. Agradece a todos os conselheiros (as) por ter permanecido e informou que
 2951 provavelmente seria encaminhada a pauta da reunião extraordinária para discutir
 2952 regulação. Não havendo mais o que tratar, agradeceu a presença de todos, declarando
 2953 encerrada a sessão e agendando a próxima reunião para o dia dez de março de dois mil e
 2954 dezesseis, quarta-feira, às nove horas.

2955 Salvador, 18 de fevereiro de 2016.

2956

2957 - **Ricardo Luís Dias Mendonça** – *Presidente do CES - CUT (Central Única dos*
 2958 *Trabalhadores)* - *Segmento de Usuários*

2959

2960 -**Arão Capinam de Oliveira** – *Secretário Executivo do*
 2961 *CES*

2962 - **Ângela Macedo Magalhães** – *Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB*
 2963 *Segmento de*

2964 *Usuários*

2965 -**Aroldo Luiz da Silva Bacelar** – *Ministério da Saúde – Segmento*
 2966 *Gestor/Prestador*

2967 -**André Fernando Wermann** - *Federação das Santas Casas de Misericórdia*
 2968 *Hospitais Entidades Filantrópicas do Estado da Bahia – FESFBA – Prestador de*
 2969 *Serviço*

2970 - **Antonio do Lago de Souza** –*Central de Trabalhadores do Brasil _ CTB segmento de*
 2971 *Usuários*

2972 - **Beatrix Kunz** – *Confederação Nacional de Bispos do Brasil Regional Nordeste 3*
 2973 *Bahia e Sergipe –CNBB – Segmento de*
 2974 *Usuários*

2975 -**Célia Maria Alexandria de Oliveira** – *Sindicato dos Trabalhadores Federais em*
 2976 *Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social do Estado da Bahia – SINDPREV –*
 2977 *Segmento de*
 2978 *Trabalhadores*

2979 - **Doraides Alves Nunes de Almeida** – *Federação das Santas Casa de Misericórdia*
 2980 *Hospitais Entidades Filantrópicas do Estado da Bahia – FESFBA – Prestador de*
 2981 *Serviço*

2982 -**Edson Moraes de Oliveira** – *Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e*
 2983 *Contendores de Doenças Endêmicas e Epidemiológicas do Estado da Bahia – Segmento*
 2984 *de Trabalhadores*

- 2985 - **Eliane Araújo Simões** – *Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia –CRF*
 2986 – *Trabalhador em Saúde* _____
- 2987 - **Francisco José Souza e Silva** – *Entidades Congregadas em Centrais e Federações de*
 2988 *Trabalhadores urbanos e rurais, exceto Entidades na área de Saúde; CTB – Central*
 2989 *dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – segmento Usuários*
 2990 _____
- 2991 - **Gislene Villas Boas Torres da Silva** – *ASAPREV (Associação dos Pensionistas e*
 2992 *Aposentados da Previdência Social na Bahia) – Segmento de*
 2993 *Usuários*_____
- 2994 -**Isadora Oliveira Maia** (*ARCCA*) *Arte Comunicação Cultura e Acessibilidade de*
 2995 *Pessoa com Deficiência – Segmento de*
 2996 *Usuários*_____
- 2997 - **Ivonildo Dourado Bastos** – *SESAB (Secretaria da Saúde do Estado da Bahia) –*
 2998 *Segmento Gestor/Prestador*_____
- 2999 - **Jorge Geraldo de Jesus Rosário** - *UGT (União Geral dos Trabalhadores) –*
 3000 *Segmento de Usuários*_____
- 3001 - **José Pondé Júnior** – *Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado da*
 3002 *Bahia – Segmento*
 3003 *Gestor/Prestador*_____
- 3004 - **José Silvino Gonçalves dos Santos** - *CAPDEVER (Centro Afro de Promoção e*
 3005 *Defesa da Vida Padre Ezequiel) – Segmento de*
 3006 *Usuários*_____
- 3007 - **Josivaldo de Jesus Gonçalves** – *SINDIACS (Sindicato dos Agentes Comunitários de*
 3008 *Saúde do Sul da Bahia) – Segmento de*
 3009 *Trabalhadores*_____
- 3010 - **Júlio César Vieira Braga** – *CREMEB (Conselho Regional de Medicina do Estado da*
 3011 *Bahia) – Segmento de*
 3012 *Trabalhadores*_____
- 3013 - **Lázaro Ribeiro de Souza** – *Central única dos Trabalhadores – CTB – segmento de*
 3014 *Usuários*_____
- 3015 - **Lourani Maria Carneiro** – *Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC)*
 3016 – *Segmento de*
 3017 *Usuários*_____

- 3018 **Luiz Delfino Mota Lopes** – *Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de*
3019 *Saúde do Estado da Bahia – SINDHOSBA – Prestador de Serviço*
3020 _____
- 3021 **Luiz Américo Periea Câmara** – *Sindicato dos Médicos da Bahia – SINDMED-*
3022 *Trabalhador de Saúde* _____
- 3023 **Liliane Elze Falcão Lins Kusterer** – *Conselho Regional de Odontologia da Bahia –*
3024 *CROBA – Trabalhador de Saúde*
3025 _____
- 3026 **Lilian Fátima Barbosa Marinho** – *Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde –*
3027 *segmento de Usuários* _____
- 3028 - **Maria do Carmo Brito de Moraes** – *Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia –*
3029 *SEEB – Segmento de*
3030 *Trabalhadores* _____
- 3031 - **Maria Helena Ramos Belos** – *CNBB – Confederação Nacional de Bispos do Brasil*
3032 *Regional Nordeste 3 Bahia e Sergipe – Segmento de*
3033 *Usuários* _____
- 3034 - **Maria Helena Machado Santa Cecília** – *Associação de Pessoas com Albinismo da*
3035 *Bahia – APALBA segmento de Usuários*
3036 _____
- 3037 - **Moysés Longuinho Toniolo de Souza** – *RNP+BA – Rede Nacional de Pessoas*
3038 *Vivendo com HIV/AIDS – Segmento de*
3039 *Usuários* _____
- 3040 - **Marcos Antonio Almeida Sampaio** - *Fórum de Entidades de Movimentos Anti-*
3041 *racista Kutala’Nleeke Segmento de*
3042 *Usuários* _____
- 3043 **Antonio Marcos Almeida Sampaio** -- *Fórum de Entidades de Movimentos Anti-*
3044 *racista Kutala’Nleeke Segmento de Usuários*
3045 *Suplente* _____
- 3046 -**Raul Moreira Molina Barrios** – *Conselho Estadual dos Secretários Municipais de*
3047 *Saúde (COSEMS) – Segmento*
3048 *Gestor/Prestador* _____
- 3049 _____

- 3050 - **Roberto Lima Machado** – *SINDIACS* – *Sindicato dos Agentes Comunitários de*
3051 *Saúde do Sul da Bahia* – *Segmento de*
3052 *Trabalhadores*_____
- 3053 -Ronaldo Ferreira Dias – *BAHIAFARMA* – *Segmento Gestor/Prestador*
3054 _____
- 3055 - **Sílvia Roberto dos Anjos e Silva** – *Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado*
3056 *da Bahia (SINDSAUDE)* – *Segmento de*
3057 *Trabalhadores*_____